

# O TRABALHO DE JORNALISTAS NO BRASIL

Desigualdades,  
identidades e  
precariedades



Janaina Visibeli Barros, Janara Nicoletti  
e Samuel Pantoja Lima [Organizadores]

Prefácio: Fábio Henrique Pereira



EDITORA  
INSULAR

Esta obra é o resultado das primeiras interpretações dos dados do *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Fruto do trabalho coletivo de membros da Retij/SBPJor, traz a fotografia da profissão em um país atravessado pela desigualdade social, polarização política e ameaça às instituições democráticas e aos direitos humanos. Os impactos de diferentes crises são visíveis nas análises apresentadas neste livro – que também mostram avanços positivos. Em artigo publicado no Observatório da Imprensa, Jacques Mick e Samuel Pantoja Lima (UFSC) destacam que a mudança mais significativa foi o incremento de pessoas negras na profissão (de 23% em 2012 para 30%, em 2021). Porém, a precarização do trabalho jornalístico avançou significativamente a partir de vários indicadores. Para Fábio Pereira (UnB), “os onze capítulos que compõem esta obra revisitam, atualizam e aprofundam algumas temáticas que já integram a agenda de pesquisa em sociologia do trabalho” no país.

# **O TRABALHO DE JORNALISTAS NO BRASIL**

Desigualdades,  
identidades e  
precariedades

Janaina Visibeli Barros  
Janara Nicoletti  
Samuel Pantoja Lima  
Organizadores

# O TRABALHO DE JORNALISTAS NO BRASIL

Desigualdades,  
identidades e  
precariedades

Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2023

Copyright © Janaina Visibeli Barros, Janara Nicoletti e Samuel Pantoja Lima, organizadores, 2023

EDIÇÃO  
Nelson Rolim de Moura

REVISÃO  
Estúdio Insular

CAPA  
Mauro Ferreira sobre arte de Gastão Cassel

PLANEJAMENTO GRÁFICO  
Ayrton Cruz

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

**V831t** Barros, Janaina Visibeli; Nicoletti, Janara; Lima, Samuel Pantoja (org.).

O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades / Organizadores: Janaina Visibeli Barros, Janara Nicoletti e Samuel Pantoja Lima; Prefácio de Fábio Henrique Pereira. – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2023. 193 p. E-book: 2,54 Mb; PDF.

ISBN 978-85-524-0396-8.

1. Desigualdades. 2. Identidades. 3. Jornalismo. 4. Perfil Profissional. 5. Precariedade. I. Título. II. Assunto. III. Organizador.

23-30281312

CDD 070.4  
CDU 070

**ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO**

1. Jornalismo.
2. Jornalismo (imprensa).

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. E-book (PDF; 2,54 Mb). ISBN 978-85-524-0396-8.



**fapesc**  
Fundação de Amparo à  
Pesquisa e Inovação do  
Estado de Santa Catarina



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



Publicação financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processos 422609/2021-8 e 316093/2021-1, e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Termo de Outorga 2023TR000392.

**EDITORA INSULAR**  
(48) 3334-2729  
editora@insular.com.br  
twitter.com/EditoraInsular  
www.insular.com.br  
facebook.com/EditoraInsular

**INSULAR LIVROS**  
Rua Antonio Carlos Ferreira, 537  
Bairro Agrônoma  
Florianópolis/SC – CEP 88025-210  
(48) 3334-2729  
insularlivros@gmail.com

**E então, que quereis?...**

*(Vladimir Maiakóvski)*

Fiz ranger as folhas de jornal  
abrindo-lhes as pálpebras  
piscantes.  
E logo  
de cada fronteira distante  
subiu um cheiro de pólvora  
perseguido-me até em casa.  
Nestes últimos vinte anos  
nada de novo há  
no rugir das tempestades.

Não estamos alegres,  
é certo,  
mas também por que razão  
haveríamos de ficar tristes?  
O mar da história  
é agitado.  
As ameaças  
e as guerras  
havemos de atravessá-las,  
rompê-las ao meio,  
cortando-as  
como uma quilha corta  
as ondas.

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

**PREFÁCIO | O trabalho de jornalistas no Brasil ..... 13**

*Fábio Henrique Pereira*

**APRESENTAÇÃO | O trabalho de jornalistas no Brasil:  
desigualdades, identidades e precariedades ..... 19**

*Samuel Pantoja Lima*

*Janaina Visibeli Barros*

*Janara Nicoletti*

**Prática e adesão religiosa dos jornalistas brasileiros:  
comparativo entre os perfis profissionais de 2012 e 2021 ..... 29**

*Kevin Kossar Furtado*

**Trabalho precário como fonte de adoecimento mental  
e sofrimento ético ..... 45**

*Janara Nicoletti*

*Roseli Figaro*

## DESIGUALDADES

**A precariedade tem gênero? Condições de trabalho,  
saúde e violências das jornalistas brasileiras ..... 67**

*Janara Nicoletti*

*Andressa Kikuti*

*Jacques Mick*

**Mais acesso, poucas oportunidades: o perfil de jornalistas negros  
e negras após uma década de pesquisas sobre o mundo do trabalho ..... 89**

*Cláudia Nonato*

*Abinoan Santiago*

<b>O Perfil de jovens jornalistas no Brasil: entre a precarização e a identificação profissional .....</b>	<b>109</b>
--	------------

*Ana Flávia Marques*  
*Janaina Visibeli Barros*  
*Naiana Rodrigues da Silva*  
*Rafael Rodrigues da Costa*

## **PERFIL PROFISSIONAL POR SETOR**

<b>Perfil dos Jornalistas na mídia (2021): mudanças e permanências .....</b>	<b>129</b>
--	------------

*Samuel Pantoja Lima*  
*Vinícius Augusto Bressan Ferreira*

<b>O jornalista fora da mídia e o risco de estar fora do jornalismo.....</b>	<b>147</b>
--	------------

*João Augusto Moliani*  
*Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti*  
*Mariane Nava*

<b>Cultura profissional: outras perspectivas a partir da atuação de jornalistas em iniciativas de jornalismo independente .....</b>	<b>163</b>
---	------------

*Edgard Patrício*  
*Luan Matheus Santana*

<b>O perfil dos jornalistas que atuam no exterior.....</b>	<b>181</b>
--	------------

*Pedro Aguiar*

<b>AUTORAS &amp; AUTORES .....</b>	<b>195</b>
------------------------------------	------------





# INTRODUÇÃO

## O TRABALHO DE JORNALISTAS NO BRASIL

*Fábio Henrique Pereira*

O trabalho é uma dimensão fundamental da vida social (FIGARO, 2008). Apesar da longa tradição dos estudos em sociologia do trabalho, investigações sobre esse objeto no âmbito do jornalismo brasileiro eram relativamente escassas até meados dos anos 2000. De certa forma, a dimensão laboral da atividade jornalística era relativizada ou mesmo silenciada por um conjunto de discursos que tendiam a mitificar a profissão, vista sob uma perspectiva romantizada, ou mesmo heroica, muitas vezes defendida pelo próprio grupo profissional, e perpetuada pela literatura e pelo cinema (Cf. PEREIRA, 2011; TRAVANCAS, 2001; 2003).

Entretanto, considerar os jornalistas como um grupo de trabalhadores não significa minimizar sua relevância social ou colocar em segundo plano a natureza intelectual dessa atividade. Ao contrário, esse novo olhar permite entender (muitas vezes sob uma perspectiva crítica) as condições concretas de exercício da profissão e os constrangimentos de ordem política e econômica que se impõem a essa prática. Em um segundo momento, isso implica despersonalizar as críticas contra o jornalismo e os jornalistas (Cf. BOURDIEU, 1997), mostrando que eventuais insatisfações sobre a qualidade do discurso midiático não devem se basear apenas nas denúncias sobre as falhas de caráter ou os desvios éticos

individuais e coletivos do grupo profissional. O exame crítico da produção jornalística deve ser estendido ao contexto de sua prática laboral.

A categoria trabalho é um ótimo indicador para compreender as mudanças estruturais do jornalismo (PEREIRA; ADGHIRNI, 2004). Ela permite ir além de uma simples cartografia das injunções pela inovação que atravessam essa atividade para revelar de que maneira os jornalistas lidam, negociam, integram e resistem a discursos de ordem tecnológica e empresarial (ADGHIRNI, 2017; FRANCOEUR, 2021). Nesse sentido, o trabalho pode ser visto como uma instância importante de mediação dos usos dos dispositivos sociotécnicos, permitindo questionar a aparente neutralidade dessas ferramentas, mostrando os efeitos políticos e econômicos de sua apropriação nas redações.

Essa compreensão mais sofisticada do papel do trabalho no exercício do jornalismo é resultado de um processo lento de maturação desse campo de pesquisa ao longo dos últimos 15 anos. Sua consolidação se deu notadamente no âmbito de duas instâncias que, até certo ponto, se confundem: a Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor) e sua Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade no Jornalismo (Retij). Essas entidades permitiram a concentração de uma massa crítica de pesquisadores de várias partes do país, vinculados a diferentes tradições teórico-metodológicas, e envolvidos no estudo das diversas dimensões que atravessam o trabalho dos jornalistas. Além disso, Retij e SBPJor se constituíram em espaço de articulação com outros parceiros que vão, de certa forma, alimentar os debates brasileiros em sociologia profissional e do trabalho aplicadas ao jornalismo. É a partir delas que esse campo de investigação contará com interlocutores de alto nível no meio sindical (particularmente a Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj), mas também no contexto acadêmico internacional, com as parcerias e colaborações com pesquisadores europeus e latino-americanos (Cf. LE CAM, 2019).

Um dos resultados mais dinâmicos dessas trocas é a série de pesquisas sobre o *Perfil do Jornalista Brasileiro* (LIMA; *et al.*, 2022; MICK; LIMA, 2013). Iniciado em 2012, esse programa de pesquisa cooperativo e de abrangência nacional permitiu a produção e difusão de um conjunto de dados quantitativos inéditos, coletados com o rigor metodológico praticado em outras disciplinas ou por pesquisadores internacionais.

Com a publicação do primeiro relatório, ainda em 2012, investigadores e jornalistas de todo o país puderam, pela primeira vez, ter uma percepção mais acurada sobre a configuração do grupo profissional e as características desse mercado de trabalho. Além disso, os dados coletados subsidiaram, de forma bastante generosa, um conjunto de outros estudos sobre os jornalistas, enriquecendo análises, validando ou invalidando hipóteses, permitindo o desenvolvimento de metodologias mistas ou de *cross-pollination* entre diferentes tradições de investigação.

A segunda edição do *Perfil do Jornalista Brasileiro*, colocou o Brasil em pé de igualdade com grupos de pesquisa de outros países, geralmente do Norte Global, que já possuíam a tradição de produzirem estudos periódicos e sistemáticos sobre o grupo profissional dos jornalistas (Cf. HANITZSCH; *et al.*, 2019; HANUSCH; HANITZSCH, 2017; RAEYMAECKERS; *et al.*, 2013; VANHAELEWYN; *et al.*, 2023; WEAVER; WILHOIT, 1991; 2020; WEAVER; *et al.*, 2009). Além disso, possibilitado a realização de comparações diacrônicas tendo como base indicadores empregados nos estudos de 2012 e 2021. Nesse sentido, a disponibilização dos conjuntos de dados gerados por esses dois estudos de abrangência nacional é fundamental para qualquer pesquisa que ambicione entender as transformações do jornalismo brasileiro na última década.

Este livro é o resultado direto do estudo *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (LIMA; *et al.*, 2022). Ele foi ancorado em um desenho metodológico que contou com a colaboração ativa de um coletivo de pesquisadores e de associações profissionais e acadêmicas, desde a fase de elaboração do instrumento de pesquisa à análise dos resultados. Tem como base um conjunto de 6.650 respostas enviadas por jornalistas no país e no exterior. Organizado pelos professores Janaina Visibeli, Janara Nicoletti e Samuel Lima, esta obra busca ir além dos resultados iniciais, publicados no relatório de 2022 e que traziam já um conjunto de achados relevantes sobre a evolução (e a deterioração) das condições de trabalho dos jornalistas no Brasil. Desta vez, o objetivo foi problematizar esses resultados, distribuídos em diferentes macrotemáticas e que foram objeto da análise por especialistas juniores e seniores, selecionados para colaborar com este trabalho.

Assim, os nove capítulos que compõem esta obra revisitam, atualizam e aprofundam algumas temáticas que já integram a agenda de pesquisa em sociologia do trabalho, incluindo questões como as assimetrias de gênero, a precarização da saúde dos jornalistas brasileiros e sua distribuição entre os diferentes segmentos do mercado de trabalho. Buscam, portanto, consolidar essas áreas no interior do campo de investigação, aplicando ao conjunto de dados compartilhados pela pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* uma reflexão crítica. Ao mesmo tempo, o livro abre novos caminhos de investigação, trazendo objetos emergentes nos estudos de jornalismo, como as práticas religiosas dos jornalistas e questões ligadas à interseccionalidade e às desigualdades raciais.

De certa forma, a leitora e o leitor deste livro têm em mãos um conjunto de olhares cruzados sobre a identidade e o trabalho do jornalista, que permitem (re)compor o mosaico de indicadores que explicam sua prática laboral. Permite pautar e fundamentar os debates acadêmicos sobre esse objeto, constituindo-se uma leitura incontornável para professores e estudantes de graduação e pós-graduação, nos campos do jornalismo e das ciências sociais. Mas a obra também deve integrar as bibliotecas (física e digital) dos jornalistas brasileiros. Ao compreenderem, de forma crítica, os constrangimentos que pesam sobre suas práticas, esses atores podem refletir sobre as estratégias de combate e resistência, individuais e coletivas, às várias formas de violência que afetam o exercício da profissão. Na verdade, deve-se reconhecer que a busca pela qualidade da informação jornalística é indissociável de uma melhoria das condições de trabalho dos jornalistas profissionais. Encampar essa luta é, portanto, uma maneira de fortalecer o debate público e a própria democracia no Brasil.

## Referências

- ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalista: do mito ao mercado**. Florianópolis: Insular, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

- FIGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. Annablume Editora, 2008.
- FRANCOEUR, Chantal. Journalisme post-intégration: miser sur les formats pour maîtriser des conditions de production fragmentées. **Les cahiers du journalisme**, n. 7, p. R125-R143, 2021. DOI: 10.31188/CaJsm.2(7).2021.R125.
- HANITZSCH, Thomas; *et al.* (Ed.). **Worlds of journalism: Journalistic cultures around the globe**. Columbia University Press, 2019.
- HANUSCH, Folker; HANITZSCH, Thomas. Comparing journalistic cultures across nations: What we can learn from the worlds of journalism study. **Journalism Studies**, v. 18, n. 5, p. 525-535, 2017. DOI: 10.1080/1461670X.2017.1280229.
- LE CAM, Florence. Brazil, Belgium, and France: Avenues for comparison work. **Brazilian journalism research**, v. 15, n. 2, p. 288-309, 2019. DOI: 10.25200/BJR.v15n2.2019.1237.
- LIMA, Samuel Pantoja; *et al.* (Orgs.). **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.
- MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.
- PEREIRA, Fábio Henrique. **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. São Paulo: Summus, 2011.
- PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *In: Texto*, v. 24, n. 1, p. 38-57, 2011. DOI: 10.19132/1807-8583201124.38-57.
- RAEYMAECKERS, Karin; *et al.* **Le journaliste belge en 2013: un autoportrait**. Academia Press, 2013.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Jornalista como personagem de cinema. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM*, 24, Campo Grande, 2001. **Anais...** Intercom, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2TRAVANCAS.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. O jornalista e suas representações literárias. *In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM*, 26, Belo Horizonte, 2-6 set., 2003. **Anais...** Intercom, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/31584531481350414315024434624514870327.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.
- VANHAELEWYN, Bart; *et al.* **Portret van Belgische Journalisten in 2023**. Academia Press, 2023.
- WEAVER, David Hugh; WILHOIT, G. Cleveland. **The American journalist: A portrait of US news people and their work**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- WEAVER, David H.; WILHOIT, G. Cleveland. **The American journalist in the 1990s: US news people at the end of an era**. Routledge, 2020.
- WEAVER, David H.; *et al.* **The American journalist in the 21st century: US news people at the dawn of a new millennium**. Routledge, 2009.

APRESENTAÇÃO

## O TRABALHO DE JORNALISTAS NO BRASIL: DESIGUALDADES, IDENTIDADES E PRECARIIDADES

*Samuel Pantoja Lima*  
*Janaina Visibeli Barros*  
*Janara Nicoletti*

**E**sta obra reúne os primeiros artigos científicos que contemplam interpretações originais dos dados gerados pela pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (LIMA; et al., 2022). Pesquisadoras e pesquisadores de todas as regiões do Brasil se debruçaram sobre as questões estruturais que tocam diretamente os eixos das desigualdades, identidades profissionais e de gênero, e precariedades.

Uma década depois da primeira rodada da pesquisa (MICK; LIMA, 2013), o estudo teve como objetivo geral investigar e mensurar quantos e quem são os(as) jornalistas brasileiros(as), no final deste primeiro quarto do século 21. Três foram os objetivos específicos: a) Estimar a divisão da categoria por gênero e função; a) Analisar a relação entre os índices de sindicalização, formação superior e registro profissional; c) Examinar o impacto sobre os indicadores de saúde dos trabalhadores e das condições de precarização da profissão (jornada excessiva, baixos salários, intensidade e vínculo trabalhista etc.). O relatório da pesquisa pode ser baixado aqui: <https://archive.is/Vu6gE>.

O estudo atual seguiu a experiência realizada em 2012: *online survey* (enquete em rede), de participação espontânea, via internet, cuja coleta de dados foi feita entre 16 de agosto de 1º de outubro de 2021.

A ampliação da rede de apoiadores institucionais, em relação à primeira edição do estudo, contribuiu para o número final de respondentes ter ultrapassado 7 mil jornalistas (com 56 participantes que trabalhavam no exterior): todas as entidades que atuam no campo do Jornalismo no país apoiaram ativamente a pesquisa, construção coletiva da Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas (Retij) liderada desde a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC).

O questionário de pesquisa foi submetido a pré-teste com cerca de cem respondentes dos três setores profissionais (Mídia, Fora da Mídia e Docência). O instrumento foi elaborado colaborativamente pela equipe, formada por 17 investigadores de cinco universidades diferentes, uma em cada região do país, e buscou coletar dados em seis diferentes blocos de questões descritas no relatório do estudo nacional (LIMA; *et al.*, 2022). Os procedimentos metodológicos adotados para garantir a mobilização da categoria profissional, a partir de uma ação política de lideranças das entidades nacionais, foram os seguintes: a) Disseminação da enquete em rede (*online survey*) para obtenção do maior volume possível de respostas de jornalistas em todas as unidades da federação, de participação espontânea; b) Estímulo à participação dos profissionais por meio de e-mails, redes sociais, notícias em canais especializados, página da pesquisa na internet ([perfildojornalista.ufsc.br](http://perfildojornalista.ufsc.br)); c) Coleta de dados on-line, com coletores próprios para cada rede social e na página da pesquisa; d) Saneamento da base de dados (das 7.029 respostas obtidas, após o saneamento restou uma base de 6.650 respostas válidas, sendo 6.594 no país e 56 no exterior); e) Retenção das respostas necessárias à composição de plano amostral – cujo número final foi de 3.100 respondentes (a partir da distribuição provável dos jornalistas no território nacional), garantindo uma confiabilidade de 99% com 2,3% de margem de erro.

Com tais características, o estudo de 2021 foi capaz de obter respostas mais bem distribuídas em todas as regiões do país e nas diferentes faixas etárias da categoria, resultando em maior precisão dos dados, na correção de vieses de auto seleção da rodada anterior e na possibilidade de comparar respostas nos níveis regionais. A seguir,



apresentaremos uma síntese dos dados gerais da pesquisa, incluindo tabelas que não aparecerão nos capítulos reunidos neste livro.

Quanto a características sociodemográficas, ao final de 2021 as/os jornalistas brasileiras/os eram majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com até 40 anos. Do conjunto desses dados, destacamos alguns aspectos, a começar pelo gênero (Tabela 1). A quase a totalidade dos respondentes (99,7%) se classifica como feminino (57,8%) ou masculino (41,9%); entre os que se identificaram de outra forma (0,3%) a principal designação foi a de não-binário.

**Tabela 1.** Com qual gênero você se identifica?

Gênero	Frequência	Porcentagem válida
Feminino	1.793	57,8%
Masculino	1.298	41,9%
Outro(s), qual(is)?	9	0,3%
<b>Total</b>	<b>3.100</b>	<b>100%</b>

Há uma clara divisão em três faixas etárias na categoria, com taxas similares: aqueles que estão entre os 18 e 30 anos (29%); na faixa seguinte, as/os jornalistas entre 31 e 40 anos (30,3%); por fim, entre os 41 e 64 anos representam 35,8%. Somente 5% são aqueles com mais de 64 anos. Em relação à pesquisa anterior (MICK; LIMA, 2013), confirma-se um aumento em todos os percentuais de idade, exceto os abaixo de 30 anos, onde houve grande decréscimo, por conta da redução do viés de auto seleção (Tabela 2).

**Tabela 2.** Você pertence a qual faixa etária?

Faixa etária	Frequência	Porcentagem válida
Entre 31 anos e 40 anos	938	30,3%
Entre 23 anos e 30 anos	747	24,1%
Entre 41 anos e 50 anos	558	18,0%
Entre 51 anos e 64 anos	551	17,8%
Acima de 64 anos	155	5,0%
Entre 18 anos e 22 anos	151	4,9%
<b>Total</b>	<b>3.100</b>	<b>100,00%</b>

Uma característica que se destaca desse novo estudo se refere à cor/raça. A categoria é ainda predominantemente branca (67,8%), mas o número de jornalistas negros/as – somados pretos (9,3%) e pardos (20,6%) – chega aos 30%, enquanto há uma década era pouco mais de 20%. Consideram-se ainda amarelos (1,3%) e os indígenas representam apenas 0,4% (percentual idêntico à pesquisa de 2012).

Majoritariamente feminina e com maior presença de pessoas negras, a categoria profissional de jornalistas é atravessada pelos debates sobre os efeitos, no trabalho, das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Neste livro, o tema será desdobrado em capítulos que discutem gênero, raça e idade. Andressa Kikuti, Janara Nicoletti e Jacques Mick perguntam: “A precariedade tem gênero? Condições de trabalho, saúde e violências das jornalistas brasileiras”. Claudia Nonato e Abinoan Santiago discutem os efeitos do racismo nos mundos do trabalho em “Mais acesso, poucas oportunidades: o perfil d@s jornalistas negr@s”. Janaina Visibeli Barros et al. traçam “O perfil de jovens jornalistas no Brasil”.

O alto nível de escolaridade é uma característica marcante da profissão, num flagrante paradoxo com as condições de trabalho e os salários praticados no mercado. Os dados apontam que, nesse quesito, 98,3% das/os profissionais, ou estão cursando uma faculdade (6,3%), ou têm ensino superior completo (42,3%), ou algum nível de ensino acima deste (49,7%). Quanto à formação, mais de nove em cada dez são formados nos cursos de jornalismo (94,1%). Há ainda quem tenha cursado outras áreas da comunicação como Rádio e TV ou Audiovisual/Cinema (5,6%), Publicidade e Propaganda (2,9%) e Relações Públicas (1,6%). O perfil profissional já contempla administradores de empresas, artistas, biólogos, designers, cientistas sociais, historiadores, além de profissionais de letras, *marketing*, teologia, teatro e turismo, entre tantas outras (Tabela 3).

**Tabela 3. Qual a sua área de graduação?**

<b>10 – Qual é sua área de graduação? (Você pode selecionar mais de uma opção)</b>		
<b>Graduação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem válida</b>
Jornalismo ou Comunicação com habilitação em Jornalismo	2.849	94,12%
Publicidade e Propaganda	88	2,91%
Rádio e TV	115	3,80%
Relações Públicas	47	1,55%
Audiovisual ou Cinema	55	1,82%
Outra área. Qual?	235	7,76%
<b>Total</b>	<b>3.027</b>	<b>100,00%</b>

O contraste entre educação formal elevada e salários incompatíveis é um indicador da precarização estrutural da profissão no país. O transcurso da década não alterou a base de remuneração achatada. Cerca de 6 em cada 10 profissionais ganham entre R\$ 1.100,00 a R\$ 5.500,00 (58%). A precariedade produz efeitos sobre a saúde, objeto de “Trabalho precário como fonte de adoecimento mental e sofrimento ético”, capítulo de Janara Nicoletti e Roseli Figaro

A precariedade se distribui de maneira desigual nas três áreas de atuação da categoria delimitadas para fins desta pesquisa nacional, as quais não sofreram alterações significativas em relação ao levantamento de uma década atrás. Agora, 57,7% dos respondentes apontaram que trabalham na Mídia (imprensa, veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente, *startup* jornalística); outros 34,9% atuam Fora da Mídia (assessoria de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais etc.); finalmente, 7,4% são docentes em cursos de formação em jornalismo ou outras áreas (Tabela 4). Uma década atrás os respectivos percentuais eram 55%, 40% e 5%.

**Tabela 4.** Em sua ocupação principal, qual sua área de atuação?

Áreas de atuação	Frequência	Porcentagem válida
Mídia (imprensa, veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente, <i>startup</i> jornalística)	1.335	57,7%
Fora da mídia, em outra atividades (assessoria de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais...)	808	34,9%
Docência (formação superior de jornalistas ou outras áreas de conhecimento)	171	7,4%
<b>Total de respostas válidas</b>	<b>2.314</b>	<b>100,00%</b>

Tais alocações, relevantes para a configuração de identidades profissionais, são discutidas em quatro capítulos deste livro. *Perfil dos Jornalistas na Mídia: mudanças e permanências*, de Vinícius Augusto Bressan Ferreira e Samuel Pantoja Lima, e *Cultura Profissional do Jornalismo: outras perspectivas a partir da atuação de jornalistas em iniciativas de jornalismo independente*, Edgard Patrício e Luan Matheus Santana, analisam o cenário mutante o trabalho em mídia, duplamente afetado pela crise sociopolítica e econômica que atravessa o país há uma década e pelas mudanças estruturais do ofício. Sob outro ângulo, Mariane Nava, Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti e João Augusto Moliani observam as implicações envolvidas em trajetórias profissionais que optam por outro caminho, no capítulo “O jornalista fora da mídia e o risco de estar fora do jornalismo”. Pedro Aguiar olha para fora do Brasil em “O perfil dos jornalistas que atuam no exterior”.

Concluimos esta breve síntese fazendo menção às características políticas das/os jornalistas brasileiros. A taxa de sindicalização é melhor que há dez anos: 25% em 2012, evoluindo em 2021 para 31,4%. Do ponto de vista da filiação partidária, nove em cada dez jornalistas afirmaram que não são filiados a partidos políticos. Dos 10,3% que têm vínculo com organizações partidárias, os mais citados (de um total de 23 legendas) foram: PT (4,1%), PSOL (1,8%), PCdoB (0,8%), PSB (0,4%) e PSDB (0,3%).

O *gap* mais significativo nesse perfil político se apresenta entre a autoidentificação ideológica e a atuação em organizações da sociedade civil. Na primeira questão, 80,7% das(os) jornalistas se identificam com

um campo à esquerda: 52,8% se identificam como de Esquerda, 25,9% de centro-esquerda e 2% de extrema-esquerda. A posição “Centro” correspondeu a 4,7% das respostas, enquanto centro-direita obteve 2,5%, direita 1,4% e extrema-direita 0,1%. O campo que inclui posições de Direita somou 4%. Já 8,3% dos entrevistados não quiseram informar seu posicionamento.

Quando se trata de atuação em alguma associação ou organização social: 37,9% dos jornalistas nunca atuaram e 33,3% disseram que já atuaram, mas não atuam mais. No somatório, 71,2% dos respondentes não estão engajados em movimentos sociais ou quaisquer outros espaços de luta e mobilização da cidadania. O dado concreto, e preocupante do ponto de vista da inserção da categoria nas lutas da sociedade, é que mais de dois terços dos jornalistas respondentes não atuam em associação ou organização social ou sete em cada dez. O capítulo de Kevin Kossar Furtado, “Prática e adesão religiosa dos jornalistas brasileiros”, completa o desenho sociodemográfico do perfil da categoria, explorando um tema de óbvias implicações políticas no Brasil contemporâneo.

Os textos reunidos neste livro aprofundam interpretações sobre a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, que em resumo revelou o seguinte:

- a) A profissão continua majoritariamente feminina, embora a participação de mulheres tenha reduzido um pouco em comparação ao estudo anterior.
- b) O percentual de jornalistas negros e negras (pretos/as e pardos/as) cresceu notoriamente e superou os 30%, provavelmente como resultado de políticas de ação afirmativa no ensino superior.
- c) A presença de jovens ainda é muito significativa, mas o estudo alcançou maior percentual de trabalhadores/as acima dos 41 anos, corrigindo viés da pesquisa anterior e refletindo a passagem do tempo.
- d) A renda média de quase 60% dos jornalistas é inferior a R\$ 5,5 mil por mês e apenas 12% recebem acima de R\$ 11 mil.
- e) A distribuição dos jornalistas por tipo de atividade indica menor presença de jornalistas atuando Fora da Mídia (35%

contra 40% do levantamento anterior). Isso tanto pode indicar uma redução da autoidentificação profissional com o jornalismo de pessoas que atuam nesse segmento, como sugerir que a crise econômica posterior a 2015 levou à redução no número de organizações de Fora da Mídia. Uma terceira possibilidade é que a distinção entre Mídia e Fora da Mídia esteja se diluindo, com maior entrelaçamento de atividades em organizações que antes operavam mais separadamente. Por último, há um notável crescimento dos “arranjos alternativos e independentes às corporações de mídia hegemônicas” (Atlas da Notícia, 2020).

- f) A precarização do trabalho avançou significativamente a partir de vários indicadores: quanto aos tipos de contratação, reduziu o volume de vínculos CLT e as formas precárias chegam a 24% (freelas, prestação de serviços sem contrato, PJ e MEI); quanto à jornada de trabalho, o percentual de jornalistas com carga diária superior a oito horas permanece alarmante: 42,2%.
- g) Todos os indicadores de saúde confirmam a deterioração das condições de trabalho e produzem efeitos nocivos sobre jornalistas, em especial o nível de estresse e a disseminação das formas de assédio moral; e, por fim,
- h) Aumentou a autoidentificação ideológica dos/das jornalistas com a esquerda do espectro político, num contexto nacional de fortes tensões políticas e socioculturais.

A pesquisa é fruto de uma construção coletiva, lastreada no compromisso de uma equipe de pesquisadoras/es trabalhando em regime voluntário, articulada nacionalmente pela Retij, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). O estudo não teria sido possível sem o apoio institucional e político das entidades nacionais que atuam no campo jornalístico. Gratidão imensa às diretorias da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação Profissão Jornalista (APJor),

Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) – e Sindicatos filiados, e a Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Sem o empenho dessas lideranças teria sido impossível alcançar tão expressiva participação, num cenário de pandemia e desmobilização dos trabalhadores.

## Referências

LIMA, Samuel Pantoja; *et al.* (Orgs). **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

# PRÁTICA E ADESÃO RELIGIOSA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS: COMPARATIVO ENTRE OS PERFIS PROFISSIONAIS DE 2012 E 2021

*Kevin Kossar Furtado*

*Universidade Estadual do Centro-Oeste*

Estima-se que o Brasil tinha, no fim de 2011, 145 mil jornalistas com registro profissional – número que não contempla os egressos de cursos superiores de Jornalismo que não fizeram registro e os trabalhadores sem formação nem registro, mesmo com algum espaço de atuação profissional (MICK, 2012, p. 4). Para descobrir o perfil desses profissionais, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), realizou, em 2012, a pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro* (SCHRÖDER, 2013, p. 7).

Depois de estimar a quantidade dos jornalistas atuantes e sua distribuição territorial no Brasil para formular um plano amostral da categoria no país, os pesquisadores colheram respostas em uma enquete pela internet (*online survey*) (MICK, 2012, p. 1). O questionário usado para traçar o perfil dos jornalistas brasileiros contou com questões reunidas em blocos temáticos para obter informações sobre as características demográficas, políticas, as características gerais do trabalho e as características específicas do trabalho em três segmentos: os trabalhadores em mídia, os trabalhadores de fora da mídia e os docentes (MICK, 2012, p. 13). Cerca de cinco mil jornalistas responderam ao questionário de pesquisa. O plano amostral nacional, composto de forma aleatória, contou



com 2.731 respostas, com distribuição regional similar à encontrada nos registros profissionais dos jornalistas brasileiros (MICK, 2012, p. 23).

Os dados da pesquisa de 2012 preencheram uma lacuna no conhecimento do campo de trabalho dos jornalistas no Brasil. Até aquele momento, não era possível estimar a quantidade de profissionais nem evidenciar suas características gerais. Desde então, a falta de um Conselho, Ordem ou órgão de autorregulação e monitoramento da atividade profissional dificulta as investigações científicas sobre as mutações de uma categoria que se complexifica, enquanto profissão e forma social de conhecimento – quer nas empresas de mídia hegemônicas, nas organizações surgentes ou nos novos veículos independentes, especialmente no ambiente on-line – desdobramentos tanto do fenômeno de precarização do trabalho como do surgimento das organizações de jornalismo independente e fortalecimento das possibilidades de trabalho fora da mídia (LIMA; MICK; *et al.*, 2022, p. 9). O relatório de 2012 se tornou “a principal referência sobre as características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico no país” (LIMA; *et al.*, 2022, p. 8).

Quase 10 anos depois da primeira pesquisa, os dados de 2021 evidenciam a urgência de se elaborar estratégias para proteção do emprego, saúde e bem-estar dos jornalistas brasileiros. A investigação aponta, também, as novas configurações profissionais que despontaram a partir das novas tecnologias, que tencionam novas possibilidades de estudo e ação para um campo profissional sintonizado com as demandas da categoria (LIMA; MICK; *et al.*, 2022, p. 7-8).

A dificuldade para estimar o número de jornalistas atuantes no país continua, visto a inexistência de uma entidade que concentre a documentação e faça o monitoramento da atuação dos profissionais. No levantamento de 2021, os pesquisadores se basearam no mesmo tipo de dado utilizado na pesquisa de 2012, os registros profissionais fornecidos pelo Estado, através do antigo Ministério do Emprego e Trabalho (MTE), extinto e diluído entre outros ministérios no período de realização da última pesquisa. O novo universo amostral foi estimado com base no número de Registros Profissionais concedidos pelo Estado entre 2000 a 2019. Nesse intervalo de 20 anos, foram concedidos 142.424 registros (LIMA; *et al.*, 2022, p. 10-11).

Apesar dos tensionamentos para se estimar um universo amostral confiável, os pesquisadores usaram como base para dimensionar a categoria o número oficial de registros profissionais – arredondando o número para 142 mil jornalistas. Para desenvolver o plano amostral, o parâmetro escolhido foi a distribuição percentual de registros por estados. Outra fonte de informação prévia à pesquisa foi o número de cursos de graduação em Jornalismo ou de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Em dezembro de 2010, eles eram 316; em dezembro de 2020, 327. Conforme os coordenadores da pesquisa, faz-se necessário observar a variação no número de cursos superiores de Jornalismo ofertados país afora – o que está fora do alcance e capacidade dos sindicatos da categoria e do Estado – visto formarem, anualmente, milhares de novos jornalistas que impactam o mercado de trabalho. Nesse sentido, os pesquisadores ressaltam, ainda, que inexistem dados públicos sobre a redução dos postos de trabalho e a variação na oferta de força de trabalho para jornalistas em um mercado que aparenta estar em pronunciada redução (LIMA; *et al.*, 2022, p. 12-13).

O relatório de 2021 atualiza as informações do estudo anterior, amplamente usado por pesquisadores do Jornalismo na última década, e acrescenta dados sobre a precarização do trabalho relacionada com as transformações estruturais do jornalismo observadas em escala global, e os indicadores de saúde laboral da categoria.

## **A prática religiosa dos jornalistas brasileiros em 2012**

Na pesquisa de 2012 sobre a prática religiosa dos jornalistas brasileiros, dos 2.731 respondentes, 51,4% (1.403) disseram ser praticantes de alguma religião, enquanto 40,1% (1.095) manifestaram não praticar nenhuma religião. Ateus/ateias eram 8,5% (233). Na divisão dos dados por identidade de gênero, das 1.741 participantes que se identificaram com o sexo feminino, 55,1% (959) disseram ser praticantes de alguma religião, enquanto 38,9% (678) manifestaram não praticar nenhuma religião. Ateias eram 6,0% (104). Dos 990 participantes que se identificaram com o sexo masculino, 44,9% (444) disseram ser praticantes

de alguma religião, enquanto 42,1% (417) manifestaram não praticar nenhuma religião. Ateus eram 13,0% (129) (MICK; FURTADO, 2019, p. 282).

Para os 51,4% (1.403) respondentes que se declararam praticantes de alguma religião – 959 do total das jornalistas que se identificaram com o sexo feminino e 444 do total dos jornalistas que se identificaram com o sexo masculino – se perguntou em qual grupo sua religiosidade se exercia. Era possível apontar mais de uma resposta a partir de uma lista que seguia a classificação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010. Foram obtidas 1.645 respostas que designaram 30 diferentes denominações religiosas – somando com a categoria “Outras religiosidades” que, em alguns casos, caracterizava grupos religiosos específicos já presentes no rol de opções oferecidas pelo questionário (MICK; FURTADO, 2019, p. 282).

A pesquisa de 2012 mostrou que os jornalistas brasileiros eram, majoritariamente, praticantes de alguma religião – 51,4% (1.403); as jornalistas que se identificaram com o sexo feminino eram mais religiosas do que os jornalistas que se identificaram com o sexo masculino – 55,1% (959) contra 44,9% (444). Todavia, destacou-se o percentual de jornalistas que declarou não ser praticante de qualquer religiosidade – 40,1% (1.095); percentualmente, os jornalistas que se identificaram com o sexo masculino superaram as jornalistas que se identificaram com o sexo feminino – 42,1% (417) contra 38,9% (678) (FURTADO, 2018, p. 550)<sup>1</sup>. Ateus/ateias eram 8,5% (233); os jornalistas que se identificaram com o sexo masculino, percentual e numericamente superaram as jornalistas que se identificaram com o sexo feminino – 13,0% (129) contra 6,0% (104) (FURTADO, 2018, p. 537).

O percentual de jornalistas que se identificaram com o sexo feminino praticantes de alguma religião foi maior do que a média do conjunto dos jornalistas brasileiros. O percentual de não praticantes e ateias, menor. O percentual de jornalistas que se identificaram com o sexo masculino praticantes de alguma religião foi menor do que a média do conjunto dos jornalistas brasileiros. O percentual de não praticantes e ateus, maior.

---

1 Embora, numericamente, elas superassem os que se identificam com o sexo masculino, visto formarem a maioria quantitativa entre os jornalistas brasileiros na pesquisa de 2012 – 63,7% contra 36,3% (MICK; LIMA, 2013, p. 33).

Ao reunir os percentuais da prática religiosa dos jornalistas brasileiros a partir da classificação dos grandes grupos de religião do censo do IBGE de 2010, os sem religião formavam o grupo mais expressivo entre os jornalistas brasileiros em 2012 (48,6%)<sup>2</sup>, seguidos dos católicos (21,2%) e, em terceiro, dos jornalistas que adotavam outras religiosidades (10,2%). Os jornalistas espíritas eram o quarto grupo mais expressivo (10,1%), seguidos dos evangélicos (7,1%). Por fim, os praticantes da umbanda e do candomblé eram o sexto grupo entre os jornalistas brasileiros (2,8%) (FURTADO, 2018, p. 551).

## Mudanças na questão da religiosidade dos jornalistas em 2021

Para identificar o posicionamento dos jornalistas brasileiros em relação à religiosidade, na pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* o enunciado e as respostas da questão passaram por alterações em comparação ao levantamento anterior. Naquela ocasião, o questionário perguntava aos jornalistas: “você é praticante de uma religião?”. O objetivo era descobrir a relação dos profissionais com grupos religiosos, sem revelar frequência a eventos, reuniões, cultos ou rituais religiosos. Não se pretendia “aferir a relação com um ente transcendente, senão com as religiões.” Ou seja, não interessava a crença ou descrença dos jornalistas em uma divindade (MICK; FURTADO, 2019, p. 282).

Não obstante, a terceira opção de resposta para a questão supracitada – “não, sou ateu/ateia” – abria margem justamente para a identificação das crenças dos jornalistas, o que também compreende Jacques Mick, um dos coordenadores das duas pesquisas, pois a resposta “sou ateu/ateia” indica um claro tipo de relação de recusa a qualquer tipo de divindade” (MICK, 2017). Já naquele momento, Mick considerava plausível afirmar, além disso, que os não praticantes – expressivos 40,1% – poderiam ser, ao menos em parte, sujeitos que criam em algum ente transcendente. Todavia, o levantamento de 2012

---

2 Para esta classificação, incluímos no grupo dos sem religião os sem prática religiosa, com 40,1%, e os ateus, com 8,5% (FURTADO, 2018, p. 551).

não explorou como os sem prática religiosa consideravam a religião (MICK, 2017).

Identificamos na pesquisa do perfil dos jornalistas brasileiros de 2012 a impossibilidade de os respondentes expressarem, por conta das alternativas disponibilizadas, se o status de não praticante de alguma religião implicava apenas ser sem religião, ou seja, sem ligação com algum grupo religioso, o que não significa ser descrente quanto ao transcendente, ou incognoscibilidade a seu respeito, ou seja, ser agnóstica(o).

Crítica semelhante foi levantada por estudiosos da religião em relação à metodologia adotada pelo IBGE para a categoria dos sem religião no censo dos brasileiros de 2010, último cujos dados sobre a religiosidade da população estavam disponíveis até a finalização deste texto. Até então, sob esta designação, expressa Silvia Regina Alves Fernandes (2006), incluíam-se tanto os irreligiosos, agnósticos e ateus, como os indivíduos que acreditavam em uma divindade, mas não se identificavam com um grupo religioso institucionalizado.

No censo de 2010, aponta Gracino Júnior (2012, p. 1156), “o IBGE supriu parcialmente essa lacuna, subdividindo o grupo dos ‘sem religião’, nas categorias agnósticos e ateus e sem religião [...], ou seja, sem pertença religiosa.” Ainda assim, para Denise dos Santos Rodrigues (2012, p. 1138), a categoria dos sem religião não representa com precisão sua composição, visto que “essa distribuição depende das informações que o entrevistado acrescenta espontaneamente, especificando, por exemplo, se é sem religião ateu ou, se evangélico, a qual denominação está afiliado, orientando sua classificação”.

No caso da identificação da religiosidade dos jornalistas brasileiros, tínhamos sugerido (MICK; FURTADO, 2019, p. 289), em um artigo que comparou os dados de prática religiosa da categoria em 2012 com as características gerais de religiosidade da população do censo de 2010 do IBGE, que no seguinte levantamento do perfil a pergunta sobre os profissionais sem prática religiosa fosse elaborada de modo a permitir diferenciar os sem ligação com algum grupo religioso dos sem religião agnósticos e dos sem religião ateus.

A partir dessa sugestão, os coordenadores da pesquisa de 2021 reviram, de modo geral, a questão sobre a prática religiosa e acolheram

a proposta que permitisse identificar agnósticos e ateus. Num primeiro momento, eles elaboraram – a partir das respostas à pesquisa de 2012 – uma lista fechada, mas ampla, de alternativas (com o intuito, no entanto, de simplificá-la e reduzi-la) para os que indicassem ser praticantes religiosos, além da opção de indicar outras religiosidades não disponíveis na lista.

Na sequência, colaboramos na atualização da lista fechada ao retirar os grupos religiosos que, no levantamento de 2012, foram citados poucas vezes, mas disponibilizamos um maior número de opções (religiões e igrejas com mais adeptos), o que não contemplou o plano de reduzi-la. Afinal, os coordenadores optaram por não usar uma lista fechada de opções e deixar em aberto a descrição da fé, religião ou culto, com a finalidade de observar sincretismos e novas denominações (MICK, 2021).

As mudanças culminaram na reformulação do enunciado geral, que abordou a religiosidade em uma perspectiva mais ampla. Perguntou-se aos jornalistas: “você é adepta(o) de alguma fé, religião ou culto?”. As opções para a resposta geral foram ampliadas. Acrescentou-se a alternativa “não, sou agnóstica(o)”, inexistente no levantamento anterior. Na segunda questão, de uma lista fechada de grupos e uma alternativa aberta sobre a prática religiosa em 2012, se passou para uma lista totalmente aberta na indicação de adesão a grupos religiosos em 2021.

Em síntese, no quesito religiosidade dos jornalistas brasileiros, o propósito da pesquisa de 2021 foi mostrar a adesão dos profissionais a fés, religiões e cultos – sem, de modo similar ao levantamento de 2012, revelar frequência a eventos, reuniões, cultos ou rituais religiosos – e, contrariamente ao primeiro levantamento, verificar sua crença ou descrença em algum ser transcendente.

## **A adesão religiosa dos jornalistas brasileiros em 2021**

Na questão sobre a religiosidade na pesquisa de 2021 do *Perfil do Jornalista Brasileiro*, dos 2.017 respondentes a esta questão, 57,7% (1.164) disseram ser adeptos de alguma religião, fé ou culto, enquanto 26,0% (525) expressaram ser agnósticos e 16,3% (328) ateus. Na divisão dos dados por identidade de gênero, das 1.147 participantes que se

identificam com o sexo feminino, 62,6% (718) disseram ser adeptas de alguma religião, fé ou culto, enquanto 24,8% (285) manifestaram ser agnósticas e 12,6% (144) ateias. Dos 863 participantes que se identificam com o sexo masculino, 51,3% (443) disseram ser adeptos de alguma religião, fé ou culto, enquanto 27,5% (237) disseram ser agnósticos e 21,2% (183) ateus (FURTADO, 2022, p. 124-126). A tabela abaixo apresenta os dados gerais dos levantamentos de 2012 e 2021 sobre a religiosidade dos jornalistas brasileiros.

**Tabela 1. Prática e adesão religiosa dos jornalistas brasileiros em 2012 e 2021**

Prática religiosa (2012); adesão a alguma fé, religião ou culto (2021)	2012		2021	
	Percentual geral	Percentual por sexo	Percentual geral	Percentual por sexo
Sim	51,4%	55,1% (F) 44,9% (M)	57,7%	62,6% (F) 51,3% (M)
Não	40,1%	38,9% (F) 42,1% (M)	-	-
Não, sou agnóstica(o)	-	-	26,0%	24,8% (F) 27,5% (M)
Não, sou atea/ateu	8,5%	6,0% (F) 13,0% (M)	16,3%	12,6% (F) 21,2% (M)
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>		<b>100,0%</b>	

Fonte: Elaboração do autor baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

O percentual de jornalistas brasileiros cresceu de 51,4% com prática religiosa para 57,7% com adesão a alguma fé, religião ou culto. Nos dois levantamentos, as jornalistas que se identificam com o sexo feminino se mostraram mais religiosas do que os jornalistas que se identificam com o sexo masculino. O percentual de jornalistas que não pratica ou possui adesão religiosa, reduziu de 48,6% para 42,3%. Nos dois levantamentos, os jornalistas que se identificam com o sexo masculino se mostraram menos religiosos dos que as jornalistas que se identificam com o sexo feminino. O percentual de jornalistas ateus cresceu de 8,5% para 16,3%. Nos dois levantamentos, o percentual de jornalistas que se identificam com o sexo masculino supera o de jornalistas que se identificam com o sexo feminino.

Para os 57,7% (1.164) respondentes que se declararam adeptos de alguma fé, religião ou culto na pesquisa de 2021 – 718 do total das jornalistas que se identificam com o sexo feminino e 443 do total dos jornalistas que se identificam com o sexo masculino – se perguntou em qual(is) grupo(s) sua religiosidade se exerce. Era possível apontar respostas livres. Foram obtidas 1.164 respostas que designam 34 diferentes denominações religiosas – somando com as categorias “Dupla ou múltipla pertença” (na qual foram inclusas as respostas que expressam adesão a mais de uma fé, religião ou culto), “Indefinido” e “Outros” (na qual foram inclusas as respostas que não expressam adesão a grupos religiosos propriamente ditos) (FURTADO, 2022, p. 126).

A pesquisa de 2021 mostra que os jornalistas brasileiros são, majoritariamente, adeptos de alguma fé, religião ou culto – 57,7% (1.164); as jornalistas que se identificam com o sexo feminino são mais adeptas do que os jornalistas que se identificam com o sexo masculino – 62,6% (718) contra 51,3% (443). Contudo, destaca-se o percentual de agnósticos e ateus – 42,3% somados (853). Percentualmente, os jornalistas que se identificam com o sexo masculino agnósticos superam as jornalistas que se identificam com o sexo feminino agnósticas – 27,5% (237) contra 24,8% (285)<sup>3</sup>. Percentual e numericamente, os jornalistas que se identificam com o sexo masculino ateus superam as jornalistas que se identificam com o sexo feminino ateias – 21,2% (183) contra 12,6% (144) (FURTADO, 2022, p. 124-125).

O percentual de jornalistas que se identificam com o sexo feminino adeptas de alguma religião, fé ou culto, se constitui maior do que a média do conjunto dos jornalistas brasileiros; e o percentual de agnósticas e ateias, menor em relação ao conjunto dos jornalistas brasileiros. Por sua vez, o percentual de jornalistas que se identificam com o sexo masculino adeptos de alguma religião, fé ou culto, se constitui menor do que a média do conjunto dos jornalistas brasileiros; e o percentual de agnósticos e ateus, maior em relação ao conjunto dos jornalistas brasileiros (FURTADO, 2022, p. 125-126).

---

3 Embora, numericamente, elas superem os que se identificam com o sexo masculino, visto formarem a maioria quantitativa entre os jornalistas brasileiros na pesquisa de 2021 – 57,8% contra 41,9%. 0,3% se identificam de outras formas (LIMA; MICK; *et al.*, 2022, p. 27).



Na tabela abaixo, apresentamos os dados com as respostas da pesquisa de 2012 classificadas como “Outras religiosidades” integradas àquelas disponíveis no questionário, quando possível<sup>4</sup>; e apresentamos os dados com as respostas da pesquisa de 2021 classificadas como “Dupla ou múltipla pertença”<sup>5</sup>, “Indefinido”<sup>6</sup> e “Outros”<sup>7</sup>.

**Tabela 2. Jornalistas brasileiros com prática e adesão religiosa em 2012 e 2021**

Grupo religioso	2012	2021
Católica Apostólica Romana	21,2% (678)	27,9% (562)
Espírita	10,1% (322)	8,3% (168)
Cristianismo		9,0% (181)
Católica Apostólica Brasileira	3,3% (105)	
Espiritualismo	2,7% (85)	1,0% (20)
Dupla ou múltipla pertença		2,7% (54)
Batista	2,2% (69)	0,1% (3)
Umbanda	2,1% (67)	2,2% (45)
Budismo	1,2% (38)	0,7% (14)
Presbiteriana	1,2% (37)	0,3% (6)
Acredita em Deus		1,0% (20)
Assembleia de Deus	0,8% (27)	
Candomblé	0,7% (24)	0,9% (18)
Adventista	0,7% (21)	0,2% (5)
Luterana	0,5% (15)	0,1% (2)
Judaísmo	0,4% (14)	0,3% (7)

- 4 Para os respondentes que diziam ter outra religiosidade, se pediu indicação específica, que somaram 69 respostas de 51 diferentes denominações religiosas (algumas já presentes no rol de classificações fornecido pelo questionário), incluindo o agnosticismo, embora ele não seja uma expressão de prática religiosa. Elas estão detalhadas em Mick e Furtado (2019, p. 282-284). Nesta tabela, as respostas foram reagrupadas em “Outras”. Para melhor visualização, nela incluímos as respostas que alcançaram menos de 0,1% (que receberam uma menção cada).
- 5 As respostas classificadas como “Dupla ou múltipla pertença”, que somaram 31 tipos de configuração religiosa, estão detalhadas em Furtado (2022, p. 127-128).
- 6 As respostas classificadas como “Indefinido” estão detalhadas em Furtado (2022, p. 129).
- 7 As respostas classificadas como “Outros” reuniram as indicações de práticas, sistemas filosóficos, entre outras referências, e somaram 12 respostas. Nesta tabela, as respostas foram reagrupadas em “Outras”. Para melhor visualização, nela incluímos, também, as respostas que alcançaram menos de 0,1% (que receberam uma menção cada). Elas estão detalhadas em Furtado (2022, p. 129).

<b>Grupo religioso</b>	<b>2012</b>	<b>2021</b>
Quadrangular	0,4% (14)	
Universal do Reino de Deus	0,4% (13)	
Igreja Messiânica Mundial do Brasil	0,3% (10)	
Congregação Cristã no Brasil	0,3% (9)	
Igreja Cristã Maranata	0,2% (6)	
Igreja Evangélica Congregacional do Brasil	0,2% (6)	
Metodista	0,2% (6)	0,1% (2)
Testemunhas de Jeová	0,2% (5)	
Tem espiritualidade		0,2% (4)
Ortodoxo	0,1% (4)	
Hinduismo	0,1% (3)	0,1% (2)
Igreja Brasil para Cristo	0,1% (3)	
Santos dos Últimos Dias	0,1% (3)	0,3% (6)
Espiritualizada		0,1% (2)
Igreja Cristã de Nova Vida	0,1% (2)	
Islamismo	0,1% (2)	
Wicca		0,1% (2)
Outras	1,8% (57)	1,2% (24)
Indefinido		0,8% (17)
<b>Total</b>	<b>51,4% (1645)</b>	<b>57,7% (1164)</b>

Fonte: Elaboração do autor baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

Entre os dados que se destacam, o percentual de jornalistas brasileiros católicos cresceu de 21,2% para 27,9% entre 2012 e 2021. O de espíritas recuou de 10,1% para 8,3%. Se no levantamento de 2012 uma série de igrejas foi mencionada, o mesmo não ocorreu em 2021 (ficaram de fora igrejas pentecostais e neopentecostais tradicionais como a Assembleia de Deus e a Universal do Reino de Deus). Em contrapartida, em 2021 ampliou-se o grupo dos que se declaram genericamente como cristãos com 9,0%<sup>8</sup>. Entre os resultados que não apareceram em 2012, mas foram citados em 2021, se destaca o de dupla ou múltipla pertença, com 2,7%. O percentual de jornalistas umbandistas teve um ligeiro crescimento de 2,1% para 2,2%; o de candomblecistas

8 Na pesquisa de 2012, os que se declaram genericamente como cristãos foram 0,2% (FURTADO, 2017, p. 545-546).

de 0,7% para 0,9%. O percentual de jornalistas que manifestou ter outras religiosidades recuou de 1,8% para 1,2%. Na pesquisa de 2021, o significativo percentual dos jornalistas que se declaram genericamente como cristãos, o aparecimento dos com dupla ou múltipla pertença e a diminuição do percentual dos profissionais com outras religiosidades possivelmente se deve ao fato de que os respondentes puderam apontar respostas livres, diferentemente da pesquisa de 2012, em que os participantes responderam a partir de uma lista fornecida.

Ao reunir os percentuais de adesão religiosa dos jornalistas brasileiros a partir da classificação dos grandes grupos de religião do censo do IBGE de 2010, último cujos dados sobre a religiosidade da população estavam disponíveis até a finalização deste texto, os sem religião formam o grupo mais expressivo entre os jornalistas brasileiros em 2021 (42,3%)<sup>9</sup>, seguidos dos católicos (27,9%), espíritas (8,3%) e, em quarto, dos que adotam outras religiosidades (5,9%)<sup>10</sup>. Os jornalistas que se declaram cristãos são o quinto grupo mais expressivo (5,0%), seguidos dos evangélicos (4,9%) e dos adeptos da umbanda e do candomblé (3,1%). Por fim, os profissionais com dupla ou múltipla pertença são o oitavo grupo entre os jornalistas brasileiros (2,6%) (FURTADO, 2022, p. 126-129). Na tabela abaixo, apresentamos os dados de religiosidade das pesquisas do perfil de 2012 e 2021 a partir da classificação dos grandes grupos de religião do censo do IBGE de 2010.

Em uma comparação a partir dos grandes grupos de religião do censo do IBGE de 2010, os dois levantamentos do *Perfil do Jornalista Brasileiro* mostram que, no aspecto religioso, os sem religião são os mais expressivos, seguidos dos católicos. Jornalistas espíritas e com outras religiosidades alternam posições de 2012 para 2021. Os jornalistas que se declararam cristãos sobressaem aos que se declararam evangélicos em 2021. Este resultado, além de explicar-se, talvez, pela possibilidade de os jornalistas apontarem respostas livres na pesquisa de 2021, pode demonstrar, levantamos a hipótese, uma ação de profissionais

---

9 Para esta classificação, incluímos no grupo dos sem religião os agnósticos, com 26,0%, e os ateus, com 16,3% (FURTADO, 2022, p. 124).

10 Para esta classificação, incluímos no grupo das outras religiosidades as respostas classificadas como “Indefinido”.

evangélicos que buscam se desvincular de tal filiação religiosa, dadas as críticas constantes que esse segmento do cristianismo vem recebendo da opinião pública no Brasil, nos últimos anos. Apenas uma pesquisa específica com este grupo pode oferecer uma resposta que corrobore, ou não, a hipótese.

**Tabela 3. Jornalistas brasileiros por grupos de religião em 2012 e 2021**

Grupo religioso	2012	2021
Católica apostólica romana	21,2%	27,9%
Cristãos	-	5,0%
Evangélicas	7,1%	4,9%
Espíritas	10,1%	8,3%
Umbanda e candomblé	2,8%	3,1%
Dupla ou múltipla pertença	-	2,6%
Outras religiosidades	10,2%	5,9%
Sem religião	48,6%	42,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração do autor baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

## Considerações finais

Por não existirem levantamentos de envergadura anteriores à pesquisa do perfil de 2012 que trataram da religiosidade dos jornalistas brasileiros, não era possível realizar comparativos sobre as modificações nas ligações religiosas desses profissionais no curso das últimas décadas da mesma maneira como ocorre, por exemplos, no caso da população, com as mudanças indicadas pelos censos do IBGE. Assim como previsto por Mick e Furtado (2019, p. 289), a pesquisa do perfil de 2021 permitiu a continuidade – além de abrir novas perspectivas de pesquisa, especificadas abaixo – da investigação sobre as expressões religiosas dos jornalistas no Brasil desde a última década.

Os jornalistas brasileiros são, em sua maioria, adeptos de alguma fé, religião ou culto. Os dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*

mostram que os profissionais brasileiros estão mais religiosos do que na última década. De 2012 a 2021, o percentual de jornalistas brasileiros passou de 51,4% com prática religiosa para 57,7% com adesão a alguma fé, religião ou culto; nas duas pesquisas, as jornalistas que se identificam com o sexo feminino se mostraram mais religiosas do que os jornalistas que se identificam com o sexo masculino. O percentual de jornalistas que não pratica ou possui adesão religiosa, reduziu de 48,6% para 42,3% – divididos, em 2021, em agnósticos e ateus; nas duas pesquisas, os jornalistas que se identificam com o sexo masculino se mostraram menos religiosos dos que as jornalistas que se identificam com o sexo feminino. Mesmo predominantemente mais religiosos, quase dobrou o número de profissionais ateus de 2012 a 2021. O percentual de ateus aumentou de 8,5% para 16,3%; nas duas pesquisas, o percentual de jornalistas ateus que se identificam com o sexo masculino supera o de jornalistas que se identificam com o sexo feminino.

Com base nos apontamentos críticos de Mariano (2013, p. 121), Mafrá (2013, p. 17-18) e Rodrigues (2012, p. 1136) a respeito dos dados sobre religião no censo do IBGE de 2010, sugerimos aos coordenadores do *Perfil do Jornalista Brasileiro* que, no próximo levantamento, considerem na coleta dos dados sobre a religiosidade dos profissionais: disponibilizar, entre as alternativas, três opções para os sem religião (sugestão que já tinha sido feita para o último levantamento) – agnósticos, ateus e os “sem religião ‘com religiosidade’”, que são os que possuem fé “em Deus ou algum outro tipo de força transcendente” (RODRIGUES, 2012, p. 1136); a possibilidade de disponibilizar, para os religiosos, como opções de resposta, alternativas em uma lista fechada de grupos religiosos, para tentar resolver o problema de respostas genéricas, e que contenha opções de dupla e múltipla pertença, além de uma alternativa aberta sobre a adesão institucional/religiosa, para atender os casos não contemplados pela lista fechada; e incluir uma questão sobre frequência/não frequência e participação ativa/não participação em eventos, reuniões, cultos ou rituais religiosos, para identificar tanto a filiação quanto a prática religiosa (e se institucionalizada ou não) dos jornalistas.

Antes do próximo levantamento do *Perfil do Jornalista Brasileiro*, como feito por Furtado (2018) e Mick e Furtado (2019), pretendemos

comparar os dados de religiosidade dos profissionais em 2021 com as características gerais da religiosidade da população do censo do IBGE de 2022. Permanecem, finalmente, questões a responder desde o levantamento de 2012, sinalizadas por Mick e Furtado (2019, p. 289), a partir do cruzamento dos dados do perfil sobre religiosidade, distribuição regional, escolaridade e renda dos profissionais, às quais somam-se, do levantamento de 2021, o cruzamento dos dados sobre religiosidade, indicadores de saúde, satisfação no trabalho, perspectivas de futuro, características políticas e valores éticos; e como a prática e adesão religiosa influencia o trabalho dos jornalistas brasileiros.

## Referências

- FERNANDES, Silvia Regina Alves. Sem religião: a identidade pela falta? *In*: FERNANDES, Silvia Regina Alves (Org.). **Mudança de religião no Brasil**: desvendando sentidos e motivações. São Paulo: Palavra e Prece, 2006. p. 107-118.
- FURTADO, Kevin Willian Kossar. Prática religiosa no Brasil no censo 2010 e o “Perfil do Jornalista Brasileiro”. *In*: TOMAZ, Tales; FOLLIS, Rodrigo. **Os desafios da comunicação: temas e contextos do primeiro AdventCom**. Engenheiro Coelho: Unaspres, 2018. p. 531-554.
- FURTADO, Kevin Willian Kossar. Crença e religião. *In*: LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques; *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. p. 124-130.
- GRACINO JÚNIOR, Paulo. “A visão aérea e a do nadador”: reflexões sobre católicos e pentecostais no censo de 2010. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1154-1183, out.-dez. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012.
- LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques; *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.
- MAFRA, Clara. Números e narrativas. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 13-25, jul.-dez. 2013.
- MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul.-dez. 2013.
- MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Florianópolis: UFSC, 2012.

MICK, Jacques. **Re: Perfil**. [Mensagem profissional]. Mensagem recebida por: kevin@aol.com.br em: 9 jun. 2021.

MICK, Jacques. **Re: Questões sobre dados de religiosidade do “Perfil do jornalista brasileiro”**. [Mensagem profissional]. Mensagem recebida por: kevin@aol.com.br em: 21 jul. 2017.

MICK, Jacques; FURTADO, Kevin Willian Kossar. A fé dos jornalistas brasileiros e a prática religiosa no Brasil. **Rever**, São Paulo, v. 19, n. 3, set.-dez. 2019.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

RODRIGUES, Denise dos Santos. Os sem religião no censo brasileiro: sinal de crise do pertencimento institucional. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1130-1153, out.-dez. 2012.

SCHRÖDER, Celso. Prefácio. *In*: MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013. p. 7-8.

# TRABALHO PRECÁRIO COMO FONTE DE ADOECIMENTO MENTAL E SOFRIMENTO ÉTICO

*Janara Nicoletti*

*Ludwig-Maximilians-Universität München*

*Roseli Figaro*

*Universidade de São Paulo.*

O jornalismo é uma atividade de trabalho que se configurou como profissão no início do século XX e, no Brasil, a partir de meados da terceira desse século XX. Neste sentido, a grande modernização no jornalismo brasileiro se deu no pós grandes guerras mundiais e esteve relacionada ao projeto nacional de modernização e industrialização dos governos Vargas e Kubitschek. O modelo de indústria gráfica editorial jornalística foi se consolidando aos poucos no país. Werneck Sodré (1999) defende que é nos anos de 1930 que há a transformação do jornal artesanal em empresarial. A empresa jornalística como tal ganhou estrutura de grande empresa com os Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

As condições de trabalho de jornalistas, na primeira metade do século XX, eram diretamente relacionadas às frágeis condições organizacionais das empresas de mídia. Época em que, no Brasil, não havia curso de formação profissional específico na área e muitas vezes bastava propor-se para conseguir um posto de trabalho. Artistas, funcionários públicos e outros trabalhadores faziam o papel de jornalista.

Portanto, a separação entre a gráfica e a redação naquele período representou importante impacto na profissão. A antiga oficina deixa de existir como um corpo coeso entre o repórter, o redator e o gráfico, em seu período artesanal, para tornar-se um empreendimento capitalista



com estrutura organizacional e administrativa. Nesse contexto, jornalista é uma profissão do século XX tal qual afirma Neveu (2006).

A atividade em solo brasileiro se desenvolveu seguindo o modelo norte-americano. As reformas gráficas e editoriais do *Diário Carioca*, seguidas pelo *Jornal do Brasil* entre 1949-1950 são exemplos da modernização com base na influência estadunidense. Jânio de Freitas (PAULINO, 1996) fala de sua participação nesses projetos e do empenho de profissionalizar o negócio jornalístico. Outra importante contribuição para a profissionalização do jornalista no país se deu com a atuação de Samuel Wainer, no jornal *Última Hora*. Salários e contratos foram implementados por Weiner para as equipes de jornalistas de sua empresa, mesmo suscitando revolta dos demais proprietários de jornais (ABREU, 2002; MONTEIRO, 2020).

Foi o governo Getúlio Vargas<sup>1</sup> que estabeleceu decretos para a definição das funções, remuneração mínima e formação profissional. O diploma universitário passou a ser obrigatório com o decreto do governo militar em 1969. Entretanto, Marques de Melo afirma que “nos idos de 1970, o jornalismo ainda não se configurava como atividade em tempo integral” (2013, p. 275). Os salários, segundo ele, pagos pelas empresas não permitiam uma única fonte de renda (*idem*).

Novo ciclo de transformações se deu na empresa jornalística com a chegada do computador na redação – por volta dos anos 1980. Foi um momento de mudança geracional. Os projetos de informatização das empresas jornalísticas tiveram este primeiro estágio, o qual se completou com o surgimento da internet e da conexão entre os computadores. Processo que deu início a frequentes ondas de reestruturações de equipes, redações e, conseqüentemente, demissões de jornalistas intensificadas pela crise do setor nas décadas seguintes.

A reforma no Grupo Folha, especialmente, na *Folha de S. Paulo*, em 1984, causou um grande número de demissões, impacto que veio se somar à derrota da categoria na greve de 1979. Abreu (2002) afirma

---

1 O Decreto-Lei 910, de 1938 define o jornalista como “o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias”. O Decreto-Lei 7.037, de 1944, definiu as funções do jornalista e fixou uma remuneração mínima para a categoria; e o 5.480, de 1943, instituiu o primeiro curso superior de jornalismo no país”, p. 80.

que as reformas na empresa jornalística foram sobretudo tecnológicas. É um período de muitas transformações nos jornais e um momento de início de turbulência no perfil do profissional que se manteve mais ou menos estável – no que diz respeito à formação – durante quase 30 anos. O jornalismo on-line<sup>2</sup> pôs fim a este período e a crise de 2001, chamada de a crise da bolha de empresas.com, sacudiu o mercado jornalístico, trazendo implicações para o perfil profissional e as condições de trabalho.

Moretzsohn (2002), Heloani (2005), Adghirni (2012), Figaro, Nonato e Grohmann (2013), Mick e Lima (2013), Lelo (2019) e Nicoletti (2019) em seus estudos afirmam que a precarização das condições de trabalho passou a ser um aspecto que caracteriza a profissão. Característica que se aprofunda na atualidade com o trabalho plataformizado (FIGARO; MARQUES, 2020).

A partir desta contextualização, o objetivo deste capítulo é discutir os resultados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, relativos às longas e intensificadas jornadas de trabalho, à falta de segurança e saúde no trabalho, aos baixos salários entre outros aspectos da precarização. Argumenta-se que essas condições de trabalho favorecem assédios moral e agressões verbais e implicam na queda da qualidade da saúde de jornalistas (LIMA; *et al.*, 2022). Tais condições podem gerar sofrimento ético (LELO, 2019, 2022) e queda na qualidade do jornalismo (NICOLETTI, 2019). Enfrentar o aprofundamento da precarização demanda a ampla mobilização desses profissionais em defesa da atividade de trabalho e do produto jornalístico.

## Perfil do jornalista brasileiro: a precarização se aprofunda

Em 2013, dois livros trazem resultados de pesquisas sobre o perfil e o trabalho de jornalistas. Um deles é o estudo sobre *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*, de autoria de Figaro, Nonato, Grohmann (2013). A pesquisa qualitativa ouviu profissionais de diferentes

---

2 O *Jornal do Brasil* foi o primeiro jornal on-line no país, lançado em 1996.

empresas e tipos de vínculos de trabalho. O livro trouxe também o posfácio de Marques de Melo com o estudo inédito, realizado pelo professor Jair Borin, em 1972, por meio de um *survey* aplicado à base de sócios do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo. A obra, portanto, compreende uma trajetória do perfil do jornalista de 40 anos. O que mais chama a atenção é que em 1972 a categoria era masculina – 93,22% dos respondentes declararam-se como tal. Já na pesquisa realizada em 2012 (FIGARO, NONATO, GROHMANN, 2013, p. 29), a base de respondentes sócios do Sindicato era composta por 40% de mulheres e, entre os demais estratos de jornalistas pesquisados, o perfil feminino superava os 60%. No entanto, surpreende ver que, sobretudo, as condições salariais são bastante semelhantes, ou seja, os salários eram e continuavam baixos.

No ano de 2013, a equipe de pesquisadores, coordenada pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina Jacques Mick e Samuel Lima, publicou o resultado do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012* (MICK; LIMA, 2013). O estudo com amostragem estatística ratifica a mudança do perfil da categoria, com a maioria se declarando do gênero feminino. Comprova também os baixos salários, as extensas jornadas de trabalho entre outros indicadores que denotam a precariedade das condições laborais dos jornalistas (MICK; LIMA, 2013).

Mais dez anos e há a publicação do relatório *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* (LIMA; *et al.*, 2022). Essa foi uma década de aprofundamento de transformações tecnológicas na redação e nos modos de se fazer jornalismo. A migração para os *blogs* (LIMA, 2015), a formação dos arranjos de trabalho (FIGARO; *et al.*, 2018), a redação virtual (SILVA, 2019), a plataformação do trabalho de jornalistas (KALSING, 2021; LONGHI; *et al.*, 2021) entre outras mudanças arrebataram o modelo de jornalismo que se praticava na empresa jornalística e fora dela.

A produção da notícia ganhou novos formatos, linguagens e ritmos. À concorrência se somaram milhares de anônimos capazes de produzir, postar e disseminar a informação em questão de segundos. A rotina já acelerada da redação mirou o compasso da internet, e aos jornalistas foi imposto o tempo-real trazendo implicações para a qualidade da informação, como erros, deslizes éticos, falhas na verificação

e a falta de diversidade de fontes de informação. Somado a isso, demissões<sup>3</sup> e fechamento de empresas jornalísticas amplificaram a pressão sobre os profissionais que passaram a atuar com equipes cada vez mais enxutas e performar variadas funções ao mesmo tempo – muitas vezes sem a devida qualificação ou treinamento adequado (PEREIRA; *et al.*, 2020).

Este cenário de transformação das condições de trabalho dos jornalistas fica evidente na análise dos dados do *Perfil 2021*. O estudo mostra o aprofundamento da precarização do trabalho na última década e aponta para a necessidade de se repensar dinâmicas e rotinas. Os dados que serão descritos a seguir indicam que todos os perfis profissionais são afetados por condições laborais incompatíveis com sua qualificação e tempo de experiência, tais como, receberem menos que o necessário para arcar com as despesas básicas da vida e estarem expostos a riscos de adoecimento e assédios. Iremos dividir a descrição dos dados em três grupos: emprego e jornada, violência e adoecimento.

## **Notícia ruim: baixos salários, contratos precários e sem benefícios**

A maioria dos jornalistas brasileiros possui vínculos de trabalho considerados estáveis: 45,8% dos participantes são contratados segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outros 10,5% atuam como servidores públicos. Dos 3.100 respondentes 3,8% são Pessoa Jurídica (PJ), dona ou sócia de empresa com funcionários. Por outro lado, os PJ ou microempreendedores individuais sem funcionário correspondem a 14,7% da amostra. Trabalhadores temporários ou por contrato representam 6,2% dos respondentes (contrato temporário, por hora-aula ou de prestação de serviços). Profissionais com cargos comissionados somam 5,5%. Outros 9,6% atuam em funções totalmente informais do ponto de vista legal, ou seja, não são cobertos por qualquer tipo de legalização de sua relação profissional. Dessa forma, no total, 36,2% dos jornalistas possuem vínculos precários de trabalho.

---

3 O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo tem uma página de cobertura às demissões de jornalistas. Ver em: <https://sjsp.org.br/demissao-em-massa/>.

Apesar de a maioria possuir vínculos formais, é reduzido o percentual de pessoas que recebem benefícios como plano de saúde (37,9%), vale ou auxílio transporte (18,6%). Quando questionados sobre equipamentos de proteção individual (EPIs), item de segurança de trabalho previsto pela NR 6<sup>4</sup>, apenas 3,7% informaram receber este recurso de seus empregadores. Outro aspecto que vale destacar é que somente 4,6% recebiam auxílio jurídico por parte da empresa contratante, assim como pouco mais de 10% recebiam treinamento in-company ou incentivo à qualificação.

No que diz respeito ao salário, a renda média dos jornalistas brasileiros é um pouco superior ao salário mínimo vigente no país em 2021 (Tabela 1). Porém, a maioria não consegue pagar suas despesas básicas sempre (36%) ou às vezes (23,9%), enquanto os demais declararam que o salário é suficiente para quitar as despesas básicas da vida.

**Tabela 1. Renda bruta mensal dos jornalistas brasileiros**

Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?		
Sem renda	31	1,3%
Até R\$ 1.100	100	4,3%
De R\$ 1.101 a R\$ 2.200	263	11,4%
De R\$ 2.201 a R\$ 3.300	313	13,5%
De R\$ 3.301 a R\$ 4.400	304	13,1%
De R\$ 4.401 a R\$ 5.500	362	15,6%
De R\$ 5.501 a R\$ 11.000	628	27,1%
De R\$ 11.001 a R\$ 22.000	227	9,8%
Acima de R\$ 22.001	50	2,2%
Não quero informar	36	1,6%
Total respondentes	2.314	100,0

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

4 A Norma Regulamentadora n. 6 foi originalmente editada pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Em 2018, foi caracterizada pela Portaria STI 787, como “norma especial, posto que regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas”. Ou seja, todas as categorias profissionais têm direitos com relação à segurança e à saúde no trabalho, dispondo o empregador de equipamentos de proteção individual em benefício do trabalhador. Ver: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-6-nr-6>.

Os dados sobre escolaridade mostram uma categoria profissional muito bem preparada, sendo que 42,3% têm ensino superior completo, 28,6% têm especialização, 14,7% com mestrado, e 4,7% com doutorado. Com estes indicadores de renda, escolaridade e vínculo verifica-se uma condição de precariedade marcada por remunerações incompatíveis com a qualificação e os custos de vida, e o aumento de vínculos precários.

Esses dados são reforçados por outros indicadores. De acordo com o estudo, a maioria dos participantes está em meio de carreira ou pode ser considerado um trabalhador sênior, devido ao seu tempo na profissão: 27,2% têm mais de 20 anos de carreira. Entre 11 e 20 anos, são 26,1%. Já quem é jornalista até uma década representa 35,5%, sendo que 6,2% iniciaram sua carreira no máximo há um ano.

Porém, quando observada a permanência no emprego atual estes dados refletem uma categoria instável. Mais da metade dos respondentes havia iniciado no local de trabalho principal há até três anos (Tabela 2). Estes dados ratificam outras investigações que concluem a instabilidade da profissão e a baixa perspectiva de carreira para os jornalistas brasileiros.

**Tabela 2. Tempo de trabalho na função atual**

Você está há quanto tempo no seu trabalho principal?		
Até 1 ano	582	25,8%
Entre 1 e 3 anos	579	25,7%
De 3 a 6 anos	352	15,6%
Entre 6 e 10 anos	290	12,9%
De 10 a 20 anos	281	12,5%
Entre 20 e 30 anos	94	4,2%
Mais de 30 anos	64	2,8%
Outro (especifique)	13	0,6%
Total de respondentes	2.255	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

## Jornada de trabalho intensa

Nos últimos dois anos, a emergência sanitária gerada pela pandemia de Covid-19 intensificou o trabalho remoto e o uso de plataformas para comunicação, gerenciamento e publicação de conteúdos. No Brasil, apesar de não terem sido implementadas regras federais para conter a pandemia, milhares de trabalhadores passaram a trabalhar de casa. De acordo com o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, 61,3% dos participantes exerciam sua atividade profissional em *home office*. Outros 10,9% informaram desenvolver uma jornada híbrida, parte em casa e parte no escritório, enquanto 24% disseram trabalhar no escritório, e os demais fazem seu trabalho em locais públicos ou privados com internet. Apesar de os dados da pesquisa terem sido coletados mais de um ano e meio após o início da pandemia, a rotina de trabalho permanecia alterada para a maior parte dos jornalistas brasileiros.

O estudo indica que os trabalhadores foram responsabilizados pela infraestrutura do trabalho remoto. De 2.255 respondentes à pergunta “Os equipamentos, móveis, *softwares* e outros itens necessários para seu trabalho foram pagos por quem?”, 47% responderam “por mim mesma(o) e 0,9% “por familiares”. Para 18,4%, os investimentos em equipamentos e mobiliário do *home office* foram divididos entre empregador e funcionário. Já 33,5% informaram que a empresa custeou estas despesas. Esses dados corroboram pesquisas realizadas para avaliar o trabalho desses profissionais durante a pandemia (FIGARO; *et al.*, 2020 e 2021), nos quais verificou-se que as empresas não se responsabilizaram pelos custos da migração para o *home office*. Vários Sindicatos da categoria entraram com pautas para o ressarcimento desses custos<sup>5</sup>.

Por outro lado, a migração para o *home office* representa uma intensificação dessa tendência. Alguns dos constrangimentos percebidos no trabalho foram: aumento da pressão por produtividade, cobrança e intensificação do trabalho; intensificação do controle, redução salarial;

---

5 A Fenaj e vários sindicatos de jornalistas oficiaram as empresas para ressarcimentos dos custos com o *home office*. Ver: <https://www.sindjorce.org.br/home-office-sindjorce-oficia-empresas-para-cumprimento-de-jornada-e-ressarcimento-de-gastos/>.

censura, assédio moral; falta de direitos trabalhistas, não cumprimento do contrato, entre outros (FIGARO; *et. al.*, 2020; 2021).

Entre junho e agosto de 2021, 37,1% dos jornalistas tinham uma jornada diária entre sete e oito horas, outros 16,9% trabalhavam entre cinco e seis horas, enquanto quase 30% laboravam acima de nove horas por dia, e 12,6% passavam das 11 horas de trabalho diário. Os resultados demonstram a manutenção da jornada de trabalho intensa como um elemento central da rotina profissional do jornalista, independente do setor no qual a pessoa atua.

Quando questionados se “é comum você trabalhar mais do que o contratado (fazer horas-extras)?”, 71,5% responderam que sim. Dos três grupos profissionais observados, os docentes foram os que tiveram percentual um pouco maior que a média (77,6%). Este também é o grupo em que o trabalho remoto passou a ser quase que predominante – 88,5% dos professores participantes informaram estar trabalhando em casa nos últimos seis meses. A taxa de participação maior que os outros dois grupos (mídia 59,8% e fora da mídia, 58,2%) reflete a migração do ensino superior para o *home office* durante praticamente toda a pandemia na maior parte das instituições brasileiras.

Os baixos salários é um dos fatores que impulsionam a necessidade de extensas jornadas, acrescidas de horas-extras. Por isso, 71,5% dos entrevistados declararam frequentemente fazer horas-extras, conforme mostra a Tabela 3.

**Tabela 3.** É comum você trabalhar mais do que o contratado (fazer horas-extras)?

Horas-extras	Frequência	Porcentagem válida
Sim	1.443	71,5%
Não	574	28,5%
Total	2.017	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Um fator que se mantém presente e ainda mais intenso uma década depois da primeira edição do estudo é a multifuncionalidade. Dos 3.100 jornalistas respondentes, 1.335 trabalhavam na mídia. Apesar



de somente 2,7% indicarem como função principal a de Gestor de redes sociais, 27,3% exerciam essa atividade como uma atribuição diária. Entre os que atuam fora da mídia, 2,3% tinham como função principal atividade voltada para as redes sociais, mas a maioria atuava com monitoramento (52,2%) ou gestão de conteúdo (53,4%). Assim, a produção para as plataformas representa importante elemento de precarização por meio da multifuncionalidade e sobrecarga laboral. O trabalho nestes ambientes é tratado como atividade complementar agregada por diferentes profissionais, sem que estes sejam dedicados à função.

Extensas jornadas, baixos salários, instabilidade no emprego, acúmulo de funções, violências, constrangimentos, coação fazem emergir um cenário pouco propício para a qualidade de vida no trabalho e derivado dele os dados sobre a saúde de jornalistas também não são nada promissores. Aspectos que vamos discutir no próximo item, aliada à condição desse profissional entregar um jornalismo de qualidade.

## **Violência, assédio e coação**

A pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* também procurou saber sobre a situação da saúde das pessoas que atuam neste setor. O quadro de precarização caracterizado por extensas e intensas horas de trabalho, baixos salários, vínculos inconstantes e/ou sem contratos, e rotatividade no emprego são elementos de perigo para a estabilidade física e emocional dos profissionais. Outro fator de risco são as condições de insegurança, assédio, pressão no ambiente de trabalho ou durante o exercício profissional. O estudo mostrou que todos os grupos de participantes apresentam níveis de estresse elevados devido ao trabalho e estão expostos a diferentes tipos de violações que podem comprometer sua atuação profissional, tomada de decisão, qualidade de vida e, em alguns casos, atingir familiares.

Quando verificamos os números sobre a saúde física e mental de jornalistas é difícil não explicar a situação devido às condições precárias no trabalho. A Tabela 5 mostra os números sobre o estresse entre esses trabalhadores.

Entre os respondentes 66,2% afirmaram sentir estresse no trabalho; 65,9% entre esse grupo teve o estresse diagnosticado; e 20,1% afirmaram que receberam o diagnóstico de algum transtorno mental relacionado ao trabalho. Em decorrência, o consumo de antidepressivos foi indicado para 31,4% dos jornalistas que responderam à pesquisa. Outro sintoma são as dores musculares decorrentes de tensão e esforços repetitivos. Nesse quesito, 19,9% dos respondentes já foram diagnosticados com algum sintoma de LER/DORT, sendo que 7,4% já precisarem de licença de trabalho por esses problemas de saúde.

**Tabela 5.** Você se sente estressada(o) no trabalho?

Estresse	Frequência	Porcentagem válida
Sim	1.336	66,2%
Não	681	33,3%
Total	2.017	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

O alto nível de estresse evidencia um problema crônico no jornalismo brasileiro. Os resultados do estudo mostram uma categoria fragilizada e exposta a riscos internos e externos, que se intensificaram devido à pandemia da Covid-19, à crise política e ao aumento da violência contra jornalistas incentivada por gestores políticos e desinformação (GOULD; BLOTTA, 2022), além de demissões e reestruturações.

Um dos resultados que mais chama atenção, é o índice elevado de violações ocorridas dentro do ambiente laboral. Entre os respondentes, 40,6% afirmaram ter sofrido assédio moral e 11,1% assédio sexual no trabalho. Esses números são inconcebíveis em qualquer situação laboral, mas chocam ainda mais por se tratar de comportamentos que estão diretamente ligados ao ambiente interno de trabalho, ou seja, são agressões perpetradas por colegas, gestores e pessoas próximas profissionalmente das vítimas.

A violência física e verbal também aparece nas respostas com números expressivos: 32,7% responderam ter sofrido violência verbal no trabalho, outros 2,6% já foram agredidos/as fisicamente no ambiente de trabalho ou em decorrência da atividade profissional. Outros 29,1%

sofreram ataques ou ameaças virtuais por causa do trabalho. A exposição pública do profissional é maior e sua retaguarda de apoio nem sempre se sustenta. Os relatórios nacionais (FENAJ, 2021; 2022) sobre a ampliação da violência contra jornalistas apontam que o exercício da profissão se tornou mais arriscado.

Os dados mostram que a situação laboral além de precária em relação a direitos trabalhistas, também é precária em relação a direitos humanos. De acordo com a pesquisa, mais de um quarto (29,1%) dos jornalistas participantes relatou já ter sofrido ataques ou ameaças virtuais. Quando se observa em detalhes por perfil profissional, entre os trabalhadores da mídia 37,1% dos respondentes informaram já ter sido alvo da violência on-line. Em percentual pouco menor, 22,4% dos docentes responderam que já foram vítimas desse tipo de ação. Não à toa o primeiro grupo é o mais exposto ao escrutínio alheio.

Além da violência on-line, a vigilância e monitoramento por parte de gestores aparecem como mais uma violação aos direitos do trabalhador. Além de ser um abuso de hierarquia, esta ação também pode intimidar e servir como forma de coação à livre expressão do pensamento. De 2.017 respondentes a esta questão, 27,1% informaram já terem sido vigiados por superiores. Entre os professores, o percentual é pouco maior que a média geral (28,6%), porém, os três perfis quando analisados individualmente têm em torno de um quarto dos respondentes afetados por monitoramento on-line.

Esta é uma condição que preocupa, especialmente ao se analisar os dados de pessoas que se dizem constrangidas por gestores ou superiores (42,9% do total de participantes). Além disso, 35% admitiram já ter deixado alguma atividade profissional por receio de sofrer retaliação. Entre os jornalistas da mídia este percentual é de 37,7%, entre os docentes, 33,3%, e entre os trabalhadores fora da mídia, 30,8%.

Já em relação a pessoas que afirmaram ter trabalhado sob coação, 17,8% do total informaram ter vivido uma situação deste tipo. Entre os professores, este valor chegou a 21,1%, superior aos profissionais da mídia (18,7%) e fora da mídia (15,8%). Mais preocupante é que apenas 7% dos respondentes afirmaram ter formalizado denúncia em relação a algum tipo de ameaça, coação, assédio, agressão.

Esses dados mostram um quadro bastante preocupante em relação às condições éticas do exercício profissional. Como o profissional pode zelar pela liberdade de expressão se o próprio está sob constante vigilância, assédio moral e coação?

## **A doença crônica que afeta jornalistas e jornalismo**

Os dados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, conforme analisamos, confirmam a crescente precarização das condições de trabalho desses profissionais. À precarização salarial somam-se os ataques à segurança e à integridade moral e física desses trabalhadores, com destaque para os problemas de saúde. Indicadores que demonstram o problema estrutural da precarização do trabalho dos jornalistas que vão muito além de critérios formais analisados recorrentemente para observar a qualidade laboral dos trabalhadores. O estudo indica vários elementos de vulnerabilidade dos jornalistas a diferentes tipos de riscos para sua empregabilidade e qualidade de vida. Isto aparece de forma generalizada em todos os perfis profissionais verificados. Condição que extrapola os limites do indivíduo e se refletem em toda a sociedade devido aos seus efeitos danosos para a qualidade da informação jornalística.

Nicoletti (2019) define o jornalismo como uma profissão em “condição de precarização social do trabalho”, uma vez que ela afeta e impacta todas as esferas da vida do indivíduo. A pesquisadora parte do conceito debatido por Alves (2013) e Druck (2011) para delimitar grupos de indicadores de precariedade laboral dos jornalistas brasileiros: “flexibilização da jornada, salário, vínculos precários (freelancer, MEI, PJ, autônomo, contrato por tempo determinado), multifuncionalidade, infraestrutura insuficiente para o labor, intensidade do trabalho, insegurança de vínculos, insegurança de emprego (insegurança do labor), desregulamentação profissional, feminização do trabalho e falta de segurança à vida (riscos e adoecimento)” (NICOLETTI, 2019, p. 43).

Neste sentido, a precarização não é apenas material, mas também imaterial. Ela ultrapassa as barreiras formais e vulnerabiliza os sujeitos

em todas as dimensões de sua vida. Alves (2013) define a precariedade como salarial (ligada a empregabilidade, remuneração e vínculos) e a da pessoa que trabalha (os efeitos na saúde, bem-estar, qualidade de vida e sociabilidade dos sujeitos).

Para Castro (2022), as transformações do mundo do trabalho no século XXI enfraquecem os processos subjetivos e amplificam a incidência de adoecimento mental e sofrimento gerados pela lógica neoliberal que metrifica a produção e mecaniza até mesmo o trabalho imaterial – no caso do jornalismo, a atividade intelectual é ditada cada vez mais pelas regras de mercado dirigidas pelas métricas de audiência, engajamento e pelos algoritmos das plataformas. A “precariedade subjetiva” (CASTRO, 2022) seria determinada pela sobrecarga das metas inalcançáveis de produtividade e desempenho, em que sempre é preciso fazer mais e nem sempre melhor, aliada aos critérios de avaliação individual que isolam os sujeitos dos seus pares. Outro fator que determina essa precariedade subjetiva é a exigência de ser flexível, tendo que realizar diferentes atividades ao mesmo tempo. Além disso, plataformas tecnológicas e digitalização ditam um ritmo mais acelerado de tempo e movimento, impondo uma ditadura da pressa sobre os sujeitos. Por fim, a autora destaca a insignificância em que o trabalho vivo passa a ser absorvido pela máquina, resultando no “empobrecimento dos recursos e do conjunto de utensílios que o ser humano dispõe para realizar suas atividades” (CASTRO, 2022, p. 24).

Para o jornalismo, esta é uma condição desastrosa que afeta a toda a sociedade. Os dados apresentados neste capítulo evidenciam não somente a agudização do problema, mas seus efeitos sobre a pessoa jornalista aos quais podem se refletir em erros, deslizos éticos e técnicos por cansaço, medo ou outras razões. A maquinização da jornada e a desvalorização do trabalho vivo levam a uma condição de sofrimento moral (HELOANI, 2005; DEJOURS, 2013) e ético (LELO, 2022). As consequências disso se veem no índice de adoecimento da categoria (REIMBERG, 2015, LIMA; PONTES, 2017), assédio moral e sexual, agressão verbal e estresse.

Para Heloani (2011), o ambiente organizacional impõe um senso de competitividade e urgência que favorece comportamentos agressivos, violentos e o desrespeito entre os colegas. Num universo em que cada

pessoa precisa provar, por meio de métricas e testes constantes, ser o mais preparado, mais ágil e mais bem qualificado, práticas de assédio moral tornam-se mais comuns. No caso do jornalismo, elas podem acabar facilmente sendo disfarçadas pela dinâmica da atividade. Mesmo fora da mídia e na docência, a exigência por produtividade, e a intensa competitividade impõem um ambiente laboral hostil e oposto à colaboração entre os pares – apesar de esta ser uma exigência para o desenvolvimento de praticamente todas as atividades no jornalismo.

Ao estudar o caso de jornalistas que atuam em mídias on-line no estado de São Paulo, Tales Lelo (2019) verificou como as transformações do jornalismo impactaram na autonomia dos profissionais e suas tomadas de decisão editoriais. Baseado em entrevistas em profundidade, o autor debate a naturalização do assédio moral como parte da dinâmica do trabalho. Em certa medida, assim como a precarização é o “novo normal” (ORNEBRING, 2018), vivenciar violência no ambiente de trabalho acaba sendo habitual para a categoria. “[...] existe um forte precedente histórico do excesso de oferta de trabalho no jornalismo e um modelo cultural concomitante de trabalho jornalístico como boêmio, arriscado, competitivo, mas, em última análise, meritocrático” (ÖRNENBRING, 2016, p. 186, tradução nossa).

Portanto, o termo “precariado” de Guy Standing se adequa de forma bastante adequada aos jornalistas brasileiros. O economista britânico afirma que esta categoria carece de segurança de mercado de trabalho, de emprego, dentro do ambiente laboral, reprodução da habilidade, renda e representação. “O precariado vive com ansiedade – insegurança crônica associada não só à oscilação à beira do limite, sabendo que um erro ou um episódio de má sorte poderia pender a balança entre a dignidade e ser um sem-teto, mas também com um medo de perder o que possui, mesmo quando se sente enganado por não ter mais” (STANDING, 2014, p. 42).

As consequências disso são profundas e atravessam o indivíduo. Segundo os dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, quando se avalia a vulnerabilização da categoria para além do trabalho, dois aspectos se sobressaem: o nível de estresse que atinge dois terços dos participantes e a presença de assédio moral e agressão verbal relacionados ao trabalho, vivenciadas em algum momento por quase a metade dos respondentes.

Juntos, estes dois indicadores indicam para uma direção de autocensura e anulamento dos sujeitos, o que no caso do trabalho jornalístico se reflete diretamente no resultado do produto apresentado ao público.

Heloani ressalta que o assédio

bloqueia psicologicamente a capacidade de defesa da vítima, o que provoca mudanças em sua autoestima. A perda do autoconceito e a predominância do sentimento de inutilidade minam sua dignidade e autorrespeito. Esse cenário hostil induz o assediado a cometer erros, à desestabilização e à “corporização” das emoções, o que pode levá-lo a contrair graves doenças e, até mesmo, no limite, a cometer suicídio (HELOANI, 2011, p. 52).

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010, p. 239) descrevem como consequências do adoecimento ligado ao trabalho precário “quadros depressivos; esgotamento profissional (Burnout); o transtorno de estresse pós-traumático; dependência de bebidas alcoólicas e outras substâncias (drogas ilegais e psicotrópicos)”.

Esse quadro problemático é evidenciado pelo *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* e impõe perguntar sobre a qualidade do jornalismo produzido. Autores como Nicoletti (2019) e Lelo (2019) discutiram em suas teses de doutorado esse dilema. Lelo fala em sofrimento ético (2019) para explicar a situação em que se encontra o profissional premido por precárias condições de trabalho e por assédio, coação, pressão de todos os tipos. O sofrimento ético a que se reporta o pesquisador é causado porque o profissional tem consciência de que tais condições não lhe permitem executar adequadamente o seu trabalho. Ele tem relação direta com assédios, coações e violações sofridos pelos trabalhadores.

De acordo com o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, a categoria está exposta a condições de vulnerabilidade que favorecem este tipo de violência: alta concorrência e baixa permanência no emprego, vigilância e monitoramento, coação, falta de reconhecimento e pressões (financeiras, de jornada, multifuncionalidade) podem levar o trabalhador a uma condição de resignação ou alienação, deixando-o

mais suscetível a deslizes éticos. Em seu doutorado, Lelo (2019) descreve diferentes situações em que jornalistas foram coagidos a omitir ou publicar informações eticamente questionáveis para favorecer anunciantes, autoridades públicas ou outros interesses econômicos ou políticos. Tais comportamentos podem vir acompanhados de sofrimento àqueles que ferem os códigos deontológicos devido às retaliações sofridas.

Observa-se entre os jornalistas brasileiros a prática da autocensura como estratégia de sobrevivência profissional, a qual pode gerar dor e adoecimento em longo prazo. Por mais que os indicadores de saúde não explicitem a relação direta com o trabalho atual, verifica-se uma categoria fragilizada, em condições bastante precárias de exercício profissional.

Questões éticas e sobre a qualidade do jornalismo ficam rebaixadas a segundo plano, e essa situação estressa, deprime. Nicolletti (2019) enfrenta esse dilema das precárias condições de trabalho de jornalistas propondo um quadro de avaliação que relaciona precarização e qualidade do produto jornalístico. A autora observou a correlação entre condições de trabalho precárias, a performance dos profissionais da mídia e a qualidade do produto desenvolvido por eles. A pesquisa mostra uma correlação direta entre condições de trabalho de baixa qualidade com tomada de decisões editoriais questionáveis do ponto de vista ético. O estudo indicou que o uso de fontes oficiais, aceite de pautas e conteúdos de terceiros são práticas comuns para tentar driblar a falta de tempo, da mesma forma que fontes, anunciantes e diretores de empresas jornalísticas interferem na produção jornalística, além de mais de um terço admitir ter deliberadamente cometido deslizes éticos por falta de tempo. Ao comparar a qualidade de um jornal regional, o desempenho dos jornalistas que trabalham nele e a percepção deles sobre sua qualidade laboral, a autora verificou uma forte relação entre condições de trabalho ruins e queda da qualidade do produto jornalístico. Observou-se ainda uma queda na diversidade de gênero da equipe e perda da pluralidade de conteúdos e fontes à medida que a equipe do jornal reduzia ao longo dos anos.



## Considerações finais

Assim, se faz necessário debater a desregulação do trabalho jornalístico, assim como seus riscos à segurança e privacidade dos profissionais. Desde a digitalização das redações, passando pela chegada da internet, da Web 2.0, 3.0 das plataformas e agora a inteligência artificial, o jornalismo tenta incessantemente se adaptar aos novos tempos. Isso acontece porque seu produto é focado para o público, o qual interage e adota as tecnologias num compasso mais acelerado que a capacidade de transformação das culturas profissionais verificadas neste estudo. Na tentativa de acompanhar a evolução tecnológica, a lógica do trabalho flexibiliza o processo e explora o produtor, que passa a ser tratado como copartícipe dos resultados. Quanto maior a desmobilização da categoria, menos capazes de reivindicar melhorias e direitos coletivos estão os sujeitos, que acabam isolados e com baixo poder de mobilização.

O estudo evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre a precariedade muito além da jornada, vínculos e renda. O trabalho profissional jornalístico precário, como mostrado na introdução, é uma constante do jornalismo há muitas décadas, porém ele vem se complexificando nas formas de apresentação e profundidade dos impactos da vida dos indivíduos, além da normalização de práticas insalubres como sendo inerentes à rotina profissional. As violações dos direitos humanos dos trabalhadores acabam seguindo a mesma lógica: assédios, abusos e coerções são citados como recorrentes para mais de um terço dos entrevistados. Fatores que direcionam para um outro problema profundo e invisibilizado: o sofrimento ético. É preciso entender a precarização como uma forma de violência ao ser humano jornalista e desenvolver estratégias de proteção e acolhimento dos trabalhadores, para que eles tenham como e onde reivindicar suporte.

## Referências

ABREU, Alzira A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zaahar, 2002.

ADGHIRNI, Zélia. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: Pereira, Fábio; Moura, Dione & Adghirni, Zélia (Orgs.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012, p. 61-79.

AMADO, Adriana; MÁRQUEZ-RAMIREZ, Mireya; WAISBORD, Silvio. Labor Precarity and Gig Journalism in Latin America. In: CHADHA, Kalyani; STEINER, Linda. **Newswork and Precarity**. Oxfordshire: Routledge, 2021.

BARROS, Janaina V.; *et al.* A plataformação do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa. **Avatares**, n. 21, junho 2021.

CASTRO, Fernando Gastal de. Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho. In: CASTRO, Fernando Gastal de; FERREIRA, João Batista (Orgs.). **Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

DEJOURS, Christophe. O trabalho entre banalização do mal e emancipação. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 47, n. 2, p. 85-97, 2013.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – relatório 2020**. Federação Nacional dos Jornalistas, 2021. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf).

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – relatório 2021**. Federação Nacional dos Jornalistas, 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%A2ncia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021.pdf>.

FIGARO, Roseli. NONATO, Cláudia. GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho de jornalistas**. São Paulo: Salta, 2013.

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana Flávia Marques da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr.-jul. 2020.

FIGARO, Roseli; *et al.* **Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19?** São Paulo: ECA-USP/Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes\\_cpct/como-trabalham-os-comunicadores-no-contexto-de-um-ano-da-pandemia-de-covid-19-1-ano-e-500-mil-mortes/](http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/como-trabalham-os-comunicadores-no-contexto-de-um-ano-da-pandemia-de-covid-19-1-ano-e-500-mil-mortes/).

FIGARO, Roseli. **Relatório dos resultados da pesquisa como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio\\_Executivo\\_Covid19-CPCT2020-2.pdf](http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio_Executivo_Covid19-CPCT2020-2.pdf).

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, n. 35, v. 122, p. 229-248, 2010.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia. **Jornalistas metrificados e a plataformação do jornalismo**. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: UFRGS, 2021.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. São Paulo: FGV, 2005.

HELOANI, José Roberto. A dança da garrafa: assédio moral nas organizações. **GV Executivo**, v. 10, n. 1. jan.-jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/22947/21714>.

LELO, Thales Vilela. A precarização das condições de trabalho dos jornalistas de São Paulo segmentada por faixas etárias. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 2, 2019, p. 243-261.

LELO, Thales Vilela. **Reestruturas produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas**: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional. 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, Campinas, 2019.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral); *et al.* **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: [2022.https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf](https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf).

LONGHI, Raquel Ritter; SILVEIRA, Stefanie Carlan da; PAULINO, Rita (Orgs.). **Jornalismo e Plataformização**: Abordagens Investigativas Contemporâneas. Florianópolis: Insular, 2021.

MICK, Jaques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MONTEIRO, Karla. **Samuel Wainer**: O Homem que Estava Lá. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215446>.

ÖRNEBRING, H. Journalists thinking about precarity: Making sense of the “new normal”. **Anais ISOJ**, 2018, *s.p.* Disponível em: <https://bit.ly/3fz7FmE>.

PAULINO, R.A.F. Jornalismo com transparência e rigor profissional: Janio de Freitas. **Comunicação & Educação**, (7), 1996, 56-70. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i7p56-70>.

PEREIRA, F.; *et al.* **Novos Olhares sobre o jornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ; Cortez, 1994.

SILVA, Ana Flávia Marques da. **A redação virtual e as rotinas produtivas dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes) – Universidade de São Paulo, 2019.

STANDING, Guy. **O precariado**: A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.



**DESIGUALDADES**

# A PRECARIEDADE TEM GÊNERO? CONDIÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E VIOLÊNCIAS DAS JORNALISTAS BRASILEIRAS

*Janara Nicoletti*

*Ludwig-Maximilians-Universität München*

*Andressa Kikuti*

*Universidade Federal de Santa Catarina*

*Jacques Mick*

*Universidade Federal de Santa Catarina*

As condições de trabalho de jornalistas brasileiros(as) destoam da importância social da atividade. Com as crises no setor e a flexibilização das leis trabalhistas no país, esses(as) profissionais, além de mal remunerados(as), estão operando em regimes de contratação precários, no modelo de pessoa jurídica ou como *freelancers*, gerando insegurança no trabalho e concorrência entre colegas, além de estresse e doenças laborais. A categoria também sofre frequentes agressões por conta da atividade profissional (FENAJ, 2021; 2022). Soma-se a isso a reconfiguração dos espaços laborais, que tem tornado as redações menores e mais enxutas, deixando de ser o principal *locus* de produção jornalística. Jornalistas atuam cada vez mais em regime remoto ou híbrido, o que torna limitada a convivência diária entre pares, prejudicando a socialização de práticas, experiências e condutas éticas, o compartilhamento de fontes e mesmo a criação de vínculos – elementos fundamentais para a continuidade dos modos de fazer da profissão (CHARRON, DE BONVILLE, 2016).

Todos os fatores mencionados acima, além de influenciarem na qualidade dos produtos jornalísticos (NICOLETTI, 2019), também intervêm no sucesso do mundo do trabalho de jornalistas em atrair indivíduos e mantê-los dentro da sua órbita (BASTIN, 2016), pois são determinantes nas escolhas profissionais dos sujeitos. Em um cenário com

tantos desafios, “é mais importante do que nunca aprender quem está trabalhando no jornalismo, sob que circunstâncias o trabalho é feito, que tipo de trabalho é produzido” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 17).

As mudanças no mundo do trabalho que ocorreram durante a transição do século XX para o XXI intensificaram o sofrimento psíquico nas rotinas de jornalistas. Muitas vezes, jornadas irregulares e exaustivas têm sido encaradas como prerrogativas desse tipo de atividade, ou seja, constitutivas da identidade profissional, reiterando uma visão romantizada da profissão em detrimento do reconhecimento da própria classe como proletarizada (GUILHERMANO; FONSECA, 2021). Em um cenário de profunda desestruturação no emprego formal de jornalistas brasileiros(as), com forte redução nos postos de trabalho (VOLT, 2018), quem atua como jornalista pode acabar aceitando o cenário de flexibilização e precarização para manter-se no emprego (HIRATA, 2011; ÖRNEBRING, 2018). Isso acarreta alto custo para a saúde física e mental de profissionais, com prejuízo à qualidade de vida (LIMA, 2018; BULHÕES; RENAULT, 2016).

No Brasil, os dados mais confiáveis sobre os perfis sociodemográficos da profissão e suas características-chave vêm da pesquisa acadêmica, a partir de técnicas de investigação em larga escala a nível estadual (FIGARO; NONATO; GROHMANN, 2013) ou nacional (MICK; LIMA, 2013; LIMA; *et al.*, 2022). O *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (PJB 2021) aponta que, tanto em 2012 quanto em 2021, a maioria das profissionais do país era do sexo feminino, branca, solteira, jovem e muito escolarizada (embora no levantamento mais recente tenha ocorrido a diminuição de mulheres e o aumento da idade média dos(as) profissionais, além da maior quantidade de jornalistas de outras etnias em relação a 2012)<sup>1</sup>.

Mesmo com maioria feminina, o jornalismo permanece sendo uma profissão com valores masculinizados<sup>2</sup>, o que fica perceptível na distribuição das pautas, nos salários, índices de assédio e adoecimentos (PONTES, 2017). Elas enfrentam, ainda, uma série de barreiras para chegar a posições de comando – os chamados tetos e portas de vidro (STEINER,

---

1 Isso pode ser reflexo do aprimoramento da pesquisa, mais precisa na segunda edição.

2 Por simetria à distinção conceitual que estamos adotando para o trabalho das mulheres, poderíamos falar em “masculinização” para o domínio quantitativo de profissões por homens e em “masculização” para os efeitos qualitativos desse processo (KIKUTI; ROCHA; MICK, 2022).

2017; MOURA, 2022), embora haja, nos últimos anos, uma maior ocupação delas nas chefias médias, com alto custo à vida dessas profissionais (BANDEIRA, 2019). Isso confirma a segregação por gênero da pirâmide profissional observada por Béatrice Damian-Gaillard e Eugénie Saitta (2016), Dione Moura; *et al.* (2018), Paula Rocha (2019) e Marcia Veiga da Silva (2014), tanto no eixo horizontal (divisão de áreas de especialidade jornalística, de setores midiáticos, de serviços e rubricas, de especialidades de gênero – trabalhos “femininos” e “masculinos”) quanto no vertical (acesso a cargos de decisão e poder).

A constante precariedade laboral também está relacionada à feminização no mundo do trabalho de jornalistas: mulheres estão mais expostas às consequências deste cenário (KIKUTI, 2023). As desigualdades percebidas na profissão podem ser compreendidas nos âmbitos da divisão sexual do trabalho, das culturas organizacionais profissionais e das rotinas produtivas (LELO, 2019).

A divisão sexual do trabalho diz respeito à dificuldade vivenciada pelas repórteres em conciliar o exercício de suas funções com seus projetos familiares. A carreira frequentemente exige sacrifício dos tempos de descanso, e isso obstrui a permanência delas em postos estáveis nas empresas de comunicação, já que muitas precisam adequar suas tarefas profissionais à dupla jornada.

As culturas organizacionais se referem às formas habituais segundo as quais o trabalho é organizado, uma estrutura que impacta nas práticas cotidianas das e dos jornalistas. Lelo (2019) denuncia a existência de uma homosocialidade masculina – a inclinação de atribuir pautas de maior destaque aos colegas do mesmo gênero, assim como de compartilhar contatos e informações unicamente entre si. As culturas organizacionais no jornalismo são campos dominados por valores machistas: quem não se enquadra no modelo de masculinidade idealizado pelas redações acaba prejudicada. o na divisão de tarefas (VEIGA DA SILVA, 2014). No caso das mulheres gestoras, eventuais falhas são associadas à “feminilidade” das ocupantes do cargo.

Em se tratando da cultura profissional, percebe-se a designação de pautas consideradas mais “brandas” (*soft news*) para as mulheres, tradicionalmente ligadas a assuntos culturais e aos aspectos do estereótipo

de “feminilidade” (entretenimento, moda, beleza, comportamento), enquanto as matérias de maior fôlego e impacto na opinião pública (*hard news*) ficam a cargo de seus colegas masculinos (VEIGA DA SILVA, 2014).

Por fim, no âmbito das rotinas produtivas, a violência contra jornalistas no Brasil é um problema que afeta toda a categoria, sendo pior para as mulheres, pela crueldade da misoginia. Segundo a Fenaj (2021; 2022) em 2020, os índices de violência mais do que dobraram com relação ao ano anterior (105,8% a mais, ou 428 episódios), e o problema se manteve em 2021. Para as profissionais, situações de assédio, intimidações ou ameaças em seu trabalho são mais comuns, seja na internet ou fora dela (POSSETTI; SHABBIR, 2022; IWME, 2014; Gênero e número, Abraji, 2017).

Assim, neste capítulo, observamos as relações entre gênero e precarização, comparando indicadores ligados a condições de trabalho, saúde e exposição a violências, no conjunto de mulheres e de homens respondentes do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*. Os dados são descritos primeiro comparando os grupos mulheres e homens; depois, foram realizadas estratificações por perfis profissionais. Dessa forma, os percentuais consideram o total de mulheres respondentes a cada pergunta, assim como o de homens<sup>3</sup>.

Este capítulo tem como principal objetivo compreender se, e em que medida, a precarização do trabalho afeta mais as jornalistas brasileiras. Para isso, foi formulada a seguinte pergunta de partida (P): “Quais dimensões da precarização sobrecaem mais sobre as mulheres?”.

Para perseguir respostas, foram observados os seguintes dados da pesquisa ligados à precarização da pessoa que trabalha. Eles foram separados em três grupos para facilitar a análise dos dados:

- **Empregabilidade:** tipo de vínculo; salário – remuneração e capacidade de pagar despesas com a renda mensal; jornada – horas trabalhadas e horas-extras;

---

3 Havia ainda um pequeno grupo de respondentes (nove, ao todo) que não se identificavam com o gênero masculino e nem com o feminino. Para os fins desta análise, decidimos focar apenas nos dois grupos representativos estatisticamente (homens e mulheres). Isso não diminui, contudo, a importância de estudos qualitativos posteriores que procurem compreender as especificidades das consequências da precarização do trabalho jornalístico para este grupo.



- **Saúde:** estresse no trabalho, diagnóstico saúde mental, LER/DORT; e
- **Exposição a riscos:** violência no ambiente laboral (assédio moral, sexual e verbal, coação, vigilância e autocensura), violência externa ligada ao trabalho (ataques on-line, ataques a familiares, agressão física).

A seguir, descrevemos os principais resultados verificados a partir dos cruzamentos de dados de gênero, empregabilidade, saúde e exposição a riscos. Em discussão de resultados, apresentamos análises e inferências sobre os dados destacados e esboçamos conclusões possíveis e caminhos de pesquisa complementares.

## Gênero e trabalho no jornalismo brasileiro

O jornalismo brasileiro é majoritariamente feminino, porém, no comparativo entre 2012 e 2021, contudo há uma queda de 5,9% nas mulheres e aumento de 5,6% na presença de homens no setor, redução que não representou mudanças no quesito desigualdade de gênero. Sobre elas ainda recai a combinação de menores salários com maior carga de trabalho, adoecimento e exposição a riscos. Às questões observadas na primeira edição do estudo, o PJB 2021 agregou indicadores de precarização, saúde e violência que ajudam a compreender melhor as condições de trabalho dos(as) jornalistas, assim como a divisão do trabalho por gênero.

Em 2021, 57,8% dos 3.100 respondentes do PJB eram mulheres, das quais 68,4% se autodeclararam brancas, e 62,3% tinham até 40 anos de idade. Somente entre as professoras a média da idade aumenta um pouco: 73,3% das respondentes têm mais de quatro décadas de vida. A maior parte dos jornalistas brasileiros atua na mídia (57,7%). Separando por gênero, metade (50,2%) das mulheres trabalha fora da mídia ou na docência, enquanto a outra parte (49,7%) atua em funções dentro da mídia. Entre os homens, quase 70% ocupam cargos na mídia. Assim, pode-se inferir que o trabalho da imprensa brasileira é masculinizado, enquanto em outras áreas que contratam jornalistas há uma prevalência feminina (Tabela 1).

**Tabela 1.** Onde trabalhavam os jornalistas brasileiros em 2021, dividido por gênero

Local	Feminino	Masculino
Mídia	49,70%	68,70%
Fora da mídia	42,30%	24,70%
Docência	7,90%	6,60%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

De maneira geral, as mulheres estão concentradas entre as faixas etárias mais jovens (62,3% entre 18 e 40 anos), enquanto os homens jornalistas são um pouco mais velhos, o que pode indicar maior permanência na profissão. O percentual dos jornalistas com 41 anos ou mais é de 45,2%. Na faixa etária a partir dos 41 anos, homens são maioria em todos os grupos. Apesar de mais jovens, jornalistas brasileiras são mais qualificadas que seus colegas homens: mais da metade delas (54,5%) possui ao menos especialização completa, enquanto 43% dos jornalistas do gênero masculino estão nesta condição.

Do ponto de vista salarial, 62,7% das mulheres recebiam até cinco salários-mínimos, ou seja, somente 37,4% tinham remuneração superior a R\$ 5.500,00 em 2021 – entre os homens este grupo representa 45,5% do total dos autodeclarados do gênero masculino.

Quando se observa as mulheres dos três perfis profissionais analisados (jornalistas da mídia, fora da mídia, e docentes) há uma grande disparidade entre as que estão na academia e fora dela. Entre as professoras, 55,2% recebem acima de cinco salários-mínimos. Porém, apesar de elas representarem três quartos dos respondentes neste perfil profissional, 61,6% dos professores homens têm ganhos superiores aos cinco salários-mínimos. Na academia, boa parte dos respondentes atuava em instituições públicas, portanto, os salários de base de início de carreira são iguais aos de todos os trabalhadores docentes. Seria necessário observar em mais detalhes o tempo de carreira, acúmulo de cargos administrativos ou coordenações de área/projetos para compreender esta questão.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em outubro de 2021, seria necessário

ganhar R\$ 5.886,50<sup>4</sup> para pagar as despesas básicas para sobreviver no Brasil. Somente 39,1% dos jornalistas brasileiros estavam nessa condição, sendo que os demais não conseguiam quitar suas despesas sempre ou às vezes. Entre as mulheres, esta condição era realidade para 63,8% das jornalistas, entre as quais quase 40% não conseguiam, de jeito nenhum, pagar seus custos básicos sem ajuda de terceiros, trabalho extra ou ficar no vermelho no final do mês – condição relatada por 30% dos homens. Assim, eles são maioria entre as pessoas que conseguem pagar suas despesas básicas: 46,4% dos homens responderam que sempre conseguem pagar suas contas, contra 36,2% das mulheres.

Ao comparar a evolução da renda média das(os) jornalistas ao longo de uma década, é possível observar uma pequena melhora (Tabela 2). O percentual de pessoas com renda até cinco salários-mínimos continua muito superior ao de quem tem vencimentos acima deste valor. Entretanto, o que se percebe ao longo dos anos é que o percentual de homens com rendimentos maiores diminuiu ligeiramente, enquanto o de mulheres aumentou um pouco. Já entre as faixas de renda inferiores se vê o movimento inverso, praticamente na mesma proporção.

**Tabela 2. Comparativo 2012-2021 da renda média dos jornalistas brasileiros**

Renda média	Mulheres		Homens	
	2012	2021	2012	2021
Menos de 5 salários-mínimos	65,50%	62,70%	50,00%	54,40%
Mais de 5 salários-mínimos	31,90%	36,00%	46,00%	43,70%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

A desigualdade entre qualificação, salário e média etária já foi observada na primeira edição do estudo, assim como em outras pesquisas realizados no Brasil e no exterior. Apesar de mais qualificadas, as mulheres continuam exercendo funções de base ou com pior remuneração. Essa disparidade não se justifica pela jornada de trabalho. No quesito carga horária, mulheres e homens têm expedientes bastante parecidos,

4 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021>.

mas o delas é ligeiramente menor. Entre as pessoas que investem mais de nove horas diárias no trabalho, 43,3% são homens e 41,6% são mulheres. Nos dois grupos, o restante das pessoas respondentes labora até oito horas por dia. Por outro lado, para 74% delas é comum fazer hora-extra, enquanto 68,3% deles costumam trabalhar mais do que o contratado. Entre as professoras, este índice chega a quase 82%. Trata-se de um nível muito elevado de hora-extra<sup>5</sup>.

**Tabela 3. Função principal informada por trabalhadores da mídia – divisão por gênero**

Função	Feminino	Masculino
<b>Jornalistas em geral</b>	<b>53,10%</b>	<b>45,70%</b>
Repórter	41,20%	33,00%
Repórter fotográfica(o)	0,30%	2,70%
Repórter cinematográfica(o)	0,20%	1,80%
Correspondente	0,50%	0,40%
Ilustrador(a)	0,00%	0,10%
Produtor(a)	7,10%	5,20%
Gestor(a) de redes sociais	3,60%	1,90%
Diagramador	0,20%	0,60%
<b>Sub-chefias/médio poder decisório</b>	<b>25,50%</b>	<b>31,20%</b>
Editor(a) (inclui editor(a) executivo(a) e editor(a) assistente)	20,90%	25,90%
Consultor(a)	0,90%	0,40%
Colunista	1,10%	1,60%
Editorialista	0,00%	0,90%
Âncora	2,60%	2,40%
<b>Chefias/alto poder decisório</b>	<b>11,90%</b>	<b>16,4%</b>
Coordenador(a)	4,80%	5,20%
Chefe de redação	2,90%	5,10%
Diretor(a)/Gestor(a)	4,20%	6,10%
Outra	9,60%	6,30%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

5 Isso levanta a hipótese de que a jornada média diária de trabalho informada pela maioria das/os participantes da pesquisa se referia ao horário contratado, não à jornada efetivamente realizada.

Na mídia, a menor carga horária contratada e o maior nível de horas-extras talvez se justifique pela baixa representatividade das mulheres em cargos de direção ou porque há mais homens na imprensa. Outra justificativa seria o fato de que muitas mulheres precisam de jornadas mais flexíveis e cargos que permitam conciliar trabalho com vida doméstica e cuidado.

Para se ter uma ideia, entre quem trabalha na mídia, 47,6% dos homens atuam em cargos de chefia (como chefia de redação, coordenação e diretoria) ou com algum poder de influência na tomada de decisões (edição, editorialista, âncora, colunistas). Enquanto 37,4% delas ocupam cargos de gestão e 53,1% ocupam o “chão de fábrica” da redação, em funções como reportagem, produção, diagramação (Tabela 3). Devido às especificidades de cada setor não foi possível determinar entre as pessoas fora da mídia e na docência seu nível de hierarquia dentro do trabalho.

## **Riscos e adoecimento entre as jornalistas**

Mulheres jornalistas brasileiras estão mais adoecidas e expostas a violências dentro do ambiente de trabalho do que seus colegas homens. Porém, os dois grupos estão fragilizados e sob intensa pressão devido à precariedade das condições laborais, violência e abusos morais, físicos, verbais e psicológicos que sofrem no exercício da profissão. Por se tratar de um estudo demográfico, e não epidemiológico ou da área de saúde mental, fica impossível determinar se todas as questões de adoecimento mental estão única ou principalmente ligadas ao trabalho das pessoas respondentes. Alguns indicadores verificam a relação direta com a condição laboral, porém não se restringem à ocupação atual da pessoa. Portanto, pode estar ocorrendo agora ou ter acontecido no passado.

Segundo o estudo, 69,8% das mulheres se sentem estressadas no ambiente laboral e quase um quarto relatou ter sido diagnosticada com algum problema de saúde mental relacionado ao seu trabalho (Tabela 4). Neste grupo há também maior proporção de respondentes com histórico de diagnósticos de estresse e depressão em que não se pode

determinar o principal motivo: se possui ou não relação direta com a atividade laboral.

**Tabela 4.** Pessoas que relataram adoecimento mental e/ou físico

Tipo		Mulher	Homem
Relação direta com a atividade laboral	Sente estresse no trabalho	69,8%	61,30%
	Diagnóstico de transtorno mental ligado ao trabalho	24,8%	13,60%
	Licença do trabalho devido LER/DORT	8,70%	5,70%
Sem confirmação de relação com a atividade laboral	Recebeu diagnóstico de estresse	41,10%	24,80%
	Indicação médica para tomar antidepressivos	38,10%	22,10%
	Diagnóstico de LER/DORT	23,40%	15,40%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

O estudo buscou traçar um panorama inicial sobre saúde e violência entre os profissionais da área. Além de altos índices de adoecimento para todas as pessoas participantes, o estudo aponta para um problema negligenciado nas organizações e que é bastante complexo de se investigar em profundidade: a violência dentro do ambiente de trabalho. Esta questão se torna muito evidente na análise dos dados estratificados por gênero. No geral, homens e mulheres estão cotidianamente expostos a diferentes tipos de violações relacionadas ao seu labor; entretanto, é no grupo “mulheres” que se verifica a maior proporção de abusos e assédios dentro do ambiente de trabalho. Os homens acabam sendo maioria nos indicadores de violência externa (ou que pode acontecer durante o trabalho ou em decorrência dele).

No estudo, 45,8% das mulheres participantes alegaram ter sofrido algum tipo de constrangimento por parte de gestores ou superiores. Este é um problema relatado em maior proporção por profissionais na mídia e fora dela (46,8% e 45,7%), com uma menor apesar de ainda significativa incidência entre as professoras (39,8%). Talvez a natureza do trabalho tenha relação com esses índices, uma vez que a atividade acadêmica, em tese, ofereceria maior autonomia e liberdade para tomada de decisões.

Proporcionalmente, elas também são as mais afetadas pela vigilância e monitoramento digital feita por seus chefes (Tabela 5), mas este é um problema que afeta ligeiramente mais as mulheres

da imprensa (30%) do que suas colegas em outras áreas do jornalismo (26% e 23%). Esta pode ser uma consequência do trabalho remoto que ainda era realidade para em torno de 60% das participantes e demandava o uso de aplicativos e *softwares* de gestão e comunicação que poderiam facilitar o controle das chefias sobre seus funcionários e colaboradores.

**Tabela 5.** Pessoas que relataram ter sofrido algum tipo de violência no trabalho ou em decorrência dele

Tipo		Mulher	Homem
No ambiente laboral	Assédio sexual no trabalho	17,40%	2,80%
	Constrangimento por gestores ou superiores	45,80%	39,30%
	Assédio moral no trabalho	43,10%	37,20%
	Violência verbal no trabalho	33,80%	31,30%
	Vigilância/monitoramento digital por superiores hierárquicos	28,20%	25,70%
Relacionado ao trabalho	Deixou de fazer alguma atividade por medo de retaliação	34,60%	35,60%
	Ataques ou ameaças virtuais	23,60%	36,30%
	Trabalho sob coação	17,30%	18,50%
	Agressão física no trabalho ou em decorrência dele	2,50%	2,70%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Outros tipos de abusos foram relatados pelas participantes dentro do ambiente laboral. De acordo com as respondentes, pouco mais de 40% já sofreu algum tipo de assédio moral no trabalho – entre as docentes, este índice foi de 45%. Além disso, um terço delas foi alvo de violência verbal. Nesta variável, há uma diferença de cinco a sete por cento a menos entre o número de professoras expostas a este tipo de agressão e suas colegas na mídia e fora dela, as que são mais atingidas (35,4% e 33,1%, respectivamente). Infere-se então que este é mais um tipo de violência ligada a quem está mais exposta a se relacionar com fontes, chefia, e clientes, relações que usualmente demandam muita negociação sobre pontos destoantes, além de *deadlines* apertados. Outro dado ligado ao ambiente laboral e que expõe a insegurança das mulheres nestes espaços é o assédio sexual: do total, 17,4% relataram já terem sido vítimas deste tipo de violência enquanto trabalhavam. Entre as mulheres na imprensa, este índice sobe em um ponto percentual.

Por outro lado, as violações contra jornalistas em decorrência do trabalho, mas que podem ser externas ou internas são proporcionalmente similares entre os dois grupos. Os homens têm um índice ligeiramente maior de agressões físicas no trabalho e práticas de autocensura ou cerceamento da liberdade de expressão. Estes são problemas presentes em todos os grupos analisados, com ligeira predominância no grupo de quem trabalha na mídia, em que homens e mulheres têm quase os mesmos índices com variação máxima de um por cento.

Um dado que demandaria mais informações para ser interpretado é o índice de pessoas que sofreram ataques ou ameaças virtuais (Tabela 6). Proporcionalmente, este é um abuso que afeta mais os homens, diferentemente do que apontam pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema, nos quais as mulheres figuram como principais alvos deste tipo de condição. No PJB 2021, fica evidente que este é um problema mais comum entre os trabalhadores da imprensa: 31,8% das mulheres respondentes e 42,3% dos homens relataram já terem sido alvo de ataques on-line.

**Tabela 6.** Pessoas que relataram já terem sofrido algum tipo de ataque ou ameaça virtual devido ao seu trabalho

Perfil profissional	Feminino	Masculino
Agrupado – todos os perfis juntos	23,60%	36,30%
Mídia	31,80%	42,30%
Fora da Mídia	15,00%	21,70%
Docência	18,30%	30,20%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

A Tabela 6 mostra que homens fora da mídia e docentes também aparecem em maior proporção neste tipo de violência. Seriam necessárias mais informações para tentar inferir quais as razões desta diferença nos resultados em relação aos estudos sobre o tema. Uma hipótese é que os homens ocupem mais cargos de opinião, âncora e de gestão, ou trabalhem em editorias que causem maior divergência com a opinião pública – como política e meio ambiente – o que poderia levar a maior exposição de seus nomes e imagens no ambiente on-line. Porém,



os dados disponíveis não permitem fazer tais inferências: seria necessário um estudo complementar para abordar esta questão.

## Discussão dos resultados

O tipo de vínculo é um dos indicadores mais comuns para se analisar a precarização do trabalho. Com ele se verifica se há uma predominância de trabalhadoras/es formais ou informais, ou seja, cobertas(os) ou não por garantias legais estabelecidas em lei (e que variam de país a país). No Brasil, por exemplo, ter carteira assinada por meio da Consolidação das Leis do Trabalho ou um cargo efetivo como funcionário público oferece garantias legais de proteção em caso de adoecimento, demissão, férias, décimo-terceiro e aposentadoria. Diferentemente disso, quem é autônomo, *freelancer*, prestador de serviço ou microempreendedor precisa arcar com suas próprias proteções sociais (o MEI recebe algumas proteções de seguridade social, porém, sem relação de trabalho). No entanto, vínculo formal não garante emprego de boa qualidade, muito menos estar alheio à precarização, e é isso que o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* evidencia.

Apesar de 56,8% dos profissionais participantes possuírem empregos formais com carteira assinada ou por meio de concurso público, o estudo demonstra uma piora generalizada na qualidade do trabalho. A profissionalização da categoria é desqualificada por baixos salários, rotinas exaustivas e, no caso das mulheres, especialmente, por funções incompatíveis com a experiência e formação. Além disso, o trabalho fere quem o performa, especialmente aquelas pessoas que não se reconhecem como sendo do gênero masculino. Assim, homens acabam sendo privilegiados na profissão, por ocuparem melhores cargos, terem os maiores salários, permanecerem mais tempo na carreira, estarem menos expostos à violência dentro do ambiente de trabalho e adoecimento. Esta é uma condição que reflete a desigualdade estrutural entre homens e mulheres e se amplifica ainda mais quando é verificada a questão racial.

De fato, toda a categoria está vulnerável a variados tipos de violações de direitos humanos individuais e coletivos, tendo sua integridade

física e emocional comprometidas. Entretanto, as mulheres estão proporcionalmente mais sujeitas a um quadro generalizado de violações que começam com a incapacidade de pagar suas contas com seu próprio salário e culminam no adoecimento físico e mental, passando por diferentes formas de assédio e abusos propagados por gestores, superiores hierárquicos ou vividos em seu expediente de trabalho.

Mulheres estão mais expostas a discriminações devido ao seu gênero ou sexualidade. Nos dados da pesquisa não se buscou verificar violência de gênero contra jornalistas, mas os indicadores de saúde e violência no ambiente de trabalho mostram que esta é uma realidade presente na categoria, em todos os perfis profissionais. Ela pode ser percebida pela soma de violações contra os direitos humanos básicos individuais e coletivos delas verificadas no estudo.

Nossa análise mostrou que elas estão mais suscetíveis aos riscos da profissão que acabam invisibilizados pela dinâmica do trabalho ou são tabus. Soma-se a isso o machismo estrutural presente na sociedade brasileira e a desigual divisão sexual do trabalho.

Neste capítulo é possível observar outras violências estruturais mascaradas como sendo a dinâmica do mercado. A agilidade necessária e competição da profissão dão guarida para agressões verbais e assédio moral que parecem insultos ou práticas ligadas à pressa; a multifuncionalidade e necessidade de se aprender novas linguagens e tecnologias sem suporte da empresa acabam dando a falsa impressão de que a qualificação recebida não é suficiente, e por isso justifica jornadas extensas e baixos salários. Além disso, a capacidade intelectual das mulheres pode ser questionada ao colocando em funções “femininas”, mais “seguras” ou de menor destaque dentro da política editorial. O culto pela imagem bem cuidada e aprazível aos olhos, especialmente na TV, pode normalizar assédio e abusos sexuais por meio de comentários sobre corpo, aparência ou “piadinhas inofensivas” supervalorizando ou desqualificando a capacitação de uma profissional para alguma atividade devido seus atributos físicos.

A violência patrimonial, na qual as pessoas têm sua subsistência comprometida, afeta muito mais mulheres do que homens jornalistas: elas ganham menos e, conseqüentemente, têm mais dificuldade

de custear despesas básicas para sobrevivência. Isso impacta na possibilidade de investir em educação, lazer, saúde, tempo livre e também potencializa o risco de se manter em relacionamentos abusivos devido à situação financeira desfavorável.

Com a renda média das jornalistas, manter-se na carreira é um obstáculo, pois pouca gente tem condições de persistir em cargos com baixos salários. Isso pode levar profissionais a buscarem emprego em áreas afins, mais estáveis e mais bem remuneradas, ou até mesmo a mudar totalmente de área. Pessoas que não têm aporte financeiro familiar ou que são arrimos de família, em geral, são as que mais sofrem para permanecer trabalhando como jornalistas.

Outro ponto a ser destacado é a desqualificação da profissionalização no jornalismo. A crise do mercado jornalístico que começou junto com a digitalização das redações e se intensificou nas últimas duas décadas substitui profissionais experientes por jovens em início de carreira. Também há uma grande rotatividade de empregos devido a demissões frequentes que resultam em multifuncionalidade para os que ficam, com salários incompatíveis com a realidade, ou contratação de pessoas experientes em cargos de chão de fábrica – ou com salários abaixo do adequado para suas qualificações.

Esta é uma realidade que afeta a todas as pessoas trabalhadoras do jornalismo brasileiro, mas que impacta mais as mulheres. Elas são melhor qualificadas, possuem mais tempo de especialização para a função, mesmo assim estão sujeitas a menores salários e dificuldade para atingir cargos de chefia. Esta é uma violação de gênero comum no mercado de trabalho brasileiro e que impõe um peso invisível sobre as mulheres que precisam sempre provar serem mais competentes, disponíveis e capazes que seus colegas homens.

A maior pressão sobre elas pode estar ligada aos índices de adoecimento verificados no estudo. Por mais que não se possa indicar uma relação causal entre adoecimento, violência e precarização, percebe-se que as mulheres estão em condição de maior fragilidade estrutural que seus colegas homens. Elas estão adoecidas emocionalmente e são o grupo que mais sofre com estresse, assédios e controle por parte das chefias.

Nesse sentido, além dos indicadores analisados neste capítulo, o PJB também apresenta uma seção de comentários abertos e espontâneos dos(as) jornalistas em que eles(as) falam sobre questões relevantes ligadas à pesquisa. Ao indicarem pontos que poderiam ser aprimorados na investigação, foram levantados aspectos de gênero e raça como prioritários para se debater em análises futuras sobre o jornalismo.

Nas respostas abertas, algumas pessoas falaram especificamente sobre questões ligadas à discriminação ou assédio no ambiente de trabalho que passam “despercebidos” ou são ignorados no dia a dia. Uma pessoa respondente informou que “jornalistas mães enfrentam muitas dificuldades na rotina da redação, até mesmo com falta de lugar para amamentar, além da pressão etc.” (LIMA; *et al.*, 2022, p. 91). Em outro comentário, fica evidente a dificuldade que muitos profissionais têm de perceber determinadas formas de violência na rotina profissional: “Pelas questões [do *online survey*], percebo que no meu emprego anterior vivia numa situação próxima a abuso” (LIMA; *et al.*, 2022, p. 91).

Em diferentes trechos das respostas abertas destacados no relatório nacional, os textos escritos pelas pessoas participantes corroboram com os dados apresentados neste artigo. Suas falas demonstram uma sensação de abandono e impotência perante a precarização, adoecimento e assédios.

Alguns denunciaram a conivência de gestores, departamentos de recursos humanos e colegas com assédios sofridos. Além de colocarem as chefias como principais agressores no ambiente laboral. “É necessário que os chefes entendam de gestão de pessoas, a maioria trata os subordinados com muita falta de respeito, com gritos, com desconfiança”, escreveu uma pessoa participante (LIMA; *et al.*, 2022, p. 92).

O trabalho jornalístico é hostil com seus profissionais, independente do setor no qual eles atuam. Trabalhadores expostos à precarização e violência laboral desenvolvem diferentes estratégias para conviver com os abusos sofridos em função do trabalho: enfrentamento, subjugação e autocensura, dessubjetivação, mudança de área e saída da profissão aparecem com frequência em estudos da área. Nas respostas abertas do PJB 2021 isso aparece em diferentes momentos, como o seguinte depoimento:

Deixei a redação da grande mídia por assédio moral, sexual e por não ter liberdade de realizar meu trabalho por questões políticas dentro da empresa, inclusive anunciantes. Nunca denunciei por não encontrar amparo nas minhas queixas (isso foi em 2001). De lá para cá parti para uma sucessão de trabalhos *freelas* em empresas pequenas sem nenhum tipo de conduta ética e nunca mais consegui portas abertas para voltar para uma grande empresa. [depoimento de jornalista anônimo] (LIMA; *et al.*, 2022, p. 91).

No caso das mulheres, a falta de acolhimento das denúncias de assédios, discriminação e violência, especialmente de gênero, é recorrente e nutre a lei do silêncio dentro dos locais de trabalho. Sem ter a quem recorrer ou por medo de sofrer retaliações, elas se calam, pedem demissão ou aprendem a criar uma “casca grossa” contra os abusos. Além disso, a normalização dos abusos na cultura organizacional muitas vezes impede que a pessoa perceba que está exposta a alguma condição de violação de seus direitos.

## Considerações finais

Voltando à pergunta que intitula este capítulo – “precariedade têm gênero?” –, a resposta simples ao analisar os dados agregados é: a precarização afeta a categoria de maneira generalizada, porém é mais cruel com as mulheres. Este processo resulta da consistente perda da qualidade do trabalho e de vida ao longo das últimas décadas. Ele se intensificou no período da digitalização das redações e chegada da internet – entre os anos 1980 e 2000 – e perdura ganhando novos contextos. Se inicialmente a precarização era debatida no âmbito salarial (Alves, 2013), aquela mais ligada a questões de empregabilidade e renda, hoje os estudos nesta área estão mais focados para os efeitos do problema sobre a pessoa que trabalha (ALVES, 2013), ao observar trajetórias profissionais, novos perfis e rotinas, plataformização do trabalho e violência. A deterioração das condições laborais atinge níveis cada vez mais profundos nas rotinas e práticas profissionais e na vida do ser humano por trás do jornalista.

Ao se observar os dados por gênero, percebe-se uma deterioração muito maior entre as mulheres brasileiras. Elas aparecem como grupo majoritário, mas amplamente discriminado. Neste sentido, sim, a precariedade tem gênero. Ela afeta as mulheres de maneira desigual, em áreas cruciais analisadas no PJB 2021. Elas têm os piores índices em indicadores-chave da subsistência pelo trabalho (renda e capacidade de pagar despesas), aparecem como mais atingidas pelo adoecimento geral e relacionado à atividade profissional (estresse, diagnóstico de doença mental, uso de antidepressivos, LER/DORT), assim como estão expostas a um maior nível de assédios e violações dentro do ambiente laboral.

Há um claro descaso do mercado à sua qualificação e profissionalização: mulheres possuem maior índice de especialização e treinamento, porém são minoria em cargos de chefia ou naquelas funções com um nível de autonomia mediano. Além disso, elas ganham menos e, ao longo dos anos, a disparidade salarial diminuiu apenas virtualmente. Não houve melhora significativa nos rendimentos delas. Houve redução salarial dos homens que refletiu em um pequeno aumento para elas – isso também pode se justificar por maior presença feminina em cargos de chefia média e gestão. A melhora observada é insuficiente ao considerar sua participação no mercado e seu preparo para a atividade.

Além disso, a permanência das mulheres na carreira ainda coincide à idade reprodutiva, o que pode se caracterizar como um indicador de violência de gênero. Ser mulher, casar e ter filhos parece incompatível com a profissão. E, por mais que esta seja uma questão “batida” por diversas pesquisas da área, ainda é relevante refletir: como é possível reverter esta condição que impõe às profissionais em plena idade de ascensão de carreira ter de abandonar a profissão ou se reinventar para, em seguida, enfrentar uma nova forma de discriminação, aquela do etarismo, que atinge os profissionais de meia idade que começam em novas profissões? É verdade que a carreira de jornalista é breve – porém, para elas, é ainda mais curta. Justificar a baixa permanência na carreira como algo posto pela dinâmica da profissão é invisibilizar preconceitos estruturais às mulheres que são

(ou potencialmente podem se tornar) mães ou casadas. Porém, seria necessário buscar mais evidências em estudos de trajetórias para as razões das transições de carreira, a fim de entender melhor o que motiva homens e mulheres a saírem da profissão.

Outro fator que reflete a desigualdade estrutural de gênero na sociedade é a violência laboral. Mulheres jornalistas correm mais risco de sofrerem violência em função do trabalho dentro dos espaços laborais do que fora deles. Isso é compatível com a constatação já bastante conhecida de que a violência sexual sofrida por mulheres no Brasil ocorre mais comumente em espaços privados, como em casa, e por pessoas conhecidas. No caso das trabalhadoras, o assédio é cometido por chefes, fontes, colegas, e pode se dar de diversas maneiras, desde tentativas de “sedução” permeadas por relações de poder, constrangimentos, sanções, desmerecimento do trabalho feito pela mulher e até mesmo xingamentos ou outras formas de violência explícita, muitas vezes tidas como algo inerente à rotina da profissão ou da “personalidade” de quem agride. A falta de reconhecimento desses comportamentos como assediosos é um dos fatores que podem explicar a perpetuação da violência de gênero nas redações e demais espaços de trabalho de jornalistas. Outro fator é a subnotificação, motivada pelo medo de perder o emprego ou de ser desacreditada por colegas e superiores (IWMF, 2014; Gênero e Número; Abraji, 2017).

É essencial desenvolver pesquisas de variados métodos sobre precarização que avancem a análise para uma abordagem interseccional e de gênero. Há nuances que passam despercebidas em estudos como este de perfil e que acabam mascarando problemas estruturais recorrentes que se confundem com a dinâmica do trabalho. É um desafio formular perguntas que permitam maior aprofundamento na compreensão das violações aos direitos humanos individuais e coletivos na dinâmica laboral, e como elas afetam diferentemente os variados perfis de pessoas trabalhadoras. Isso ajudará também a aprofundar análises sobre diversidade, pluralidade na mídia e questões éticas ligadas às rotinas profissionais. Na mesma direção, parece relevante projetar estudos que contemplem especificamente as pessoas não binárias – o que permitirá alargar as conexões entre gênero e precariedade.

## Referências

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6 Editora, 2013.
- BANDEIRA, Ana Paula B.S. **Jornalismo e Feminização da Profissão**: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, UFPE, 2019, p. 250.
- BASTIN, Gilles. Gravitation, aléa, séquence. Variations sociologiques autour du concept de carrière. In: D. Demazière et M. Jouvenet (Dir.), La sociologie d'Andrew Abbott. **Presses de l'EHÉSS**, vol. 2, p. 195-216, 2016.
- BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida do jornalista. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2016.
- CHARRON, Jean.; DE BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.
- DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; SAITTA, Éugénie. Feminização e transformações das práticas jornalísticas: o exemplo do jornalismo político na imprensa diária francesa. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, p. 128-137, 2016.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, 4(2), 6-21, 2016.
- FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Relatório 2021. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relatório-da-Violência-Contra-Jornalistas-eLiberdade-de-Imprensa-2021.pdf>.
- FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2020**. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2021. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf).
- Figaro, Roseli; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: Atlas, 2013.
- GÊNERO E NÚMERO; Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. Gênero e Número, 2017. Disponível em: [http://mulheresnojornalismo.org.br/12901\\_GN\\_relatorioV4.pdf](http://mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf).
- GUILHERMANO, Livia; FONSECA, Virginia P.S. Rotinas intensas e sofrimento na formação da identidade profissional: um estudo com jornalistas que vivenciaram a transição para o período pós-industrial. **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**, 23(1):161-170 janeiro/abril 2021. DOI: 10.4013/fem.2021.231.13.
- HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, n. 1. Salvador, 2011.
- IWMF – International Women's Media Foundation. **Violence and Harassment Against Women in News Media: A Global Picture**. IWmf, 2014. Disponível em: <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/06/Violence-and-Harassment-against-Women-in-theNews-Media.pdf>.



KIKUTI, Andressa. **Risco biográfico e trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do LinkedIn**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023, p. 163 (no prelo).

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula M.; MICK, Jacques. Masculinização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). **Revista Estudos Feministas**, 30 (2), 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n275032>

LELO, Thales Vilela. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral); *et al.* **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: 2022.<https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>.

LIMA, Samuel Pantoja. Os impactos do mercado jornalístico na vida dos trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo: SBPJor, 2018.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOURA, Dione Oliveira. Jornalista, professora, pesquisadora negra amefricana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: a vivência de uma epistemologia afrocentrada. *In*: MOURA, D.; SANTOS, D.S. (Orgs.). **Vá no seu tempo e vá até o final: mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

MOURA, Dione. O.; ROCHA, Paula. M; DAMIAN-GALLIARD, Béatrice; LE CAM, Florence. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France, and Belgic Francophoné's journalism. An introduction to the question. *In*: Brazil-France-Francophone Belgium Journalism Research Conference: The Sociocultural Frontiers of Journalism in Brazil and in Francophone space, 1. FIAM/FAM, nov-2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2018. p. 1-11.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019, p. 296.

ÖRNEBRING, Henrik. Journalists thinking about precarity: Making sense of the new normal. *In*: **International Symposium Online Journalism**, v. 8., n. 1, p. 109-126, 2018.

PONTES, Felipe S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, v. 20, p. 1-15, 2017.

POSETTI, Julie; SHABBIR, Nabeelah. **The Chilling**: a global study of online violence Against women journalists. ICFJ, 2022. Disponível em: [https://www.icfj.org/sites/default/files/2023-02/ICFJ%20Unesco\\_TheChilling\\_OnlineViolence.pdf](https://www.icfj.org/sites/default/files/2023-02/ICFJ%20Unesco_TheChilling_OnlineViolence.pdf).

ROCHA, Paula M. **A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção**: transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas. Monografia para ascensão de classe de professora. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

STEINER, Linda. Gender and Journalism. *In*: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. Oxford University Press USA, 2017. DOI: <https://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.91>.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o Gênero do Jornalismo**: Modos de Produção das Notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VOLT. **A conta dos passaralhos**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/passaralhos>.

# MAIS ACESSO, POUCAS OPORTUNIDADES: O PERFIL DE JORNALISTAS NEGROS E NEGRAS APÓS UMA DÉCADA DE PESQUISAS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

*Cláudia Nonato*  
*Universidade de São Paulo*

*Abinoan Santiago*  
*Universidade Federal de Santa Catarina*

As pesquisas relacionadas à questão racial no mundo do trabalho começam a surgir no Brasil a partir dos anos 2000, principalmente oriundas das Ciências Sociais (DE MELLO; *et al.*, 2020). Foi a partir da promulgação da Constituição de 1988 que a mídia passou a ter novos agendamentos, impactando as pesquisas acadêmicas no campo das diversidades, que passam a repensar conceitos como representações e representatividades (FERREIRA, 2020). No jornalismo, questões raciais e de gênero surgem em pesquisas voltadas para o perfil da categoria, realizadas a partir de 2012 (FIGARO, NONATO e GROHMANN, 2013; MICK E LIMA, 2013), que apontavam 10% de negros(as)<sup>1</sup> e pouco mais de 50% de mulheres nas redações brasileiras. Pesquisa recente atualizada pela Rede de Trabalho e Identidade de Jornalistas (Retij/SBPJor) em parceria com diversas entidades em 2021 apontou que os jornalistas negros brasileiros nas redações representam 30% do total<sup>2</sup>, dados que demonstram um avanço quantitativo, mas não qualitativo, porque a mesma pesquisa revela que poucos negros e negras ocupam cargos de chefia nas grandes empresas de comunicação do país (LIMA; *et al.*, 2022). Dados

---

1 Negros(as) são considerados(as) aqui como a agregação de pretos e pardos em um mesmo conjunto.

2 20,6% declararam-se pardos e 9,3% pretos.

do relatório *Reuters Institute for the Study of Journalism*<sup>3</sup>, que analisou o perfil de editores no comando dos 100 maiores veículos jornalísticos (on-line e off-line) de quatro continentes – Brasil, Alemanha, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos – demonstram que ainda há um abismo entre a maioria da população e entre quem está no topo da carreira nas redações. O relatório, publicado em março de 2022, apontou que apenas 21% de 82 editores que dirigem veículos de prestígio em cinco países do mundo são não-brancos. No Brasil, na Alemanha e no Reino Unido, nenhum dos veículos da amostra apresentou um editor não branco. Em estudo sobre o perfil profissional dos jornalistas que escrevem nos três maiores veículos impressos do Brasil (*O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*), o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEEMA)<sup>4</sup>, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, identificou uma predominância de homens brancos nesses cargos. Entre as conclusões do estudo, também publicado em 2021, o cenário observado nos resultados é de que a mídia brasileira se mantém priorizando um olhar sobre o mundo privilegiado e pouco condizente com a realidade nacional. Conclui-se que, nesse setor, as redações, agências de publicidade e assessorias de comunicação são formadas por homens, brancos, heteronormativos e de classe média, características do racismo estrutural brasileiro, que se reproduzem diariamente no conteúdo das pautas jornalísticas e dos anúncios publicitários.

Diante dessas questões, a proposta deste capítulo é apresentar breves resultados do recorte racial da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*, realizada por pesquisadores Retij/SBPJor. A investigação apontou um crescimento de 20% no número de jornalistas brasileiros no período compreendido entre 2012 e 2021. As nossas hipóteses para essa ampliação são: a) esses profissionais ingressaram nos cursos universitários apoiados por políticas públicas e ações afirmativas implantadas nos últimos anos; b) ingressaram no mercado

---

3 Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/race-and-leadership-news-media-2022-evidence-five-markets>

4 Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-raca-e-genero-de-quem-escreve-nos-principais-jornais-do-pais/>

de trabalho aquecido pelo discurso da diversidade, mas ainda sem oportunidades de crescimento profissional. Para tanto, faremos uma breve contextualização teórico-metodológica do problema, que posteriormente servirá de base para a análise descritiva dos dados da pesquisa.

## **Ações afirmativas e mundo do trabalho: desafios para jornalistas negros(as)**

Quase duas décadas após a implantação das primeiras políticas de ações afirmativas (política de cotas – Lei nº 12.711/2012) e ampliação do acesso a programas de financiamento (Programa Universidade Para Todos, o Prouni, e o Programa de Financiamento Estudantil, Fies) no ensino superior no país, é possível perceber uma mudança significativa na formação educacional da população brasileira, sobretudo entre a população negra e pobre, que passou a ter mais chances de obter um diploma de graduação e uma vaga no mercado de trabalho formal. Um levantamento feito pelo site Quero Bolsa<sup>5</sup>, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostra que entre 2010 e 2019 o número de alunos(as) negros(as) no ensino superior cresceu quase 400%. Segundo o estudo, os(as) negros(as) chegaram a 38,15% do total de matriculados, um percentual considerável, porém ainda abaixo de sua representatividade no conjunto da população (56%). Nesse cenário, jovens negros e negras, LGBTQIA+ e/ou de classes sociais menos privilegiadas, beneficiados por políticas públicas, ingressaram no mercado de trabalho acolhidos pelo discurso da diversidade, em ambientes tradicionalmente constituídos por relações de desigualdade de raça, gênero e classe social. Essas relações são herança das condições históricas da formação da sociedade capitalista no Brasil e no mundo, reproduzidas pelas transformações organizacionais e tecnológicas da economia. Para Fleury (2000, p. 19), “os brasileiros valorizam sua origem diversificada [...], mas é uma sociedade estratificada, em que o acesso às oportunidades educacionais e às posições de prestígio no mercado de trabalho é definido pelas origens econômica e racial”.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://querobolsa.com.br/>.

Tal fato foi comprovado com o resultado de um estudo realizado entre 2015 e 2016 pelo Instituto Ethos<sup>6</sup>, que mapeou entre funcionários e gestores das 500 maiores empresas do Brasil, aqueles comumente discriminados na sociedade e no mundo do trabalho. Entre os resultados, verificou-se que a maioria das empresas participantes não possuía ações afirmativas para incentivar a presença de mulheres e negros(as) em seus quadros; além disso, grande parte não desenvolvia políticas que aspirassem oportunidades iguais para homens e mulheres, ou para negros(as) e brancos(as). Pesquisa mais recente do Instituto Ethos, divulgada em 2022, feita em parceria com a revista *Época Negócios* e com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), com destaque para os eixos de inclusão étnico-racial, geracional, de mulheres, de pessoas com deficiência e LGBTQIA+ de 169 empresas, revelou que as práticas de diversidade, equidade e inclusão ganharam relevância e visibilidade estratégica. Segundo dados da pesquisa, 46% das empresas incluem metas de diversidade na avaliação dos executivos. A pauta de gênero é predominante, com grupos de discussão sobre equidade de mulheres em 82% das empresas; além disso, 58% das participantes possuem metas para ampliar a presença de mulheres em posições de liderança. A questão da equidade racial é uma preocupação para 76% das companhias. De 2018 para 2022, houve um crescimento de 12% nas metas de recrutamento e seleção para profissionais negros(as). A discussão geracional também se mostrou importante para 37% das empresas, seja para inclusão de mais profissionais acima de 50 anos ou para estabelecer as bases de uma interação mais produtiva entre pessoas de gerações diferentes.

Ainda nesse contexto, em relação à remuneração média, as diferenças no setor formal com recorte de gênero, raça e classe ficam evidentes no relatório *Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho*<sup>7</sup>, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019<sup>8</sup>. Os dados

---

6 Disponível em: [https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil\\_social\\_tacial\\_genero\\_500empr](https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr).

7 Disponível em <https://smartlabbr.org/diversidade/>.

8 A mais atual disponível.

mostram que, enquanto homens brancos recebem um salário médio de 3,6 mil reais, as mulheres brancas recebem 2,8 mil, os homens negros 2,4 mil e as mulheres negras 1,9 mil. A plataforma, desenvolvida no âmbito da iniciativa *SmartLab de Trabalho Decente*, traz informações sobre o mercado de trabalho por estados e municípios brasileiros e nos revela, com dados concretos, a escala de privilégios existente no mundo de trabalho formal. Vale destacar que a mulher negra está sempre em último lugar nessa hierarquia. Outro levantamento, feito por Araújo e Lombardi (2013), mostrou a evolução do trabalho informal no Brasil, de 2001 a 2009, com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD). Os resultados demonstraram que, no final da década, havia quase a mesma quantidade de autodeclarados brancos (49,6%) e negros (50,4%) no mercado de trabalho. Mas, ao comparar o mercado de trabalho formal com o informal, ainda segundo a pesquisa, as desigualdades de raça e gênero se destacam; 54,6% dos trabalhadores formais são brancos, enquanto 55,7% dos trabalhadores informais são negros(as), assim como os trabalhadores sem carteira assinada e os não remunerados.

No mesmo período, os cursos universitários também se multiplicaram no país e democratizaram o acesso a diversas carreiras, como a de Comunicação. Segundo Mick (2012), que fez um estudo baseado em dados dos cursos de jornalismo existentes no Brasil, esse crescimento se deu entre 1990 e 2010, a partir de entidades privadas, que estimularam a expansão da educação superior no período. Esse foi também, segundo o autor, um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento do número de profissionais da área de Comunicação, que desencadearam na emergência de novas e diversificadas funções, decorrentes da introdução das novas tecnologias. Como exemplo, além das tradicionais funções inerentes ao jornalismo, à publicidade e às relações públicas, surgiram cargos denominados “analistas de mídias sociais”, “pesquisadores de conteúdo”, “coordenadores de mídias digitais e estratégia”, “*webwriting*”, “gestores de canais on-line”, entre outros (MICK, 2012, p. 16).

Dados de 2018 do censo do ensino superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostraram que um total de 516 alunos se formaram em cursos

de Comunicação Social no país, sendo 172 em universidades públicas e 344 em privadas. São profissionais graduados para atuar em redações, agências de publicidade e assessorias de comunicação formadas por homens, brancos e de classe média, características que se reproduzem diariamente no conteúdo das pautas jornalísticas e dos anúncios publicitários. Além da baixa representatividade de mulheres, negros(as) e periféricos nas empresas e da quase ausência em cargos de chefia, há ainda a pouca oportunidade dada à participação nas rotinas do trabalho. Diversas pesquisas acadêmicas realizadas nos últimos anos<sup>9</sup> apontaram que há um crescimento na quantidade de pessoas diversas nas redações e agências de publicidade, mas poucos profissionais chegam a cargos de chefia e a postos de tomada de decisão. São recorrentes os casos de *Diversity Washing*, termo criado para designar empresas que divulgam prática e ações de diversidade e inclusão na mídia, em busca de promoção e visibilidade, mas que na realidade não fomentam políticas públicas nem constroem uma cultura interna que garanta o respeito a essas minorias.

## Sistema de mídia e as relações raciais no Brasil

Alguns autores (SANTOS, 2018; SODRÉ, 2015) relacionam a ausência de profissionais negros(as) nos veículos de mídia com a conformação do sistema de mídia<sup>10</sup> brasileiro, que tem como características principais: a) a concessão de emissoras de rádio e televisão para a iniciativa privada; b) a ausência de regulação, possibilitando a propriedade cruzada dos meios de comunicação e o oligopólio da mídia, controlada por poucos grupos familiares e políticos, igrejas e c) hegemonia de um único grupo privado, as Organizações Globo, que concentraram durante cinco décadas as verbas publicitárias da audiência (LIMA, 2011).

---

9 Reuters Institute for the Study of Journalism, 2022; GEEMA (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa – UERJ), UFSC/Retij (Rede de Trabalho e Identidade de Jornalistas da SBPJor) 2022, entre outras.

10 Meios de comunicação; imprensa.



Vale lembrar que o Brasil convive com as consequências do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), prática que se perpetua desde o período da escravidão. No racismo estrutural, uma sociedade privilegia um grupo de certa etnia ou cor em detrimento de outro, percebido como subalterno, a partir de um conjunto de práticas excludentes frequentes. Criam-se discriminações de complexa resolução e nem sempre de percepção explícita, produzindo a desigualdade em grande escala e afetando a todas as estruturas sociais, inclusive os meios de comunicação.

Para Muniz Sodré (2015, p. 276), a mídia no Brasil se desenvolveu como um bem patrimonial, em que “os sujeitos econômicos da indústria da informação e do imaginário são predominantemente famílias”. O autor considera os canais de transmissão dos meios de comunicação como verdadeiros feudos, que reproduzem “o velho espírito patrimonialista, o imaginário e as ideologias das elites nacionais e internacionais, que tiveram o seu poderio aumentado (na razão direta da concentração de renda) desde a república getulista até hoje” (SODRÉ, 2015, p. 227). Ainda dentro desse sistema, os veículos de mídia se constituem, segundo o autor, como “pequenas elites intelectuais” e “grupos técnicos de imaginação” (SODRÉ, 2015, p. 278), responsáveis por filtrar e sintetizar o discurso das elites – econômicas, políticas ou culturais – além de absorver, reelaborar e retransmitir o imaginário dominante nas representações sociais.

Neste processo, não há espaço para jornalistas negros(as); há apenas a manutenção dos privilégios.

O imaginário é categoria importante para se entender muito das representações negativas do cidadão negro, quando se considera que, desde o século XIX, o africano e seus descendentes eram conotados nas elites e nos setores intermediários da sociedade como seres fora da imagem ideal do trabalhador livre, por motivos eurocentrados. O imaginário racista veiculado pelas elites tradicionais pode ser hoje reproduzido logotecnicamente, de modo mais sutil e eficaz, pelo discurso midiático-popularesco, sem distância crítica do tecido da civilização tecnocrômica, onde se acha incrustada a discriminação em todos os seus níveis (SODRÉ, 2015, p. 278).

O autor classifica o racismo midiático em quatro fatores: a negação, o recalçamento, a estigmatização e indiferença profissional. Neste último, Sodré diferencia a mídia contemporânea da imprensa tradicional, por considerar a mais atual pautada por questões comerciais e publicitárias, com pouco interesse nas minorias. Além disso, destaca pouca presença de jornalistas negros(as) na mídia brasileira.

Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública (SODRÊ, 2015, p. 280).

Ao analisar o sistema midiático brasileiro a partir do sistema jurídico e de poder racial, Tiago Vinícius André dos Santos (2018, p. 143) considera que “a concentração dos meios de comunicação contribui também para um sistema que pode ser compreendido como uma espécie de continuidade do projeto de branqueamento brasileiro”. Segundo ele, as pesquisas feitas sobre o tema consideram apenas o aspecto econômico da questão, desconsiderando o sistema jurídico e de poder.

As pesquisas empreendidas sobre racismo e mídia atentam-se, sobretudo, aos dados que envolvem violação de direitos provocados pelo racismo midiático brasileiro expresso, tanto na frequente invisibilidade dos negros nos meios de comunicação, quanto na representação racializada estigmatizadora desta parcela da sociedade do país nos mais diferentes produtos midiáticos nacionais (SANTOS, 2018, p. 143).

O autor chama de “Economia política racial da comunicação” todo o sistema de concentração de mídia, reprodutor do discurso racial, da valorização da identidade branca e da desvalorização da identidade negra, resultando em um “pacto narcísico institucional” (SANTOS, 2018, p. 162). Santos observa ainda que não há pesquisas sobre a identidade racial dos concessionários de rádio e TV no Brasil, e recorda que houve

apenas um caso de concessionário negro na história da televisão brasileira (*TV da Gente*, do apresentador Netinho de Paula), experiência que praticamente está sendo apagada do imaginário nacional. A experiência da *TV da Gente* (2005 a 2006) foi uma curta e pioneira tentativa de ter pessoas negras em todas as estruturas de uma emissora de televisão, levando assim representatividade para a frente das câmeras.

Anos mais tarde, os avanços tecnológicos trouxeram novas formas de comunicação que deram autonomia e reforçaram a identidade e a representatividade das minorias. Ferreira (2020, p. 345) afirma que as redes sociais fizeram com que movimentos sociais e ativistas pudessem “expressar suas ideias, ideologias, percepções e como forma de comunicação com os seus pares”. Para ele, tal fato trouxe ainda “um movimento de busca pela representatividade imagética como elemento político necessário para o antirracismo” (*idem*), que se legitimaria, por exemplo, no lugar ocupado pelo(a) negro(a) na estrutura de mídia, ou seja, à frente das câmeras. O autor reforça ainda que só ter pessoas negras apresentando telejornais ou atuando como atores e atrizes não é o suficiente para que ocorram transformações estruturais; é preciso ter pessoas negras em todas as áreas – da produção à coordenação – para que a cadeia produtiva do mundo do trabalho se mantenha de modo mais igualitário.

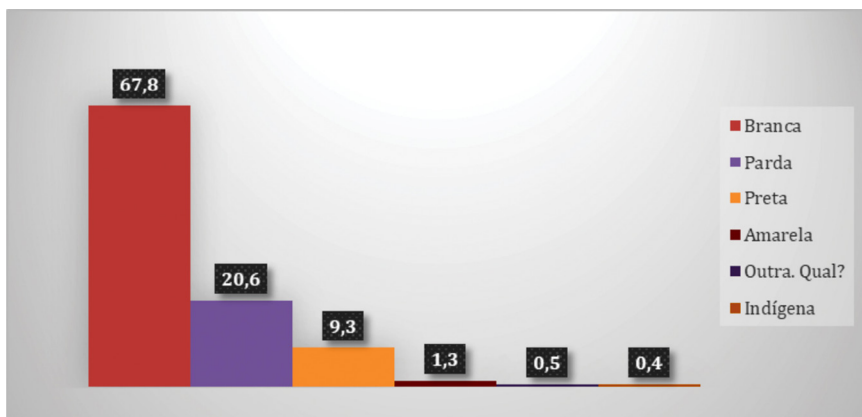
Tais questões precisam ser problematizadas para fomentar um maior entendimento a respeito da presença e da ausência de profissionais negros(as) no jornalismo brasileiro, como veremos a seguir.

## **Metodologia e descrição dos dados da pesquisa**

A pesquisa foi uma construção coletiva liderada pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC) e articulada nacionalmente pela Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade no Jornalismo (Retij), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), com o envolvimento de pesquisadores voluntários de todas as regiões brasileiras e apoio das principais organizações nacionais da categoria: Fenaj, Abraji, ABI, APJor, SBPJor e Abej (LIMA; *et al.*, 2022). Os dados foram

coletados entre agosto e outubro de 2021, por meio de uma enquete on-line de participação espontânea, conforme experiência de pesquisa anterior realizada por Mick e Lima (2013). Foram coletadas no período 7.029 respostas, sendo 6.650 válidas. Desse total, 21%, ou 1.396 jornalistas se declararam pardos; e 9%, ou 598 jornalistas se declararam pretos, ou seja, a amostra apresentada neste artigo é de um universo de 1.995 jornalistas, considerados a partir daqui como “negros” (o total da somatória entre pardos e pretos). Em contraposição, o número de jornalistas que se autodeclararam brancos alcançou 68% (Gráfico 1).

**Gráfico 1.** Como você define a sua cor/raça?



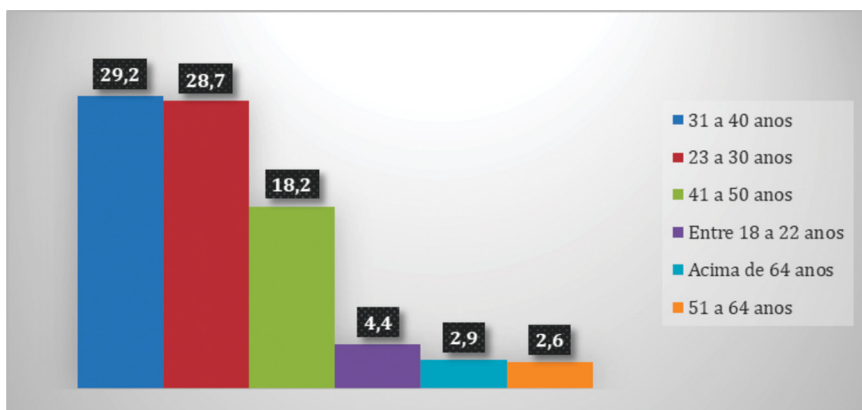
Fonte: Elaborado pelos autores(as) partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Dos jornalistas negros(as) que responderam à pesquisa, 28% informaram que vivia em São Paulo, seguido por Minas Gerais (12,5%), Rio de Janeiro (9,1%), Bahia (5,5%) e Distrito Federal (5,1%). A região Sudeste concentra o maior número de jornalistas do país; somando-se os três estados e mais os respondentes do Espírito Santo (3,1%) temos 52,7% dos(as) jornalistas negros(as) vivendo na localidade.

Quanto ao gênero, as mulheres são maioria (56,9%), resultado que se mantém próximo ao total nacional de respondentes da pesquisa. Além disso, a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* mostrou que os(as) jornalistas negros(as) são jovens em sua maioria (Gráfico 2) com idade entre 23 e 40 anos (68%), o que pode significar um reflexo das políticas de acesso

ao ensino superior por meio de cotas raciais e de renda, conforme afirmamos anteriormente. São jovens que entraram e se formaram na graduação a partir da primeira década dos anos 2000 e ingressaram no mercado de trabalho nos últimos dez anos, como veremos mais adiante.

**Gráfico 2.** Faixa etária dos(as) jornalistas negros(as)



Fonte: Elaborado pelos autores(as) partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

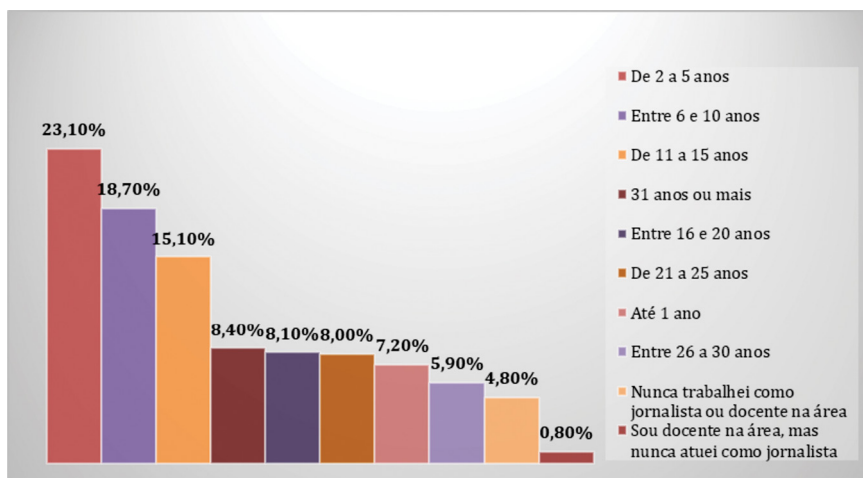
Em relação à situação familiar, a pesquisa mostrou que 53,3% dos(as) jornalistas negros(as) eram solteiros(as), enquanto 25,8% estavam casados(as), 12% viviam em união estável e 5,1% são divorciados(a). Dos respondentes, 63,9% dos jornalistas negros(as) não possuíam filhos.

Embora o registro profissional de jornalista não seja obrigatório desde 2009, quatro em cada cinco respondentes da amostra afirmaram ter o documento. A maioria (90,3%) possui diploma de nível superior em Jornalismo ou Comunicação (94,6%), seguida de Relações Públicas (4,3%) e Publicidade e Propaganda (2,6%), sendo que 7,7% afirmaram estar cursando alguma graduação na época da investigação. Entre os graduados, 28% assinalaram que são especialistas, 13,8% são mestres, 2,9% doutores e 1,4% pós-doutores. Embora tenhamos apontados que nos últimos anos os cargos e perfis profissionais dos jornalistas tenham se ampliado, sobretudo a partir da plataformização dos meios de comunicação, é possível notar que as universidades continuam a formar profissionais dentro das nomenclaturas tradicionais da Comunicação.

Sobre o tipo de instituição na qual cursou ou está cursando, 61,2% responderam que era de caráter privado. Entre as universidades públicas, 36,8% dos jornalistas negros(as) afirmaram ter se formado em uma federal e apenas 9,3% em uma universidade estadual. Essa questão também pode estar relacionada à política de cotas. Como exemplo, uma pesquisa realizada pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias<sup>11</sup> sobre os dez anos de Lei de Cotas no Brasil, demonstrou que o número de pretos, pardos e indígenas nas universidades federais de São Paulo triplicou desde 2012, anos da aprovação da Lei. Os dados do Censo da Educação Superior apontam que houve um crescimento de 339% no período, maior que a ampliação no número de vagas disponíveis, que foi de 47%. São dados que não podem ser ignorados.

Após a graduação, o desafio é o ingresso e a permanência dos jornalistas negros e negras no mundo do trabalho que, segundo a pesquisa, mostra-se relativamente curto. A maior parte dos respondentes trabalha ou trabalhou entre dois e dez anos área, correspondendo a 41,8% do total. As outras faixas de tempo se equilibram, como se vê no gráfico 3 a seguir.

**Gráfico 3. Tempo de trabalho dos jornalistas negros e negras**



Fonte: Elaborado pelos autores(as) partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

11 Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/prevista-para-agosto-revisao-da-politica-de-cotas-nas-universidades-traz-receios-de-retrocessos/>.

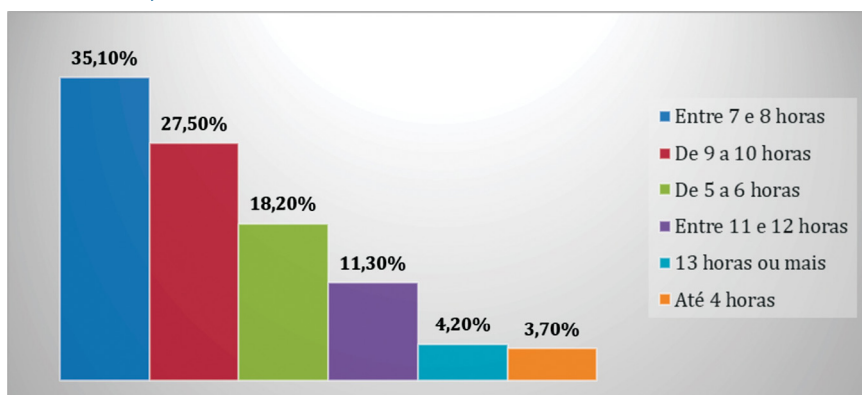
A estabilidade não é uma realidade para esse grupo de jornalistas. É possível perceber que há rotatividade entre empregos. Embora tenham uma carreira ainda curta na área, esses(as) profissionais apresentam uma troca constante de vínculos empregatícios, incluindo contratos como MEI (Microempreendedores Individuais). Os dados mostram que 52,7% tiveram entre dois e cinco empregos ao longo da carreira; 22,3% tiveram entre seis e dez vínculos e aqueles que conseguiram permanecer em um único emprego somam apenas 9,7%. Também há casos extremos, como os 2,1% de jornalistas que passaram por mais de vinte vínculos; e aqueles que passaram por 16 a 20 vínculos equivalem a 1,6%. O grupo de jornalistas que nunca teve um vínculo empregatício corresponde a 6,2%.

Mesmo em razão da precarização que atinge todos os setores do jornalismo a partir de meados da segunda década do século XXI, as empresas ainda optam por assinar a carteira de trabalho. No caso dos(as) jornalistas negros(as), o tipo de vínculo via CLT é de 43,6%. A segunda maneira de contratação mais citada pelos(as) entrevistados(as) é como servidor público, correspondente a 10%. A administração pública aparenta ser uma saída para empregabilidade dos(as) jornalistas negros(as), pois os que estão em cargo em comissão representam 8,5% do total.

Por outro lado, a precarização do trabalho do(a) jornalista negro(a) se destaca por conta da “pejotização” que se evidencia ao somarmos todos os modelos de contratos dentro desse escopo: são 31,6%, divididos entre freelancer (6,1%), prestação de serviço sem contrato firmado (3,3%), contrato público temporário (2,7%), contrato de prestação de serviço (3,9%), pessoa jurídica sem funcionário ou sócios (2,7%) e MEI (10,8%).

Outro indício de precarização é que somente 21,9% dos(as) jornalistas negros(as) cumprem até seis horas por dia de jornada de trabalho. Percebe-se uma sobrecarga excessiva para a profissão, pois 43% trabalham por mais de nove horas, em média, por dia (Gráfico 4).

#### Gráfico 4. Jornada de trabalho

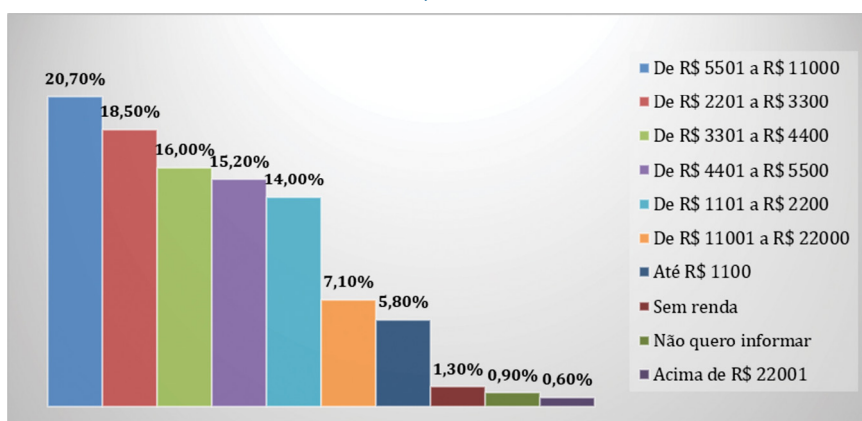


Fonte: Elaborado pelos autores(as) partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Ainda sobre a jornada de trabalho, 72,7% dos(as) jornalistas negros(as) afirmaram ser comum trabalhar mais do que o acordado com a empresa.

A alta demanda de profissionais sob regime de trabalho precarizado acaba se refletindo na renda dos(as) jornalistas negros(as): quase 70% dos que responderam à pesquisa afirma ter um ganho mensal de R\$ 5.500,00 trabalhando com o jornalismo. No grupo total de respondentes (com pessoas de todas as raças), esse número cai para 57,9% (Gráfico 5).

#### Gráfico 5. Ganho mensal como jornalista

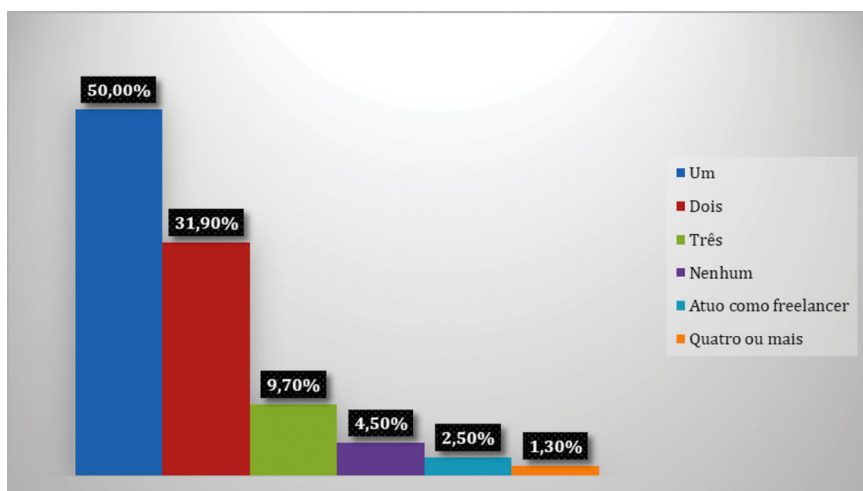


Fonte: Elaborado pelos autores(as) partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.



Ainda quanto à renda, cabe ressaltar que em apenas 32,1% dos casos o(a) jornalista negro(a) informou que o salário que recebe mensalmente é suficiente para arcar com as próprias despesas para o mesmo período. Para 27,6%, o valor é suficiente “às vezes”. Diante desses problemas, a baixa remuneração faz com que o(a) profissional procure outras fontes de renda para o sustento: metade do grupo afirmou ter mais de uma fonte de recurso financeiro mensal para arcar com suas despesas (Gráfico 6).

**Gráfico 6.** Quantidade de fontes de renda



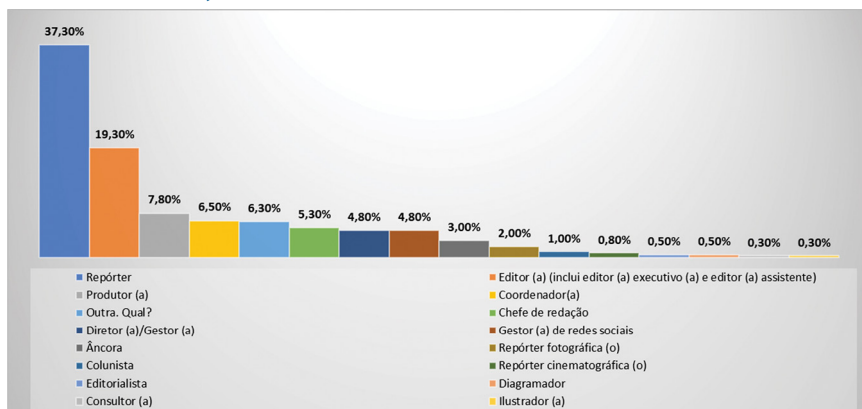
Fonte: Elaborado pelos autores(as) partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Apesar da rotatividade, carreira curta e baixo salário, a maioria dos(as) jornalistas negros(as) continuam atuando como jornalista (69,6%). Apenas 3,7% mudaram para a docência em jornalismo ou comunicação. Já 8% optaram pela transição de carreira e de área profissional; 6% estão fora do mercado por conta do desemprego, 4,6% nunca trabalhou como jornalista ou docente.

O ingresso no mercado de trabalho é importante para demarcar as relações raciais no Brasil. Entre os respondentes, 25,9% responderam que passou por processo seletivo; 19,7% entrou por indicação de amigo ou colega e 18% por convites.

A mídia é a principal empregadora dos(as) jornalistas negros(as). Nela estão 58,7% dos entrevistados. Fora da mídia, que abrange assessoria de imprensa ou comunicação e produtoras de conteúdo para mídias digitais, representam 36,7% das respostas. A docência ainda demonstra ter poucos(as) negros(as), com apenas 4,6%. Cabe ressaltar que, em números absolutos, a quantidade de jornalistas negros(as) que atuavam na mídia em 2021 era de 406. Desse total, 97 estavam em TV, 57 em rádio, 259 em mídia on-line, 87 em jornal impresso, 24 em revista, 45 em agência de notícia e outros 36 responderam “outro”, com repostas como “assessoria de imprensa”, que não é contemplada pela pesquisa como um segmento da mídia, mas sim fora da mídia. Também cabe esclarecer que, na estratificação sobre o tipo de mídia, o número de respostas é maior, porque o entrevistado poderia escolher mais de uma opção.

### Gráfico 7. Função exercida na mídia



Fonte: Elaborado pelos autores(as) partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Ainda sobre os(as) jornalistas negros(as) que atuam na mídia, a função mais citada pelos(as) respondentes foi a de repórter, com 37,3%, seguida pela de editor, com 19,3%. Vale destacar que a maioria dos(das) profissionais se encontra em função operacional e não em cargos de chefia (Gráfico 7).

Quanto às condições de saúde, 69,5% dos(as) respondentes disseram que se sentem estressados(as) no trabalho, sendo que 37,1% foram

diagnosticado(a) com estresse. Além disso, 22,8% dos(as) jornalistas foram diagnosticados com algum transtorno mental relacional ao seu trabalho e 30,5% receberam indicação para tomar algum tipo de antidepressivo. Mais da metade dos(as) jornalistas negros(as) que responderam à pesquisa (59,2%) disseram não considerar que seus esforços eram devidamente reconhecidos no trabalho.

Em relação a eventuais assédios, 57,2% dos(as) jornalistas negros(as) responderam que não sofreram esse tipo de conduta no trabalho; 87,5% não foram vítimas de assédio sexual e 35,2% não sofreram violência verbal. Apenas 2,5% respondeu ter sofrido violência física no trabalho. Em compensação, 31,5% afirmaram já ter sofrido ataques ou ameaças virtuais devido ao seu trabalho.

Na relação interpessoal com as chefias, 55,8% dos(as) jornalistas negros(as) responderam que nunca sofreram constrangimentos por gestores. A maioria também aparece quando o assunto é vigilância ou monitoramento de superiores da empresa: 69,8% relatam que não foram vítimas desse tipo de monitoramento. Esses dados surpreendem, pois apontam que não esse grupo sofreu pouco assédio no ambiente de trabalho, na contramão do que ocorre nos outros grupos profissionais. Vale observar se os vários tipos de assédio realmente não existiram ou não foram percebidos pelos(as) jornalistas.

## Considerações finais

Com base na pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho* apresentamos neste artigo breves recortes raciais sobre a presença do(a) profissional negro(a) no jornalismo. Os dados mostram que as redações brasileiras estão mais negras e mais jovens. Nos últimos dez anos, houve um crescimento de 200% no número de jornalistas que se autodeclararam negros(as) no país.

O crescimento da presença negra nas redações, docência ou em assessorias de imprensa está alinhada, aliás, ao avanço da implementação das políticas públicas de educação superior destinadas às minorias

como um todo no país. A inserção de negros(as) no ensino superior em universidades, ou o apoio financiamentos públicos em instituições particulares, contribuíram para o aumento da presença de profissionais negros(as) na área.

A confirmação do aumento do número de jornalistas negros(a) talvez seja o grande achado do recorte racial resultante da coleta de dados, pois reforça a hipótese da necessidade, da contribuição e da permanência de políticas públicas afirmativas para diminuir o desequilíbrio racial na educação e no mercado de trabalho, sobretudo no jornalismo, foco do nosso artigo.

Por outro lado, o mercado de trabalho do jornalista aos(às) negros(as) demonstra um reflexo da realidade brasileira para além da academia: o racismo estrutural, a não diversificação racial nos cargos de comando, precarização do trabalho, baixa remuneração e carreira encurtada. Os números coletados na pesquisa mostram isso: 70% dos(as) jornalistas negros(as) ganham até R\$ 5.550,00; outros 72,7% afirmam ser comum trabalhar mais do que o combinado com a empresa; menos da metade (43,6%) tem carteira assinada; 52,7% passaram por dois a cinco empregos ao longo da carreira, que por sinal, é relativamente curta, pois 41,8% estão ou passaram somente até dez anos na área. Além disso, mais de 50% estão no “chão de fábrica” do jornalismo, ou seja, atuam em funções operacionais.

Os dados reforçam que o mercado de trabalho para o jornalista negro é o espelho de uma mídia brasileira fundada e carregada de princípios patrimonialistas, do oligopólio de feudos familiares nacionais ou regionais e da concessão sem critérios de outorgas de radiodifusão à iniciativa privada (LIMA, 2011; SODRÉ, 2015).

O que o levantamento ratifica é que as cotas raciais são instrumentos inclusivos para que minorias, neste caso específico os(as) negros(as), tenham o direito a uma educação de ensino superior. O aumento da diversificação racial no jornalismo em dez anos é o indício da vitória de uma batalha em favor da pluralidade étnico-racial no mercado jornalístico, mas não o suficiente para que o(a) negro(a) lute em paridade de armas com os brancos, pois ainda há claros abismos de diferença para se inserirem no mercado ou permanecerem na área.

Os(as) jornalistas negros(as) buscam a resistência por meio da empregabilidade, afirmação e legitimação da sua identidade. Para tanto, utilizam as tecnologias, oriundos de grupos criados em redes sociais, sites e/ou plataformas virtuais, considerados arranjos econômicos alternativos (NONATO; PACHI FILHO; FIGARO, 2018). São novas configurações de trabalho que surgem a partir do acesso à educação superior e da formação de grupos identitários, com o apoio das novas tecnologias e redes.

O que o estudo deixa como lição é que, com políticas públicas de acesso ao ensino superior consolidadas, o curso da luta dos(as) jornalistas negros(as) a partir de agora é do lado de fora dos portões das universidades.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DE MELLO, L.; CARVALHO, A. de P.; ZARELLI, P.R; da CRUZ, M.A. Uma revisão sistemática de literatura sobre o negro no mercado de trabalho. *Revista Ciências Sociais Em Perspectiva*, 19(36), 53 a 63, 2020. <https://doi.org/10.48075/revistacsp.v19i36.19425>.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Representações, representatividades e dismorfias: midiatisação das identidades. *Extraprensa*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 341-352, jul.-dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.175019>.

FIGARO, R.; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: Atlas, 2013.

FLEURY, M.T.L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas Brasileiras. *Revista de Administração de Empresas* [on-line]. 2000, v. 40, n. 3, p. 18-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902000000300003>. Acessado em: 24 mai. 2022.

LIMA, S.P.; *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>.

LIMA, V.A. de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

MICK, J. A expansão do ensino de jornalismo no Brasil e a reconfiguração da categoria profissional (2000-2010). *In: Book of abstracts of the 1st Congreso Internacional sobre Estudios de Periodismo: Identidad, Cambios y Desafíos de la Profesión en el Siglo XXI*. Santiago, 2012.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

NONATO, C.; PACHI FILHO, F.F.; FIGARO, R. Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. **LÍBERO. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, ano XXI, n. 41, jan.-jun. 2018 Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/956>.

SANTOS, T.V.A. dos. **Desigualdade racial midiática**. O direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**. Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015 (3. ed, ampliada).

# O PERFIL DE JOVENS JORNALISTAS NO BRASIL: ENTRE A PRECARIZAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

*Ana Flávia Marques*  
*Universidade de São Paulo*

*Janaina Visibeli Barros*  
*Universidade do Estado de Minas Gerais*

*Naiana Rodrigues da Silva*  
*Universidade Federal do Ceará*

*Rafael Rodrigues da Costa*  
*Universidade Federal do Ceará*

**E**m que pese o aumento contínuo da expectativa de vida da população, o Brasil é um país predominantemente jovem. Segundo dados referentes a 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 42,7% de todos os brasileiros têm menos de 30 anos (IBGE EDUCAÇÃO, 2022). As feições de uma nação jovem se fazem perceber em aspectos tão distintos quanto a efervescência comportamental e cultural ou a capacidade de absorção desse contingente populacional no mercado de trabalho (CARDOSO; SAMPAIO, 1995).

No mundo dos jornalistas, a empregabilidade de profissionais jovens surge no horizonte como uma questão há pelo menos 20 anos. Pesquisas realizadas por Figaro, Nonato e Grohmann (2013) e, também, por Mick e Lima (2012), sobre o contexto do mundo do trabalho dos jornalistas nos anos 2000, revelam um processo de juvenização das redações, que se deu como resposta à crise do negócio do jornalismo e indicavam os impactos desse processo na precarização do trabalho.

Em 2021, com o objetivo de conhecer quem são os jornalistas brasileiros e quais são as condições de trabalho desses profissionais no contexto histórico contemporâneo, foi realizada a pesquisa *Perfil*

do *Jornalista Brasileiro 2021* (LIMA; *et al.*, 2022). Tratou-se de uma pesquisa amostral da categoria, por meio de um *online survey*, que obteve 6.650 respostas válidas. Apesar de os dados da pesquisa favorecerem a constatação de que há um envelhecimento da profissão, pois, em comparação com o levantamento de 2012, houve “aumento em todos os percentuais de idade, exceto os abaixo de 30 anos, onde houve um grande decréscimo” (LIMA; *et al.*, 2022, p. 28), os jovens trabalhadores do jornalismo ainda são um grupo profissional pouco conhecido. Com o objetivo de conhecê-los melhor, este artigo, a partir dos dados da pesquisa nacional sobre o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (LIMA; *et al.*, 2022), apresenta o perfil de jovens jornalistas brasileiros e quais são as dramáticas vivenciadas por eles dentro do quadro panorâmico da realidade das relações de comunicação e trabalho destes profissionais.

## Quem são as/os jovens jornalistas?

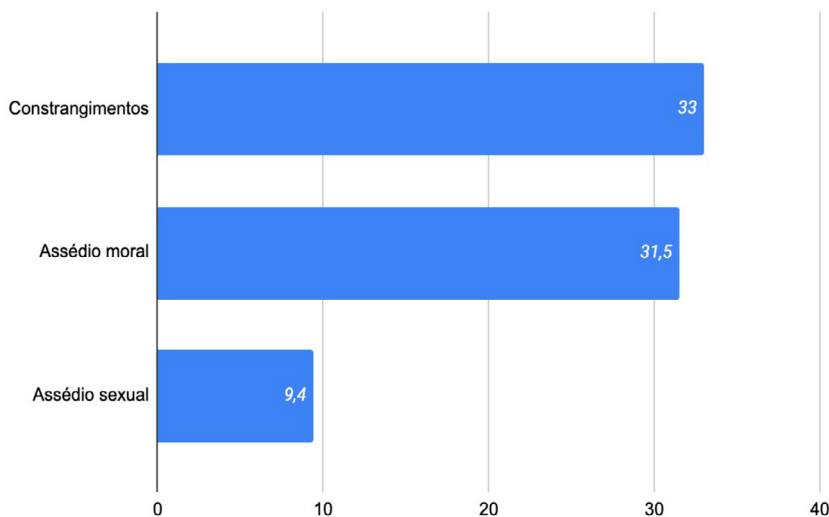
As mulheres são maioria entre a população de jovens jornalistas. Conforme o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, 63% das pessoas entre 18 e 30 anos de idade se identificam como mulheres, totalizando 567 sujeitos. Um dado que reitera o fenômeno de feminização do jornalismo observado pela primeira pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro* (MICK, LIMA, 2013; KIKUTI, ROCHA, 2017) e por outras investigações de âmbito regional (Figaro; NONATO; GROHMANN, 2013; LELO, 2019; BARROS; *et al.*, 2020) e local (SILVA, 2022) que mesmo não tendo caráter probabilístico corroboram a prevalência das mulheres no mundo do trabalho das notícias.

Uma presença que ainda não se reverteu em hegemonia, afinal, as mulheres jornalistas enfrentam diferentes opressões resultados da divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2005). Elas precisam, muitas vezes, empreender árduas disputas simbólicas com os homens para assegurar suas competências (LEITE, 2017), além de serem alvo de assédios moral e sexual ou de constrangimentos de diferentes matizes transcorridos no ambiente de trabalho, formas de opressão e violência já sentidas pelas ingressantes na profissão.



Conforme o inquérito, 31,5% das e dos jovens jornalistas já sofreram assédio moral no trabalho, cerca de 33% já passaram por algum constrangimento relativo ao labor e 9,4% já sofreram assédio sexual no trabalho (Gráfico 1). Índices que, ao serem esmiuçados em trabalhos posteriores, poderão revelar se o gênero é um fator determinante nas opressões laborais. Porém, já preocupam, pois denotam a prevalência de relações de poder violentas que incidem no mundo do trabalho e colocam os jovens numa condição de fragilidade, afinal, dispostos a quase tudo para ter a oportunidade de exercer a profissão (LELO, 2019), eles podem se tornar alvo de modelos de gestão do trabalho violentos.

**Gráfico 1. Incidência de assédios entre jovens jornalistas**



Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

As opressões no mundo do trabalho dos jovens jornalistas não se restringem ao gênero, podendo ser marcadas por desigualdades de cor ou raça. Sobre esse marcador, observamos que: 64,5% das e dos jovens jornalistas são brancas/brancos; 12,4% são pretas/pretos; 21,8% são pardas/pardos e há mais pessoas declaradas amarelas do que indígenas, estas configuram apenas 0,3% da amostra relativa aos jovens.

Em relação ao estado civil, 86,6% das e dos jovens são solteiras/solteiros e 95,7% não têm filhos. Dados que espelham o perfil majoritário de jornalistas, que se manteve o mesmo desde 2012, a despeito da tendência de envelhecimento da profissão observada no relatório geral (LIMA; *et al.*, 2022).

Em termos educacionais, 56,8% das jovens e dos jovens jornalistas têm ensino superior completo, 17,1% ainda estão cursando ensino superior; 17% delas e deles cursam especialização, enquanto 7,1% possuem titulação de mestre e menos de 1% são doutoras ou doutores. É importante ressaltar que entre esse público que já concluiu a formação superior ou está em fase de conclusão, 97% estão vinculados a cursos de Jornalismo ou Comunicação. Esses números simbolizam que a qualificação profissional especializada ainda se apresenta como condição necessária ao jornalismo, mesmo que a normatização legal da profissão no cenário nacional não requeira um diploma de ensino superior para o exercício profissional.

Dessa maneira, as e os jovens que se engajam na formação superior antes de performar a profissão de jornalista atendem aos requisitos do sistema produtivo contemporâneo que, como lembra Acácia Kuenzer (2002, p. 2):

Embora a tendência dos processos mediados pela microeletrônica, exatamente em face de sua complexidade, suponha uma relação do trabalhador com o conhecimento materializado nas máquinas e equipamentos como “usuário”, demandam o desenvolvimento de capacidades cognitivas complexas, em particular as relativas a todas as formas de comunicação, ao domínio de diferentes linguagens e ao desenvolvimento do raciocínio lógico-formal. Estas competências só podem ser desenvolvidas através de relações sistematizadas com o conhecimento em processos especificamente pedagógicos disponibilizados por escolas ou por cursos de educação profissional.

Os saberes científicos, instituídos pelas escolas técnicas ou superiores, são essenciais para a entrada e permanência no mundo

do trabalho, mesmo que na realidade concreta, muitas vezes, eles sejam preteridos em detrimento de saberes de experiência como empatia, resiliência, proatividade etc. Porém, o fato é que, a ausência de uma formação técnica ou científica torna a trabalhadora ou trabalhador mais vulnerável às ingerências do sistema produtivo, dentre as quais estão a precarização e a informalidade (ANTUNES, 2018). O que não implica dizer que as/os profissionais com diploma de nível técnico ou superior também não estejam à mercê dessas contingências do mundo do trabalho contemporâneo.

Da amostra de jovens, 553 responderam à questão sobre filiação sindical. Destes, 485, ou seja 87,7%, não são sindicalizados. Os motivos da não filiação estão descritos na Tabela 1:

**Tabela 1.** Motivações para não se filiar ao sindicato da categoria

Motivação	Porcentagem
Falta de interesse	38% dos jovens respondentes
Desconhecimento do sindicato	37,1% dos jovens respondentes
O sindicato não responde às demandas específicas da minha área de atuação	15,4% dos jovens respondentes

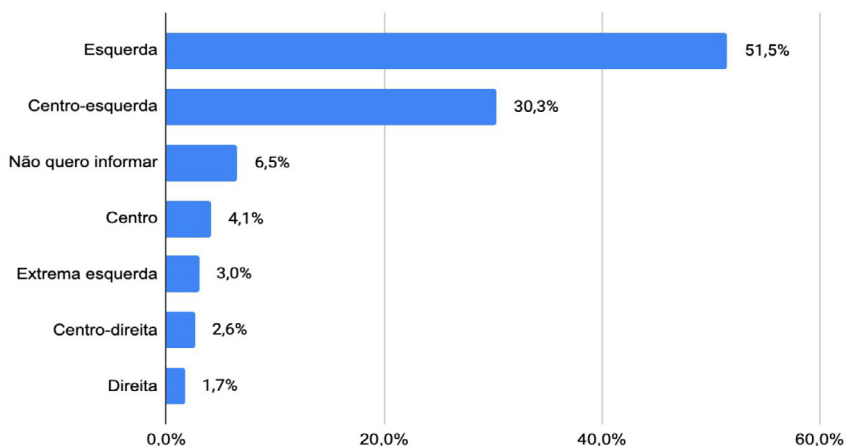
Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

As transformações no mundo do trabalho são um desafio para os sindicatos que ainda se estruturam a partir de um modelo de organização do trabalho que não corresponde à organização do sistema de produção atual. Essas entidades se organizam através de uma estrutura centralizada e hierarquizada, sem considerar o ordenamento toyotista e mesmo a plataformização do trabalho que alteram profundamente a rotina de produção jornalística (MARQUES, 2020). Além disso, deve-se levar em consideração que a falta de organização coletiva em entidades representativas de classe evidencia certo comportamento individualista que condiz com os preceitos da racionalidade neoliberal, a qual se instaura com mais força quando os trabalhadores estão isolados e desorganizados (DARDOT; LAVAL, 2013). Por essas razões, podemos inferir porque 49,3% das e dos jovens nunca atuaram em nenhuma associação ou organização social.

A falta de participação em entidades de classe e demais associações é um indicador da apatia política e cidadã das e dos jovens profissionais, que colabora para o enfraquecimento da categoria. Dentro desse quadro, é relevante apontar a distinção feita por Foa e Mounk (2019, p. 9-10) sobre a apatia democrática, que é caracterizada por comportamento de ceticismo às instituições democráticas, pela baixa participação eleitoral, pelo baixo interesse político e antipatia democrática, pelo apoio ativo a movimentos que buscam cercear a liberdade ou hostilizar as instituições pluralistas.

Em relação à filiação a partidos políticos, 542 jovens jornalistas responderam à questão. Deste universo, 93,5% não é afiliada ou afiliado a nenhum partido político. Ao serem questionados sobre o posicionamento ideológico, 51,5% se declaram como de esquerda e 30,3% de centro-esquerda, como é possível ver no Gráfico 2.

**Gráfico 2. Posicionamento ideológico**



Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

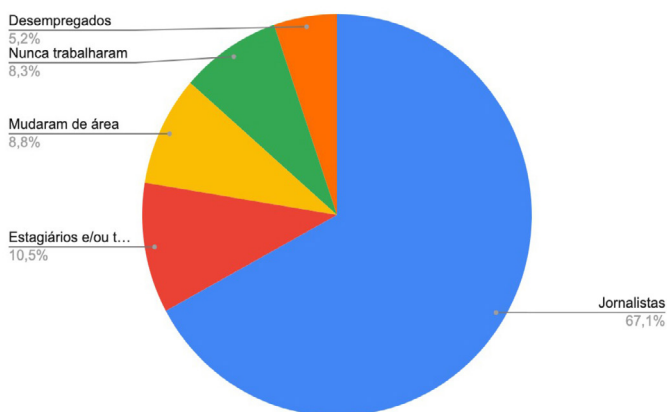
O contexto histórico contemporâneo, de ataque ao jornalismo e violência contra os profissionais de comunicação, contribui para a constituição dos posicionamentos ideológicos destes profissionais. Segundo dados do Relatório da violência contra os jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (GARONI, 2021), em 2021, foram registradas 430 ocorrências de agressões diretas aos

profissionais e ataques à categoria e a veículos de comunicação. O relatório indica que há um posicionamento político dos principais agressores, que tem o então presidente da República, Jair Bolsonaro, como aquele que cometeu 34,19% das agressões, o que totaliza 147 casos.

## Como trabalham as(os) jovens jornalistas

Durante muito tempo, o registro profissional de jornalista foi um aporte normativo, identitário e valorativo para a profissão. Hoje, com a desregulamentação da ocupação e a diversidade da atuação de jornalistas no mundo do trabalho, tornou-se uma peça acessória na carreira, o que pode justificar o fato de 52,9% da amostra de 889 jovens jornalistas não terem o registro profissional. Apesar disso, de 881 respondentes, 65,2% realizam trabalhos de jornalista, o que nos diz que há profissionais identificando sua ocupação como trabalho jornalístico, independentemente da necessidade de registro. Um indicativo de que a identidade de trabalho para esses sujeitos está mais atrelada à atividade que realizam do que a outros marcadores formais da profissão como o diploma e o próprio registro profissional (SILVA, 2022).

### Gráfico 3. Trabalho como jornalista ou como professor de Jornalismo ou Comunicação



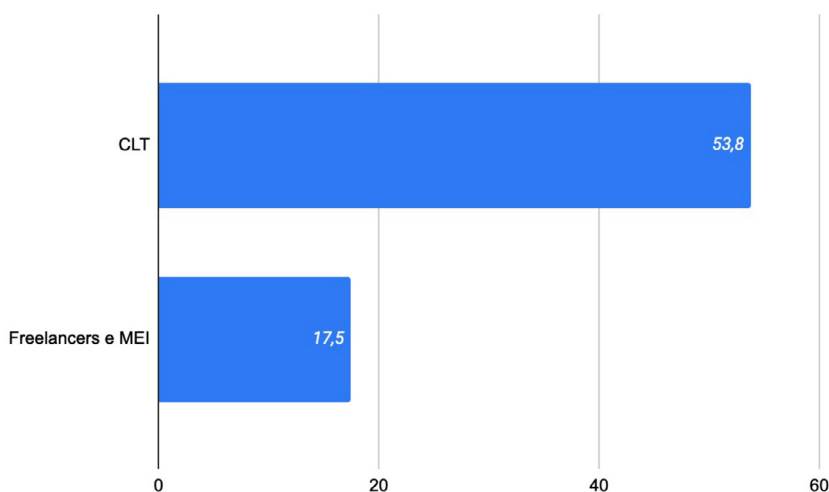
Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do jornalista brasileiro 2021*.

Ainda em relação à ocupação das e dos jovens profissionais, 10,2% realizam trabalhos de estagiário ou trainees; 8,6% mudaram de área; 8,1% nunca trabalhou como jornalista ou como docente de comunicação e jornalismo; 5,1% não trabalham como jornalista porque estão desempregadas ou desempregados. Fechando esse estrato tem-se 1,9% de pessoas que nunca trabalharam como jornalista porque estão estudando e menos de 1% são docentes de Jornalismo ou Comunicação (Gráfico 3).

Considerando que a ocupação é um aporte de identificação social para muitos trabalhadores (RIBEIRO, 2014), quando a maioria da amostra de jovens – 881 respondentes para esta questão – entende que realiza trabalho de jornalista, tem-se uma tendência de identificação com a atividade profissional que desempenha. A qual irá se desdobrar em atividades na mídia e fora da mídia.

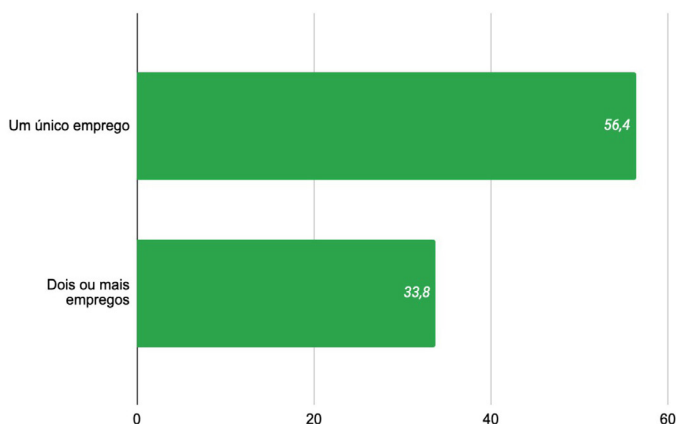
Mesmo se reconhecendo como jornalistas, esses jovens precisarão adaptar seu saber-fazer jornalístico, apreendido na formação universitária, para realizar atividades com finalidades diversas, configurando assim o fenômeno de hibridização de profissões e de saberes já identificados anteriormente por Moliani (2020); Figaro; *et al.* (2021) e Silva (2022), característico do modelo de trabalho flexível predominante na atualidade. O qual é identificado também pela flexibilidade de vínculos de trabalho (Gráficos 4 e 5).

#### Gráfico 4. Vínculos de trabalho



Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

## Gráfico 5. Vínculos de trabalho



Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Entre as e os jovens jornalistas do *Perfil 2021*, há a prevalência de vínculos mais estáveis de trabalho, caracterizados pela contratação assegurada pelas leis trabalhistas. A maioria dos 640 respondentes dessa questão, 53,8%, trabalha sob o regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), enquanto 17,5% atuam como *freelancers* e como MEI (microempreendedor individual). Contudo, a flexibilização se apresenta de forma mais evidente entre o terço (33,8%), de 624 sujeitos, que têm dois ou três empregos/fontes de renda simultaneamente. Diferente dos 56,4% dos e das jovens que têm apenas um emprego (Gráficos 4 e 5).

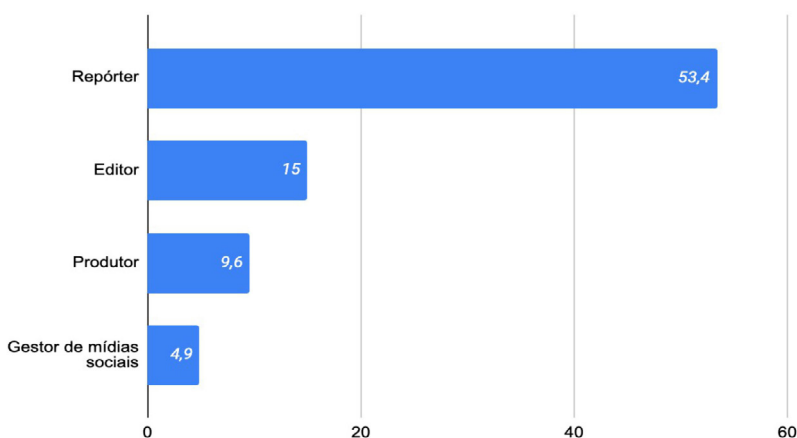
O acúmulo de vínculos, ou mesmo de projetos diferentes de trabalho, é uma marca sensível do sistema de acumulação flexível, que empurra os trabalhadores para a ocupação do seu tempo de vida com atividades laborais em razão da precarização e da informalidade. Tanto é que 62,6% dos 641 respondentes afirmaram que não conseguem se manter completamente com o salário que recebem, precisando recorrer a outras fontes de renda ou contar com apoio financeiro de companheiras(os), pais, familiares e outras pessoas. Isso se deve ao fato de que 57,7% dos e das jovens jornalistas terem proventos que variam de R\$ 1.100 a R\$ 4.400, ou seja, recebem, no máximo, um pouco mais de três salários-mínimos, considerando o valor do salário-mínimo à época da pesquisa<sup>1</sup>.

1 Em 2023, o salário-mínimo no Brasil é de R\$ 1.320.

A política de salários no mundo do trabalho do jornalismo se apresenta como um indicativo da precarização, pois os proventos são essenciais para a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999), e a má remuneração no jornalismo, já identificada em outras pesquisas (NICOLETI, 2020; Figaro; *et al.*, 2021), se estabeleceu como marca da profissão, pressionando jovens, trabalhadoras e trabalhadores seniores impedindo a longevidade da carreira.

Em resposta à pergunta “Qual é a sua função?”, a maioria dos jovens jornalistas na mídia, 53,4%, declararam ocupar a função de repórter, seguido pela de editor, 15%; produtor, 9,6% e gestor de mídias sociais, 4,9% (Gráfico 6). Esses dados podem, à primeira vista, mobilizar a conclusão de que a função tradicional de repórter, figura paradigmática na deontologia profissional, ainda é prevalente. Contudo, um estudo qualitativo revelaria que ser repórter no jornalismo hoje envolve muito mais que as ações de reportar, dada a polivalência funcional que predomina no mundo do trabalho do jornalismo e da comunicação (Figaro; *et al.*, 2020; 2021; SILVA, 2022). Portanto, sob a rubrica do repórter acumulam-se funções de edição, produção, mídias sociais, design gráfico etc.

**Gráfico 6.** Funções exercidas por jovens jornalistas na mídia



Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.



Também chama a atenção a quantidade relevante de jovens jornalistas que estão em cargos de edição – funções hierarquicamente superiores àquela de repórter e para as quais se exige, em geral, tempo de experiência numa determinada instituição jornalística. Esse dado parece demonstrar certa fluidez da mobilidade ou da ascensão funcional dentre os jovens jornalistas na mídia, ao passo em que também dialoga com a percepção de flexibilização previamente aludida, resultado também dos chamados “passaralhos”, demissão em massa que tem ocorrido nas redações que resultam em acúmulo de funções por quem fica empregado<sup>2</sup>.

Dentre os jovens jornalistas que afirmaram atuar fora da mídia, a função mais recorrente é a de assessor(a) de imprensa/comunicação: 41% dos respondentes, ou 96 pessoas, declararam exercer essa função. Em segundo lugar, a função de produtor(a) de conteúdo, com 31,2% ou 73 ocorrências. Podemos somar a esse montante as ocorrências de funções correlatas ou pertencentes a um campo comum do manejo de conteúdos – muitas vezes corporativos, institucionais ou destinados a promover um cliente. A função de gestor(a) de conteúdos, por exemplo, aparece em 4 respostas, ou 1,7% da amostra analisada. Por sua vez, 9 respondentes (3,8%) exercem a função de gerente/monitoramento de mídias sociais, mesma quantidade de profissionais que assinalaram cumprir a função de marketing digital e/ou *inbound* marketing.

Nesse recorte da atuação dos jovens jornalistas, portanto, a produção/gestão de conteúdos é ratificada como uma perspectiva palpável de empregabilidade. Frequentemente mencionada por comunicadores como forma de nomear sua atividade de trabalho (MOLIANI; *et al.*, 2021), essa terminologia perpassa o jornalismo, a publicidade, as relações públicas e eventualmente outros campos de atuação. Em comum, essas práticas estão inseridas no processo de remonetização da mercadoria notícia e de conteúdos. Elas também enfatizam uma competência técnica que consiste na adequação aos ditames das plataformas e suas lógicas da “economia dos cliques”.

---

2 Também chamado de “fícaralho” porque quem fica empregado na redação assume funções de quem sai e acumula o trabalho sem novas contratações. Ver mais em TORTURRA, Bruno. O Ficaralho, 2013. Disponível em: <https://desacato.info/o-ficaralho/>. Acesso em: 7 jan. 2019.

Ressalte-se, ainda, que pelas suas atribuições e dependência de plataformas, esse tipo de função pode ser favorecida pela adoção de configurações remotas de trabalho, uma imposição acentuada pela pandemia da Covid-19 no Brasil (Figaro; *et al.*, 2020; 2021). Entre as(os) jovens jornalistas, de maneira geral, mais da metade, 58,5%, ou 363 respondentes, afirmou trabalhar a maior parte do tempo em casa – em muitos casos, custeando infraestrutura de trabalho por conta própria num cenário de insuficiência de renda – nos seis meses precedentes à resposta ao questionário do *Perfil*.

Num dia normal de trabalho, os jovens jornalistas atuantes na mídia desempenham, sobretudo, atividades de reportagem, 291 respondentes, pauta/produção 282 e edição 192 respondentes, o que sugeriria haver, numa primeira leitura, a manutenção de uma divisão canônica do trabalho nas instituições jornalísticas. Ao mesmo tempo, o fenômeno da polivalência funcional se apresenta de maneira inequívoca em resposta a essa questão, que admitia a seleção de mais de uma resposta. O somatório de respostas aos diferentes itens ultrapassa, com folga, a quantidade de profissionais de mídia respondentes, 392, o que indica a simultaneidade no exercício de atividades distintas num mesmo dia de trabalho.

Ainda como resposta à pergunta sobre as atividades desempenhadas num dia normal de trabalho, 113 informantes atuantes na mídia declararam realizar gestão/produção de conteúdo para redes sociais. Esse é um número relevante, que corrobora a percepção de que as plataformas se posicionam como agente editorial e também como infraestrutura na qual os profissionais atuam, de forma simultânea ou não, com as estruturas pertencentes às instituições ou criadas por elas.

Fora da mídia, as atividades ligadas à produção e gestão de conteúdos são as mais desempenhadas pelos jovens profissionais em sua rotina produtiva. A produção de conteúdos é realizada por 206 respondentes, mais do que os 160 que afirmaram realizar assessoria de imprensa/comunicação. Já a gestão de conteúdo foi uma opção assinalada por 125 profissionais, quantidade superior a de profissionais que realizam gestão de área/comunicação (90 respondentes). Ou seja, na prática dos profissionais fora da mídia, as atividades de produção e gestão de conteúdos são recorrentes, mesmo que, formalmente, esses profissionais

sejam tipificados como assessores de imprensa/comunicação (a função majoritária entre os profissionais dessa categoria, como visto anteriormente). Isso nos diz algo acerca de um provável acúmulo de atividades entre os assessores, que passam a obedecer a novas prescrições para o trabalho e ter nos conteúdos para plataformas parte de suas estratégias de atendimento e/ou relacionamento com clientes e outros públicos.

## As condições laborais e de saúde das/dos jovens jornalistas

A pergunta sobre a quantidade de horas trabalhadas foi respondida por 553 informantes: 41,2% trabalham entre 7 e 8 horas e 31,8% entre 9 e 10 horas. Podemos afirmar que mais de 30% da amostra sofre com a densificação da jornada de trabalho (ANTUNES, 1999), afinal, no Brasil e no jornalismo, a jornada de trabalho convencional é de 7 a 8 horas diárias. Além disso, 72,7% dos jovens afirmam que fazem horas extras, confirmando que a jornada não se restringe ao que é normatizado nos contratos de trabalho.

Essa extensão da jornada é um indicativo do cansaço das e dos trabalhadores, pois, investigações de cunho mais qualitativo e com amostragem não-probabilística, como as realizadas por Figaro; *et al.* (2020; 2021), já mostraram que aliada à extensão do expediente, jornalistas brasileiros vivenciam também o fenômeno da intensificação do trabalho, caracterizado pela realização de mais atividades durante a jornada, o que se agravou durante a pandemia, com o encontro dos trabalhos produtivo e reprodutivo (BARROS; *et al.*, 2020).

A mesma amostra de 553 respondentes foi a base para os dados sobre saúde no trabalho, dentre os quais temos (Tabela 2):

**Tabela 2.** Indicadores de saúde

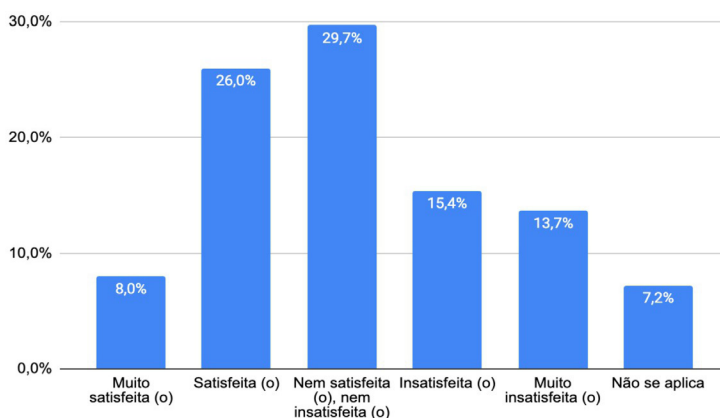
Estresse	32,9% dos jovens jornalistas já foram diagnosticados
Medicação	27,2% dos jovens jornalistas já receberam alguma prescrição de antidepressivo
Transtorno	20,3% dos jovens jornalistas já desenvolveram algum transtorno mental relacionado ao trabalho

Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Esses dados se relacionam ao cansaço proveniente do excesso de trabalho, às cobranças da gestão produtiva, ao acúmulo de tarefas e às preocupações decorrentes com o próprio sustento. Os adoecimentos também se relacionam com a falta de perspectivas de progressão na carreira e de valorização pelas organizações em que as e os jovens atuam. De um total de 553 respondentes, 53,2% acham que seus esforços não são reconhecidos, o que interfere na expectativa de promoções, fazendo com que 29,7% das e dos jovens não estejam nem satisfeitas/os nem insatisfeitas/os com a possibilidade de ascensão no trabalho. Por sua vez, 26% das/dos trabalhadoras/trabalhadores estão satisfeitas(os) com a possibilidade de promoção no trabalho e 15,4% estão insatisfeitas/insatisfeitos com as condições para o crescimento profissional onde atuam.

A indiferença em relação à possibilidade de promoção pode ser decorrente da ausência de políticas de cargos e salários no mundo do trabalho do jornalismo (Gráfico 7), cujas promoções se dão em razão da demissão de funcionários em cargos superiores e geralmente acontecem por meio da mudança de cargo ou função. Sendo assim, dificilmente um repórter terá uma ascensão profissional no mesmo cargo ou função, ficando seu aumento salarial restrito às lutas coletivas por reajustes. A existência de um plano de cargos e salários possibilitaria a remuneração diferenciada de profissionais na mesma função em razão de desempenho, reconhecimento e até mesmo tempo de exercício da atividade.

**Gráfico 7.** Satisfação com as possibilidades de promoção



Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Por sua vez, 48,6% dos 553 respondentes se sentem satisfeitas/satisfeitos com as funções, com o tipo de atividade que realizam. Esse dado aponta para uma vinculação forte com a atividade, independentemente da profissão. Foi o que Silva (2022) observou junto a jovens jornalistas cearenses, que constroem suas identidades de trabalho e consequentemente amparam seu *ethos* profissional mais nas atividades que realizam do que na profissão atestada por sua formação e diploma. Um deslocamento característico do sistema de produção flexível, em que trabalhadores se movem entre diferentes vínculos de trabalho, locais de trabalho e até mesmo profissões, assumindo assim identidades de trabalhadores temporárias de acordo com a função e cargo que ocupam no presente (RIBEIRO, 2014).

Por outro lado, essa identificação momentânea com as atividades ameaça um ideal de profissão, afinal, sabe-se que os jovens jornalistas não realizam apenas atividades tradicionais ao mundo do trabalho do jornalismo, como a reportagem, a produção e a edição. A hibridização de cargos e funções (FIGARO; *et al.*, 2020; 2021; MOLIANI, 2020; SILVA, 2022) os força a buscar novos referenciais de identificação, nem que seja temporariamente, os quais não necessariamente vinculam-se a atividades jornalísticas e de informação. Dessa forma, tem-se uma contradição na medida em que muitos jovens profissionais ostentam vínculos de trabalho estáveis por meio de contratações via CLT, mas vivenciam a flexibilidade do trabalho por meio da polivalência e da identificação de trabalho com as atividades que realizam, expressa pela satisfação com o trabalho.

## Considerações finais

A participação dos jornalistas como respondentes da edição 2021 do *Perfil do Jornalista Brasileiro* foi bastante relevante e, dada a grande quantidade de dados gerados, muitas discussões sobre a profissão – algumas delas inéditas – devem ocorrer a partir do subsídio das respostas ao questionário. Estudos baseados em aspectos abordados nas questões, cruzamentos de dados internos e externos à pesquisa, bem como relatórios regionais e estaduais, são algumas das possibilidades

interpretativas que se colocam diante dos pesquisadores em jornalismo no Brasil.

Em relação aos jornalistas respondentes que têm entre 18 e 30 anos, o objetivo deste relato foi apresentar, de maneira panorâmica, os principais *insights* das respostas desse grupo etário, a partir de uma visada interpretativa, considerando as divisões temáticas do questionário: perfil demográfico, jornada e rotina, precarização e saúde, trajetória, vínculo e renda, qualificação, valores, função/emprego e engajamento.

Entre os desdobramentos possíveis em face desta primeira exploração de uma vasta base de dados sobre os jovens jornalistas, podemos apontar cruzamentos diversos de informações, que podem revelar, por exemplo, a relação entre indicadores de saúde, jornada, regime de trabalho e remuneração, os atravessamentos pertinentes ao gênero e à raça, ou ainda leituras mais minuciosas sobre a formação dos profissionais. Num espectro mais qualitativo, é cabível avançar no sentido de caracterizar as funções desempenhadas pelos jornalistas, considerando um possível reposicionamento desses sujeitos – sobretudo aqueles atuantes fora da mídia – como profissionais de comunicação *lato sensu*.

Ao destacar essas características, podemos inferir que a moldura geral em que estão inseridos os e as jovens jornalistas, em sua maioria mulheres, são marcas estruturais do sistema de produção capitalista como o desafio da desigualdade de gênero e a rotina de diferentes tipos de assédio e a diferença salarial. Assim como as implicações da flexibilidade do trabalho, a exigência de polivalência e acúmulo de funções e maior tempo de trabalho de não pago (mais valia). É preciso e urgente sublinhar que a maioria do universo de respondentes (62,6%) não conseguem se manter, o que impõe uma realidade de busca de mais empregos e fontes de renda.

É uma juventude cansada, estressada, que carece de medicação e indiferente às possíveis promoções perante a desvalorização e falta de perspectivas, contudo, e aqui fica visível a dialética do mundo do trabalho, se identifica e tem satisfação por trabalhar no jornalismo. Cabe aos pesquisadores, aos professores e à sociedade exigir que no tempo presente e no futuro essas pessoas continuem acreditando que a sua atividade de trabalho é importante para a sociedade e que, por isso, merecem ser valorizadas.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROS, J.; *et al.* Trabalhar, cuidar e não adoecer: as jornalistas na pandemia de Covid-19. **Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Virtual, novembro de 2020. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2547/1473>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. **Bibliografia sobre a juventude**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

DARDOT, P; LAVAL, C. **La nueva razón del mundo**. Ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: Editora Gedisa, 2013.

Figaro, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.

Figaro, R.; *et al.* **Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA/USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2020.

Figaro, R. **Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19: 1 ano e 500 mil mortes depois**. São Paulo: ECA/USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

FOA, R.S; MOUNK, Y. **Youth and the Populist Wave**. Philosophy and Social Criticism (9-10), 2019.

GARONI, Márcio; *et al.* **Violência contra os jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília: FENAJ, 2021. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf> Acesso em: 3 ago. 2022.

HIRATA, H. Globalização, Trabalho e Gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 111-128, 2005. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>. Acesso em: 20 jul. 2022.

IBGE EDUCA. **Pirâmide etária**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 2 ago. 2022.

KIKUTI, A; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo, FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, novembro de 2018. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1497/892>. Acesso em: 26 jul. 2022.

KUENZER, A. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 2-11, 2002. Disponível em: [https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/acacia\\_kuenzer\\_conhec\\_compet\\_trab\\_esc.pdf](https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/acacia_kuenzer_conhec_compet_trab_esc.pdf). Acesso em: 29 mai, 2022.

LEITE, A.T.B. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 44-68, jan.-mar.

2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3810>. Acesso em: 3 ago. 2022.

LELO, T.V. **Reestruturas produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Tese-LELO-T-Reestruturas-produtivas-no-mundo-do-trabalho-dos-jornalistas.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2022.

LIMA, Samuel Pantoja; *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf> Acesso em: 2 ago. 2022.

MARQUES, A.F. **A redação virtual e as rotinas produtivas dos arranjos econômicos de comunicação alternativos às corporações de mídia**. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-16022021-201705/publico/AnaFlaviaMarquesdaSilvaVC.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis, Insular, 2013.

MOLIANI, João Augusto; Figaro, Roseli; PACHI FILHO, Fernando Felício; NONATO, Claudia. Reconfigurações do trabalho e da identidade de jornalistas: reflexões com base em pesquisa no período de pandemia de Covid-19. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 19, 2021. **Anais [...]**. Brasília: SBPJor, 2021.

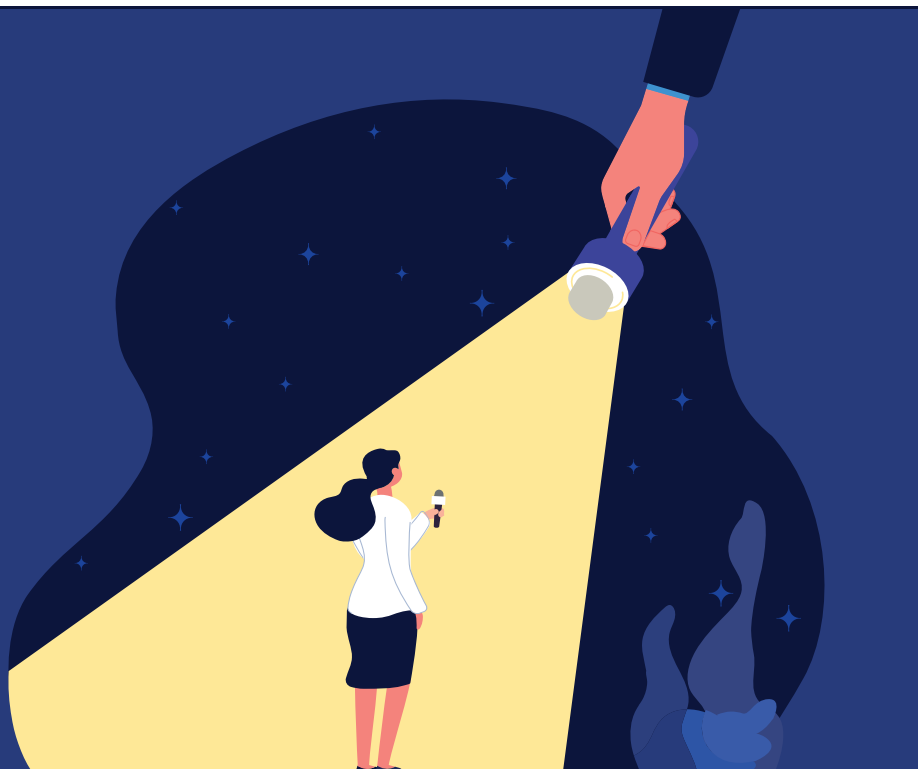
MOLIANI, J.A. **O trabalho em agências de comunicação: processos produtivos e densificação da atividade no jornalismo de cabo preso**. 2020. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-02032021-111757/publico/JoaoAugustoMolianiVC.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

NICOLETTI, J. **Precarização e qualidade no jornalismo: condições de trabalho e seus impactos na notícia**. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

RIBEIRO, M.A. **Carreiras: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado**. Curitiba: Juruá, 2014.

SILVA, N.R. **As relações de comunicação e de trabalho de jovens jornalistas cearenses: um estudo sobre as dramáticas do uso de si, o ethos e a deontologia profissionais**. 2022. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. 339p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-22112022-165514/publico/NaianaRodriguesdaSilvaOriginal.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.





# PERFIL PROFISSIONAL POR SETOR

# PERFIL DOS JORNALISTAS NA MÍDIA (2021): MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

*Samuel Pantoja Lima*

*Universidade Federal de Santa Catarina*

*Vinícius Augusto Bressan Ferreira*

*Universidade Federal de Santa Catarina*

Uma década depois do primeiro estudo nacional do *Perfil do Jornalista Brasileiro* (MICK; LIMA, 2013), o mercado de trabalho passou por sensíveis e verticais mudanças, não obstante as permanências que caracterizam o jornalismo – como profissão e forma social de conhecimento. Revisitando os dados coletados entre o final de setembro e meados de novembro de 2012, uma característica do trabalho de jornalistas nas empresas de mídia se anunciava precocemente, a saber o *home office*: “Quanto ao local em que realizam o trabalho, a pesquisa permite constatar que 81,3% dos jornalistas trabalham nas empresas em que são contratados; 22,8% trabalham em casa; 12,9% trabalham em lugares variados, com acesso à internet” (MICK; LIMA, 2013, p. 58, *com grifos nossos*). Hoje, ainda em meio à pandemia da Covid-19, que impactou profundamente o mundo do trabalho – como de resto a vida em sociedade, nos aspectos mais gerais possíveis – a questão do *home office* está posta como um dos aspectos centrais da reconfiguração do mercado. No entanto, para 22,8% dos jornalistas o trabalho em casa (*home office*) já era uma realidade no final de 2012, enquanto outros 12,9% igualmente trabalhavam em modo remoto.

Com efeito, entre a primeira pesquisa e o estudo feito no segundo semestre de 2021, outros dados foram igualmente produzidos e publicados. Entre eles a *Pesquisa de Trajetórias Profissionais* (2017), realizada

pelo mesmo grupo de pesquisadoras/es entre novembro e dezembro de 2017. No estudo o objeto de análise foi as trajetórias de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017. O *online survey* foi respondido por 1.233 profissionais que, cinco anos antes, haviam participado de pesquisa de perfil da categoria. Desse conjunto, foram descritas e analisadas comparativamente as respostas de 517 jornalistas que atuavam no segmento da mídia, em 2012 (MICK; ESTAYNO, 2018). Na visão dos autores, o cenário de 2017 apresentava um quadro de dupla crise:

A queda contínua nas receitas com publicidade e anúncios levou ao fechamento de títulos impressos, a fusões e aquisições ou a reestruturações operacionais em cada empresa, sempre resultando no corte de empregos, na intensificação da exploração do trabalho (por extensão de jornada e/ou demanda de maior produtividade). O declínio das taxas de confiança na mídia, produzido tanto pela precarização do trabalho dos jornalistas, quanto pelo engajamento político das empresas, completa o contexto de dramática deterioração na qualidade do trabalho jornalístico (MICK; ESTAYNO, 2018, p. 2).

Da pesquisa de Trajetórias Profissionais, é relevante destacar dois dados para pensar mudanças e permanências na profissão nesse marco temporal de 10 anos: fontes de renda e a longa jornada de trabalho. Conforme Mick e Estayno:

Entre os jornalistas que atuavam na mídia em 2012 e continuaram na profissão, o número de fontes de renda permaneceu estável: cerca de 70% mantiveram apenas um emprego, enquanto aproximadamente 25% tinham dois ou mais empregos e 5% eram freelancers. A comparação das jornadas de trabalho também indica poucas mudanças: uma minoria segue atuando por até cinco horas (na faixa de 10%), enquanto a maior parcela trabalha de mais de cinco a oito horas (variação de 52% em 2012 para 57% cinco anos depois) e um grupo significativo segue com mais de oito horas por dia (32%, cinco pontos percentuais a menos que em 2012) (MICK; ESTAYNO, 2018, p. 9-10).

Neste contexto, os pesquisadores holandeses Deuze e Witschge (2016) propõem uma segunda indagação à pergunta-chave “o que é o jornalismo?”, que baliza os estudos teóricos na área. A questão é: “no que ele está se tornando?”. Em artigo recente, eles desenham o cenário de profundas transformações no jornalismo a partir de quatro tendências contemporâneas: a) uma reorganização dos ambientes de trabalho; b) a fragmentação das redações; c) a emergência de uma sociedade “redacional”; e d) a ubiquidade das tecnologias midiáticas (DEUZE; WITSCHGE, 2016).

Com base nesses apontamentos teóricos mais gerais, este capítulo tem como objetivo geral descrever analiticamente os dados sobre o perfil dos e das jornalistas que trabalham na “Mídia”. No estudo realizado no segundo semestre de 2021, a questão da precarização do trabalho jornalístico, que ganhou ainda mais centralidade (LIMA; *et al.*, 2022), já se mostrava um tema extremamente relevante em sua versão anterior, de 2012, quando olhamos para um dos seus principais – embora não único – indicador, o regime de contratação dessas pessoas. Mesmo o segmento dos(as) que trabalhavam na mídia, bem menos afetado que o bastante precarizado grupo com trabalho fora da mídia que não tinha nem dois quintos (39,4%) do efetivo contratado pela carteira de trabalho, já tinha índices preocupantes. Com 59,8% dos(as) jornalistas que atuavam na mídia em 2012 trabalhando com carteira assinada e 3,8% sendo empresários(as), restava ali uma parcela de 36,4% desses(as) trabalhadores(as) que vendiam sua força de trabalho sem contar com as proteções e salvaguardas, ainda que imperfeitas, garantidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Eram mais de um(a) em cada três desses(as) jornalistas trabalhando na mídia como *freelancers*, prestadores(as) de serviços e pessoas jurídicas.

Além de um grupo que normalmente trabalhava com carteira assinada – apesar do já perceptível aspecto de “pejotização” – os dados de 2012 também demonstram que os(as) jornalistas que trabalhavam na mídia, em sua grande maioria atuavam dentro da iniciativa privada (83,2%), com apenas 9% no setor público, um contraste com as outras duas categorias, em que o setor público é um empregador muito mais relevante, responsável por 35,2% dos empregos para jornalismo fora da mídia e 40% dos empregos para professores(as) de jornalismo

no ensino superior. Dentro dessa parcela de mais de quatro quintos dos(as) jornalistas que trabalhavam na mídia, um pouco menos da metade (46,6%) estava em micro e pequenas empresas e a outra metade se dividia entre 27% em empresas médias e 26,4% em grandes.

Em relação às expectativas que esses(as) profissionais que trabalham na mídia têm do próprio emprego, o cenário de 2012 mostrava um grupo que estava majoritariamente satisfeito com as condições do seu emprego. Das 12 dimensões que foram avaliadas, apenas três tiveram uma nota média abaixo de 3 (a avaliação variava entre muito insatisfeito, 1, e muito satisfeito, 5): “remuneração (nota média de 2,7), possibilidades de promoção (2,8) e outros benefícios não-salariais (2,58)” (MICK; LIMA, 2013, p. 59).

Não simplesmente por se tratar do grupo mais representativo – 57,7% do total de jornalistas do país –, mas também por se tratar do arquétipo que está presente no imaginário popular sobre a experiência de trabalhar com jornalismo, inclusive no imaginário de jornalistas que não trabalham na mídia. É a partir dos princípios estabelecidos no trabalho em mídia que jornalistas que atuam em assessoria de comunicação podem buscar construir pautas que se enquadrem nas categorias de “relevância jornalística” que mais provavelmente vão fazer seus(suas) colegas da imprensa se interessarem. Também é a partir desses princípios que jornalistas atuando na formação de estudantes de jornalismo vão pensar sua prática de ensino, e também de pesquisa, mesmo que seja para questionar ou tensionar esses princípios.

Entender, portanto, o perfil desse grupo, quais suas características em 2021 e como elas têm se transformado ao longo desses quase 10 anos que separam as duas pesquisas é muito relevante. Isso porque entender quem são as pessoas que ocupam esse espaço a partir do qual o jornalismo é idealizado e em que condições elas trabalham, ajuda-nos a compreender a face mais visível do jornalismo para a sociedade.

Por último, é importante destacar que as duas últimas décadas marcaram profundas transformações nas rotinas profissionais, funções, condições de trabalho, credibilidade e legitimidade social da profissão. Os dados apontam com clareza que o número veículos tradicionais da mídia jornalística diminuiu – especialmente da mídia impressa (jornais

e revistas), não obstante a expansão desse setor em face ao crescimento dos veículos on-line (ATLAS DA NOTÍCIA, 2022) e os sinais concretos, mais que evidências, de intensa precarização do trabalho jornalístico (HELOANI, 2003; BURKHARDT, 2006; SILVA, 2011; DRUK, 2011; ESSENFELDER, 2012; GROHMANN, 2012; MICK; LIMA, 2013; MICK; 2013; FIGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; REIMBERG, 2012; CARRO, 2016; ADGHIRNI, 2017; MICK; NICOLETTI, 2018; LELO, 2019; NICOLETTI, 2019; FIGARO, 2022).

## Mudanças & permanências

Quando pensamos em como o jornalismo está se transmutando, não apenas ao longo desse intervalo que separa as duas edições da pesquisa, parece natural pensarmos em como isso tem afetado o perfil das(os) trabalhadoras(es). Um aspecto captado pelos dados de 2021 que se destaca nessa constatação dos efeitos das transformações é que hoje mais de três em cada cinco (61,5%) dos(as) jornalistas na mídia trabalham em veículos on-line, demonstrando um nível de protagonismo desse tipo de meio que provavelmente faz jus à ubiquidade e relevância que a internet adquiriu em nossas vidas. Os dados também demonstram o quão datada é a ideia de associar automaticamente os(as) jornalistas que trabalham na mídia àquelas grandes redações que nos acostumamos a ver em filmes hollywoodianos, visto que apenas 22,7% trabalham em equipes com 51 ou mais jornalistas além de si, e quando ampliamos o olhar para quem atua em equipes com 21 colegas jornalistas ou mais, o número ainda fica em 33,4%. Portanto, a maioria dos(as) jornalistas que estão trabalhando em mídia no Brasil (66,6%) está em equipes que não se enquadram no que se associa estereotipicamente a uma grande redação jornalística.

Quando aproximamos o olhar, indo do nível nacional para o estadual, percebemos que o estado com a maior população do país também é aquele que conta com o maior número de jornalistas trabalhando na mídia, entretanto existe aí uma óbvia desproporção que podemos associar à concentração da imprensa brasileira em São Paulo – capital e interior. Nessa unidade da federação essa proporção chega a 41,3%

quando observamos os jornalistas que trabalham na mídia, enquanto no plano amostral nacional essa proporção foi de 37,21% no contexto geral da categoria (3.100 respondentes). O mercado da mídia jornalística permanece fortemente concentrado em São Paulo. O 2º maior contingente do grupo está no estado do Rio de Janeiro e apesar de muitas vezes maior que o da maioria dos estados, representa menos de um quarto do número de jornalistas em São Paulo, sendo 10% do total de profissionais. O Rio é seguido por Minas Gerais (8,8%) e, indicando uma distorção provavelmente causada pela cobertura dos principais órgãos federais, pelo Distrito Federal, que apesar de possuir apenas a 20ª maior população das unidades da federação (IBGE, 2021) tem a 4ª população de jornalistas na mídia (6,4%).

O grupo de jornalistas que trabalha na mídia apresenta uma notável diferença na proporção entre homens e mulheres quando comparado à categoria em geral. Enquanto o cenário geral apresenta uma categoria feminilizada, entre profissionais da mídia o número de homens ainda é ligeiramente maior. Diferentes hipóteses podem ser exploradas futuramente para tentar entender essa diferença, como o fato de que a intimidação sofrida por profissionais da mídia pode ser exacerbada pela violência de gênero quando se trata de jornalistas mulheres, algo exemplarmente ilustrado pela misoginia escancarada na violência promovida pelo presidente da República (e sua rede de ódio) contra Patrícia Campos Mello, desde 2018. Esse pode ser, por exemplo, um fator de redução da permanência de jornalistas mulheres nesse tipo de trabalho.

Essa diferença considerável na proporção de gênero quando o grupo é comparado à categoria como um todo não se repete em relação à identidade racial, com um predomínio de profissionais brancos(as) na mídia (67,4%) que é próximo da proporção da categoria em geral. A porcentagem de pessoas negras (pardas e pretas) também é semelhante, 30,4% do grupo que trabalha na mídia e 29,9% dentre todos(as) os(as) jornalistas no Brasil. Ambos os números são profundamente desproporcionais à identidade racial do país, que segundo o último Censo (IBGE, 2010) era composta por 50,94% de pessoas que se identificavam como negras (pardas ou pretas) e 47,51% como brancas. Curiosamente essa ausência de profissionais que se identificam como negros(as)

se dá especialmente entre pardos(as), que são 43,42% da população, pois o número proporcional de pessoas que se consideram pretas entre jornalistas de mídia (9,1%) é maior do que o da população em geral (7,52%). Entre os dois grupos raciais menos numerosos identificados na pesquisa, amarelos e indígenas, as proporções parecem equilibradas, na comparação entre jornalistas que trabalham na mídia com a população em geral. As porcentagens são de 1,1% para profissionais da mídia, e também 1,1% para a população que se identifica como amarela. Já para os que se declaram indígenas as proporções são de 0,4% e 0,42% respectivamente.

## Um olhar comparativo entre 2012 e 2021

A porcentagem de profissionais que trabalham na mídia em relação ao total da categoria, segundo os dados de 2021 da Pesquisa de *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (LIMA; et al., 2022), é de 57,7%, um pequeno crescimento em relação aos 54,5% registrados em 2012. Embora não se trate de uma grande variação, pode ser um indicativo de fenômenos operando dentro da categoria que merece ser olhado com atenção por quem pesquisa essa realidade. Uma primeira possível leitura mais óbvia seria a de um aumento nas vagas em mídia, entretanto *a priori* isso parece um contrassenso dadas as sequenciais reduções de equipe realizadas por veículos de imprensa e acompanhadas pelos que observam a área. A hipótese talvez mais plausível, mas que precisaria ser testada em outras pesquisas, seja a de que diante de um processo de retração do mercado de trabalho, os postos para jornalistas na Mídia tenham sido menos afetados que as vagas do grupo Fora da Mídia<sup>1</sup>. A outra hipótese bastante razoável é a expansão dos veículos on-line: de 44,6% (2012) para 61,6%, no estudo atual.

Ao comparar os dados sobre o tipo de mídia em que jornalistas trabalhavam em 2012 com os de 2021, é possível perceber um claro sentido de transformação. Quanto ao tipo de mídia/veículo no qual

---

1 Segundo a pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro* esse grupo passou de 40,3% do total em 2012 para 34,9% em 2022.



atuam (Tabela 1), há um notável crescimento nas mídias on-line (quase 17 pontos percentuais), seguido de um ligeiro acréscimo nas mídias de radiodifusão e cinema (5,8 pontos percentuais entre 2012 e 2021). Contudo, a redução do setor de mídia impressa (-33,3 pontos percentuais em relação ao estudo anterior), ou seja, o setor emprega hoje menos da metade de jornalistas que em 2012.

**Tabela 1. Jornalistas em cada tipo de mídia/veículo**

Tipo de mídia em que atua	2012	2021
Internet/on-line	44,6%	61,5%
TV/rádio/cinema	33,6%	39,4%
Jornal/revista/meios impressos	63,9%	30,6%
Outros	20,5%	18%

Fonte: Elaboração dos autores baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

Quando se trata da atuação de jornalistas por setor econômico (Tabela 2), os dados, na passagem de quase 10 anos, se mantêm relativamente estáveis. O setor privado que empregava 83,2% de jornalistas em 2012, agora representa 78,8% do mercado de trabalho; o setor público teve, nesse ínterim, um pequeno acréscimo de 4,7 pontos percentuais. No Terceiro Setor (ONGs, OSCIPs, Fundações etc.) atuam agora 5,3% dos jornalistas.

**Tabela 2. Jornalistas por setor econômico**

Tipo de empregador	2012	2021
Privado (empresa ou independente)	83,2%	78,8%
Público	9,0%	13,7%
Terceiro setor (ONG, Oscip, fundação etc)	5,6%	5,3%
Outro	2,2%	2,2%

Fonte: Elaboração dos autores baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

Por último, destacamos algumas das centenas de funções hoje desempenhadas pelos/as jornalistas, considerando as mais permanentes

(Tabela 3). A questão é de múltipla escolha, então os percentuais em si espelham o perfil do “jornalista multifunção”, desenvolvendo um conjunto de rotinas produtivas. A reportagem segue sendo a função mais indicada pelos respondentes em 2021 (68%), embora haja um decréscimo em relação ao estudo anterior de 16,3 pontos percentuais. Em termos de pauta/produção a oscilação é pequena (quase 6 pontos percentuais no estudo atual), contudo nas outras duas funções que aparecem a seguir em ordem decrescente, essa diferença é superior a 10 pontos percentuais (para menos, em 2021): edição saiu de 67,90% para 57,30%; e produzindo fotos temos hoje menos da metade dos profissionais que o faziam em 2012 (a redução é de 19 pontos percentuais em relação ao levantamento anterior).

**Tabela 3. Jornalistas em algumas das funções exercidas**

<b>Funções desempenhadas</b>	<b>2012</b>	<b>2021</b>
Reportagem	84,30%	68%
Pauta/Produção	70,60%	64,70%
Edição	67,90%	57,30%
Fotografia	35,40%	16,40%

Fonte: Elaboração dos autores baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

A divisão por renda do segmento de jornalistas trabalhando em mídia apresenta números bastante semelhantes aos dados gerais da pesquisa, o que é naturalmente mais provável de acontecer por se tratar do maior dos três grupos. A pesquisa colocou essa questão aos jornalistas respondentes perguntando especificamente da renda obtida através do trabalho com jornalismo, dado que poderiam ter outras fontes de renda não relacionadas. As opções de resposta eram 9 alternativas de faixas de renda (além da opção “Não quero responder”) que iam de sem renda até R\$ 22.001 ou mais. A faixa de renda mais comum é entre R\$ 5.501 e R\$ 11.000, na qual se enquadraram 26,9% dos jornalistas na mídia, número muito próximo do percentual de 27,1% dos jornalistas em geral que recebem valores dessa dimensão.

## Jornalistas na mídia e fora da mídia

De maneira geral, ao observarmos o grupo de jornalistas que estão trabalhando na mídia em contraste com aqueles(as) que atuam fora da mídia, é possível afirmar que existem elementos em comum da composição demográfica, quando os segmentos se aproximam, e observamos uma relativa homogeneidade da categoria, mas também aspectos em que os(as) profissionais da mídia possuem uma demografia muito distinta do outro principal grupo que compõe a categoria.

Um aspecto em que essa diferença de perfil se mostra de forma mais clara é no gênero dos(as) jornalistas. Embora o processo de feminização dos(as) jornalistas no Brasil já tenha sido identificado na primeira edição da pesquisa do perfil (MICK; LIMA, 2013), sendo inclusive posteriormente explorado por outras pesquisadoras (ROCHA; DANCOSKY, 2016), o grupo de profissionais da mídia acaba se destacando justamente porque, como mencionado anteriormente, os homens ainda são maioria, mesmo que por uma margem mínima, 50,6% para 49,3% de mulheres (Tabela 4). A diferença na representatividade das mulheres é de 8,5 pontos percentuais quando comparamos o número à proporção de mulheres na categoria em geral, 57,8% do grupo de todos(as) jornalistas brasileiros(as).

Contudo, a principal discrepância se dá quando comparamos diretamente a razão masculino/feminino de jornalistas na mídia com a de seus(suas) colegas fora da mídia, o que é especialmente significativo dado que combinados os dois grupos representam a grande maioria da categoria – o terceiro grupo, de professores(as) de jornalismo, compõe apenas 7,4% da categoria. A pesquisa de perfil revela que o número de mulheres trabalhando com jornalismo fora da mídia é mais do que o dobro do de homens, 69,3% e 30,1% respectivamente. Também é digno de nota que entre o pequeno contingente de jornalistas que não se identificou com o gênero masculino ou o feminino, a representatividade destes entre os(as) profissionais na mídia (0,1%) parece ser algumas vezes menor do que entre os de fora da mídia: 0,6%, com proporção de 0,3% para jornalistas em geral.

**Tabela 4. Jornalistas por gênero, na mídia e fora da mídia**

Gênero	Na mídia	Fora da mídia	Geral
Feminino	49,3%	69,3%	57,8%
Masculino	50,6%	30,1%	41,9%
Outro	0,1%	0,6%	0,3%

Fonte: Elaboração dos autores baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

Já no aspecto da idade, os dados do grupo não se diferenciam tanto, nem da categoria em geral nem na comparação direta com profissionais fora da mídia (Tabela 5). A faixa etária mais comum para os dois grupos, assim como para a categoria em geral, é entre 31 e 40 anos, sendo que nos três casos esse segmento representa quase um terço da população: 33,1% de quem trabalha na mídia, 32,7% daqueles(as) fora da mídia e 30,3% do geral. Embora essa seja uma das faixas etárias intermediárias dentro da divisão feita pela pesquisa – a terceira entre seis –, ao olharmos para os(as) profissionais da mídia em um contexto em que o segundo maior grupo etário é o de 23 a 30 anos, 25,2%, é possível perceber que outro aspecto em que o grupo se mantém semelhante ao de fora da mídia é na prevalência de profissionais mais jovens. Ao somarmos os três grupos etários mais jovens – 18-22, 23-30 e 31-40 – temos 62,5% de todos(as) jornalistas que atuam na mídia, 62,7% de quem está fora dela, e 59,3% da categoria em geral, reforçando o retrato obtido anteriormente por Mick e Lima (2013).

**Tabela 5. Jornalistas por idade, na mídia e fora da mídia**

Faixa etária	Na mídia	Fora da mídia	Geral
18-22 anos	4,2%	3,8%	4,9%
23-30 anos	25,2%	26,2%	24,1%
31-40 anos	33,1%	32,7%	30,3%
41-50 anos	17,4%	19,9%	18,0%
51-64 anos	16,0%	15,3%	17,8%
65+ anos	4,1%	2,0%	5,0%

Fonte: Elaboração dos autores baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

Quando a dimensão observada é a da renda desse grupo de profissionais, é possível perceber uma certa convergência na faixa de remuneração predominante entre jornalistas que trabalham na mídia e fora da mídia (Tabela 6). Excetuado o pequeno contingente de pessoas que atuam sem receber nenhuma renda de suas atividades em jornalismo – 1,8% para profissionais na mídia e 0,9% para aqueles(as) fora dela – vemos dois grupos de trabalhadores(as) em que 57,3% e 62,2%, respectivamente, recebem menos de R\$ 5.500. Quando essa avaliação é ampliada para a categoria inteira, o número é de 57,9%. Nas faixas salariais mais elevadas a pesquisa revelou que jornalistas na mídia ganham mais: a) Entre R\$ 5.500,00 a R\$ 11 mil – na mídia e fora da mídia são exatos 26,9%; b) entre R\$ 5.501,00 a R\$ 22 mil – na Mídia são 9,5% e Fora da Mídia 7,4%; e, c) salários acima de R\$ 22 mil – na Mídia são 2,8% dos respondentes, enquanto Fora da Mídia apenas 1,1%.

**Tabela 6. Jornalistas por renda (como jornalista), dentro e fora da mídia**

Faixa salarial	Na mídia	Fora da mídia	Geral
Sem Renda	1,8%	0,9%	1,3%
Até R\$ 1.100	4,6%	4,1%	4,3%
De R\$ 1.100 a R\$ 2.200	11,3%	12,5%	11,4%
De R\$ 2.201 a R\$ 3.300	13,7%	14,7%	13,5%
De R\$ 3.301 a R\$ 4.400	11,1%	15,8%	13,1%
De R\$ 4.401 a R\$ 5.500	16,6%	15,3%	15,6%
De R\$ 5.501 a R\$ 11.000	26,9%	26,9%	27,1%
De R\$ 11.001 a R\$ 22.000	9,5%	7,4%	9,8%
Acima de R\$ 22.000	2,8%	1,1%	2,2%
Não Informaram	1,8%	1,2%	1,6%

Fonte: Elaboração dos autores baseada nas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro 2012 e 2021*.

## Considerações finais

Para além desses dados trazidos neste capítulo que consideramos basilares para entender a demografia dos(as) jornalistas de mídia, o cenário mapeado também traz uma série de apontamentos importantes para a forma como pesquisadores(as) do campo de estudos do jornalismo poderiam olhar para a realidade ao tentar entender esse grupo profissional. Por exemplo, ao olharmos para os números da coluna de 2021 da Tabela 1, que somam 149,5%, temos a indicação de que “grande parte dos jornalistas na mídia brasileira ou trabalham em mais de uma mídia, ou consideram que a mídia em que trabalham se enquadra em mais de uma categoria” (LIMA; *et al.*, 2022, p. 53). Trata-se de uma constatação que pode impactar em considerações que vão desde a ascensão da figura do repórter multimídia no mercado até os próprios limites conceituais do que define o que é cada tipo de mídia – e suas “zonas de sombra”.

Como essa anteriormente mencionada, outras tantas percepções valorosas retiradas dos dados podem ajudar a orientar a visão que temos da área, incluindo aí o reconhecimento das diferenças entre os “tamanhos” dos mercados de trabalho a depender da mídia de que tratamos e quais destes parecem estar sendo mais afetados pelas transformações no jornalismo.

Muitos dados mais específicos sobre o perfil de jornalistas de mídia no Brasil acabaram ficando de fora do presente capítulo em prol da brevidade, entretanto isso não significa que eles também não sejam fontes desses *insights*. Tal como os dados que separavam os(as) jornalistas que trabalhavam em instituições de caráter privado entre aqueles(as) que estavam em empresas e aqueles(as) que atuavam em iniciativas independentes, demonstrando uma parcela significativa da força de trabalho (10,5%) entre as independentes que levou Lima *et al.* a afirmar “as iniciativas de jornalismo independente demonstram ser uma fatia significativa o suficiente desse mercado de trabalho para que qualquer análise que se proponha a tentar entendê-lo em sua completude precise incluí-las” (LIMA; *et al.*, 2022, p. 57).

Ao segmentarmos esse grupo de profissionais na mídia do restante da categoria podemos perceber que algumas das conclusões

da pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* também se aplicam a esse setor do mercado, enquanto outras são menos adequadas. Se por um lado os(as) jornalistas da mídia são relativamente jovens – 62,5% com menos de 41 anos e 29,4% com menos de 31 anos –, estando de acordo com as conclusões gerais, o mesmo não pode ser dito da predominância de mulheres, dado que ainda é um grupo composto majoritariamente por homens, embora a diferença seja tão pequena que não seja difícil imaginar que em poucos anos isso possa mudar caso a presença de mulheres volte a crescer.

A renda média de quem trabalha na mídia também fica abaixo dos R\$ 5.500,00, com um grupo de mais de 30% que certamente merece atenção especial dos estudos sobre precarização, por receber menos de R\$ 3.300,00. Outro tema que merece um olhar dedicado é o da ampliação da presença de jornalistas negros(as) nesse grupo, assim como em toda a categoria, que como apontado por Lima; *et al.* é “resultante, provavelmente, da combinação entre cotas nas universidades, ações por mais diversidade no mercado e autoidentificação impulsionada pelo avanço das lutas antirracistas na sociedade na última década” (LIMA; *et al.*, 2021, p. 207). Também seria útil aprofundar o conhecimento do campo sobre as relações entre os dados de profissionais na mídia e fora dela para entender a validade de hipóteses surgidas durante a pesquisa, como a possibilidade de “que a distinção entre mídia e fora da mídia esteja se diluindo, com maior entrelaçamento de atividades em organizações que antes operavam mais separadamente” (LIMA; *et al.*, 2021, p. 208) que nasce a partir da redução de 6 pontos percentuais do grupo que trabalha fora da mídia em relação ao total de jornalistas na comparação com 2012.

Essas especificidades da demografia do grupo acabam se revelando como indícios de caminhos que podem ser seguidos para tentar responder à indagação constantemente presente nos trabalhos de Deuze e Witschge (e.g. 2016; 2020) sobre “o que o jornalismo está se tornando”. Especialmente dada a necessidade de repensar a forma pela qual os estudos em jornalismo têm olhado para o trabalho na mídia, que os autores consideram “redaçãocêntrica” (WAHL-JORGENSEN apud DEUZE; WITSCHGE, 2018) e especialmente inadequada para o cenário de fragmentação, até mesmo desintegração, das redações jornalísticas.

Olhar para as características específicas deste grupo a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro* seria, portanto, uma forma de tentar entender para que lado os ventos de mudança sopram quando pensamos no trabalho na mídia no Brasil.

Por último, resta aprofundar ainda um aspecto bastante relevante das mudanças no perfil de jornalistas na mídia: as dezenas de novas funções conexas à atividade fim do jornalismo, que é produzir notícias. Para muito além das funções “clássicas” de repórter (37,1%) e editor (23,4%) que concentram mais de 60% das atividades diárias das(os) jornalistas, existem 104 outras citadas no espaço qualitativo da questão.

## Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalista, do mito ao mercado**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor)**, da Universidade de Campinas (Unicamp), em parceria com Volt Data Lab. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>, acessível em julho de 2022.

BURKHARDT, Fabiano. **Jornalistas free-lancers: trabalho precário na grande imprensa da região metropolitana de porto alegre**. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8642>. Acesso em: 7 ago. 2022.

CARRO, R. **Brazilian Newspapers: the risk of becoming irrelevant**. Reuters Institute for the Study of Journalism: University of Oxford, 2016.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **Beyond Journalism**. Cambridge: Polity Press, 2020.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **Beyond journalism: theorizing the transformation of journalism**. Journalism, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 165-181, 7 fev. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1464884916688550>.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o Jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6-21, dez. 2016. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478/445>. Acesso em: 14 ago. 2021.

DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH. Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011.

ESSENFELDER, Renato. **O editor e seus labirintos: reflexos da crise de paradigmas do jornal impresso**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGARO, R. (Org.). **Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19**. São Paulo: ECA USP, 2022. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Covid-19-segunda-fase-relat%C3%B3rio-2021-1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção**. 2012. 273 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18082012-160234/publico/dissertacaoRafaelGrohmann.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2022.

HELOANI, Roberto. Violência invisível. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 57-61, out. 2003. Trimestral.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2021/estimativa\\_dou\\_2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf). Acesso em: 7 ago. 2022.

LELO, Thales Vilela. A precarização das condições de trabalho dos jornalistas de São Paulo segmentada por faixas etárias: Uma identidade profissional em risco?. **Tempo Social**, v. 31, p. 243-261, 2019.

LIMA, Samuel Pantoja; *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Florianópolis: TMT/UFSC, 2013.

MICK, Jacques; ESTAYNO, Sabina. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 16., São Paulo, 2018. **Anais [...]** Brasília, DF, SBPJor, 2018.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; NICOLETTI, Janara. Influências da precarização na qualidade jornalística: construção de uma matriz de indicadores. **Passagens**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 127-141, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38547/1/2018\\_art\\_jnicolettijmick.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38547/1/2018_art_jnicolettijmick.pdf). Aceso em: 7 ago. 2022.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise**. 2019. 296 f. Tese (Doutorado) – Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215446>. Acesso em: 7 ago. 2022.

REIMBERG, C. O. A organização do trabalho no rádio: reflexos para as práticas profissionais e para a saúde do jornalista. **Revista Alterjor**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1-18, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88248>. Acesso em: 7 ago. 2022.

SILVA, Camila Rodrigues da. **Operário Multimídia: Mudanças no mundo do trabalho nos jornais diários brasileiros**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

# O JORNALISTA FORA DA MÍDIA E O RISCO DE ESTAR FORA DO JORNALISMO

*João Augusto Moliani*

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

*Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti*

*Universidade Federal do Tocantins*

*Mariane Nava*

*Universidade Federal de Santa Catarina*

O jornalismo, além do reconhecimento clássico de ser o exercício laboral daqueles que vivem do trabalho na imprensa, também é visto como atividade profissional que possibilita a atuação em distintas organizações na intermediação do relacionamento com a imprensa ou na elaboração de produtos comunicacionais com características jornalísticas. Essa prática pode ser definida, mais especificamente, como atividade de identificação e/ou elaboração de acontecimentos com interesse ampliado, sustentados a partir dos valores noticiosos e construídos narrativamente a partir de critérios jornalísticos. O objetivo é que isso possa ser aproveitado espontaneamente pelos veículos de comunicação ou na divulgação de organizações por meio de suas próprias mídias.

A ocupação desse espaço fora das redações se deu ao longo da história do próprio jornalismo no século XX, com Ivy Lee, um jornalista estadunidense que passou a prestar serviços a grandes corporações americanas em crise com a opinião pública devido a seus métodos de atuação. Ele adotou tal estratégia como o principal diferencial de seu trabalho, garantindo ser essa a chave para a conquista da credibilidade na sociedade, e obteve um grande sucesso. Em 1906, ele elaborou importante Declaração de

Princípios<sup>1</sup> que marcou a emergência de uma atividade profissional pautada pelo relacionamento não publicitário, ou não comercial, com os veículos de comunicação<sup>2</sup>.

No entanto, nos Estados Unidos e em países europeus, o jornalismo manteve-se distante desse serviço que não era exercido nos meios de comunicação, mas intermediava as informações das organizações para a imprensa, e ele foi incorporado à área de Relações Públicas (RP). No Brasil, dadas algumas peculiaridades de constituição de nossa sociedade, o jornalismo foi entendido como uma atividade com mais possibilidades do que apenas trabalhar na imprensa em busca de notícias.

Considerado aqui como uma prática profissional que pode ser exercida em diferentes ambientes, o abasileiramento do jornalismo “autorizou” esses profissionais a atuarem tanto na imprensa quanto em outras organizações com atividades relacionadas à comunicação jornalística (RUELLAN, 2017; MICK, 2015). Após a regulamentação profissional das áreas de Jornalismo e de Relações Públicas no final dos anos 1960, e um acordo tácito entre a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp) nos anos 1980<sup>3</sup>, iniciou-se a consolidação da assessoria de imprensa como uma prerrogativa dos jornalistas (LOPES; VIEIRA, 2004).

São várias as questões que antecedem e perpassam esta característica tipicamente brasileira: historicamente desenvolvemos uma relação

---

1 A declaração era: “Este não é um departamento de imprensa secreto. Todo nosso trabalho é feito às claras. Pretendemos divulgar notícias, e não distribuir anúncios. Se acharem que o nosso assunto ficaria melhor como matéria paga, não o publiquem. Nossa informação é exata. Maiores pormenores sobre qualquer questão serão dados prontamente e qualquer redator interessado será auxiliado, com o máximo prazer, na verificação direta de qualquer declaração de fato. Em resumo, nossos planos com absoluta franqueza, para o bem da empresa e das instituições públicas, são divulgar à imprensa e ao público dos EUA, pronta e exatamente, informações relativas a assuntos com valor e interesse para o público” (PINHO, 2008, p. 34).

2 Além de Ivy Lee, Edward Bernays, sobrinho de Freud e pesquisador do comportamento humano e da opinião pública, também é considerado um dos fundadores das modernas Relações Públicas. No entanto, havia entre esses dois personagens maneiras de proceder distintas, tanto com relação à forma de trabalhar a imagem dos clientes quanto às estratégias para influenciar a opinião pública (MOLLANI, 2012).

3 Segundo Chaparro (2006, p. 46) Audálio Dantas, então presidente da Fenaj, e Vera Giangrande, que presidia o Conferp, celebraram um acordo no qual “a área de RP aceitava ceder aos jornalistas a reserva de mercado da assessoria de imprensa”.

de cumplicidade e promiscuidade entre o setor público, o empresarial e os jornalistas e/ou donos/responsáveis por veículos de comunicação. Quando a receita dos jornais não se revertia em uma remuneração digna nas redações, esses profissionais eram compensados por empregos em outras áreas. Segundo Goulart Ribeiro (2002, *s.p.*) “(...) a relação da imprensa com o poder público é uma tradição do jornalismo brasileiro que o acompanha desde o seu surgimento no início do século XIX (...)”, com jornalistas recebendo “(...) auxílios pecuniários pelo aluguel de sua pena (...)”.

Referindo-se a tempos mais recentes, Jorge Duarte<sup>4</sup> aponta que (2006d, p. 84): “(...) com os baixos salários pagos pela imprensa, jornalistas eram estimulados a trabalhar em órgãos públicos e faziam a cobertura para esses mesmos jornais. (...) Atuar em redação e obter algum destaque era uma maneira de ingressar no serviço público”. O amorismo da profissão, composta por um corpo de trabalhadores formados apenas no nível da prática, com algumas exceções, além do interesse de governos e donos de jornais, “(...) estimularam o duplo emprego e criaram vantagens e distorções (...). Era normal a troca de favores”. A precarização e a má-remuneração mantêm essa prática até os dias atuais em diferentes lugares, além da “(...) predileção por parte do assessorado com relação ao assessor de imprensa que trabalha em redações, visto que esse fato supostamente pode trazer benefícios no momento de publicar o material do cliente” (DANTAS, 2014, p. 6).

Outro fator marcante da ocupação da área de comunicação das – e para as – organizações por esses profissionais, que insistiam em manter seus status de jornalistas, se deu com a última ruptura democrática do Brasil, na década de 1960, e a implantação da censura aos meios de comunicação, além da perseguição a jornalistas críticos ao regime militar nas redações. É forçoso reconhecer que a postura estatal durante o governo golpista nos anos ditatoriais, além das condições de trabalho nas redações, motivou muita gente a sair da imprensa e se dedicar a outras atividades.

---

4 O texto de Jorge Duarte, com algumas modificações também está disponível em <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/repositorioa/Intranet/ideias/779.pdf>. Acesso em: 17 jan 2020.

Havia também uma percepção negativa sobre o trabalho das Relações Públicas entre os jornalistas, especialmente aqueles que buscavam resistir ao regime militar. As Relações Públicas foram bastante influenciadas pela burguesia paulista, que apoiava o golpismo e a tomada do poder pelos militares. O empresariado paulista foi responsável pela implantação da doutrina da “Organização Racional do Trabalho”, movimento originado a partir do taylorismo/fordismo, que influenciaria as posturas das organizações públicas e privadas (REBECHI, 2012). Isso passava aos jornalistas a imagem de que os relações públicas eram “aliados dos patrões” e que não havia isenção em seu trabalho, diferentemente dos profissionais oriundos das redações, que eram considerados mais “isentos” no fornecimento de informações à imprensa.

Além disso, após a regulamentação da profissão foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), pelos militares, que era encarregada de transmitir as “verdades oficiais”. O uso intensivo da propaganda política pelos militares e a necessidade de difundir os conceitos da administração científica, funcionaram como vitamina de crescimento para a área comunicacional (CHAPARRO, 2006). Isso possibilitou o surgimento de um atrativo mercado de comunicação empresarial/organizacional no país, abrigando profissionais que saíam dos veículos de imprensa – por diferentes motivos – e que passaram a ocupar cargos de comunicação em empresas privadas e órgãos públicos.

Outra nova alternativa de trabalho para os jornalistas tomou forma em 1971, quando Reginaldo Finotti e Alaor José Gomes – após atuarem na área de imprensa da Volkswagen – criaram a Unipress que, nos moldes apregoados por Ivy Lee, se propunha a ser uma sucursal das redações. Segundo Chaparro (2006, p. 44), “a Unipress pôde consolidar um modelo jornalístico de assessoria de imprensa, atuando, sobretudo, como alimentadora de pautas”. Era a aurora das agências de comunicação com viés em relacionamento com a imprensa e mais um passo na formatação do modelo “jornalístico” de comunicação organizacional no Brasil.

A partir dos anos 1990 – após o restabelecimento da democracia –, o processo de informatização dos veículos de comunicação e seus

constantes passarálos<sup>5</sup> levaram jornalistas ao desemprego e à necessidade de buscarem outra ocupação, fazendo com que o modelo de agências de comunicação/assessorias de imprensa se consolidasse. Boa parte dos profissionais que saíram das redações foi para a área de serviços, em especial a de assessoria de imprensa, que também crescia devido às privatizações encabeçadas pelo governo federal (MAFEI, 2007). Tanto em direção às empresas e instituições quanto para as agências e demais prestadoras de serviço, os jornalistas saíram de seu habitat natural e passavam a atuar na área que fora originalmente da atividade de Relações Públicas (DUARTE; DUARTE, 2002).

Para Duarte (2006d, p. 88), “(...) além da alternativa ao desemprego, muitos optaram pelas assessorias devido às condições de trabalho: horário fixo, sem fechamentos, menor estresse e maior salário”. Mais recentemente, o aumento no número de formados nas faculdades de Jornalismo e a crise das empresas jornalísticas, que tem promovido uma significativa redução de vagas e extinção de veículos de imprensa, bem como a precarização e a intensificação do trabalho nas redações, leva cada vez mais profissionais para a área de comunicação empresarial/organizacional, seja nas próprias empresas e órgãos públicos, seja em agências de comunicação<sup>6</sup>.

A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)<sup>7</sup> registrou o movimento crescente de terceirização na área de comunicação das organizações que foi aferido a partir da redução no volume de profissionais<sup>8</sup> que atuavam diretamente em “empresas privadas nacionais ou multinacionais”, que passou de 70%, em 2010, para 16%, em 2013, e um aumento no contingente dos que passaram a trabalhar

---

5 “Passarálo é um jargão agressivo para as demissões em massa nos meios de comunicação. Remete a pássaros, revoadas de algo que destrói tudo por onde passa”, in <http://apublica.org/2013/06/revoada-dos-passaralhos/>. Acessado em 5 ago. 2017.

6 Segundo Mick e Lima (2013, p. 61) “atuam fora da mídia, como assessores de imprensa ou comunicação ou em inúmeras funções mobilizando conhecimento jornalístico, 40,3% dos jornalistas brasileiros”.

7 Disponível em [http://www.aberje.siteprofissional.com/acervo\\_pesquisas.asp](http://www.aberje.siteprofissional.com/acervo_pesquisas.asp), acessado em 01/06/2023.

8 Segundo a mesma pesquisa da Aberje, os jornalistas eram a maior categoria profissional nos setores de comunicação das empresas e nas agências de comunicação (52%), seguidos de relações públicas (24%) e publicitários (9%).

em agências, que subiu de 19% (2010) para 48% (2013). Podemos acreditar que o emprego comunicacional/jornalístico estabelecido em empresas privadas havia migrado das indústrias para a área de serviços, decorrente da constituição de um sistema produtivo-informacional integrado em escala global (CASTELLS, 1999).

Kunsch (2009), ao comentar sobre o crescimento do setor de comunicação organizacional, aponta sutilmente para as questões do avanço das terceirizações e da redução dos empregos nos grandes conglomerados – jornalísticos ou não – que levam os recém-formados a criarem as suas próprias condições de trabalho e sobrevivência.

Diversos fatores podem ser responsáveis por esse crescimento. Dentre esses destacam-se: o avanço da terceirização dos serviços, provocada sobretudo pelo enxugamento das estruturas organizacionais; a valorização da área de comunicação organizacional; a complexidade contemporânea, que passa a exigir das organizações serviços e produtos de comunicação mais adequados e mais eficazes; e o aumento do número de profissionais formados em Comunicação Social que, não encontrando mais empregos, passam a montar seus próprios negócios, além daqueles que, ao perderem seus postos de trabalho nas grandes empresas, se tornam consultores ou se associam a grandes agências de comunicação existentes nesse segmento (KUNSCH, 2009, p. 10).

O setor produtivo, no qual as agências de comunicação estão inseridas, precisou reorganizar seus componentes<sup>9</sup> de modo que tanto os trabalhadores quanto os processos passassem a ser flexíveis. Atualmente, no ambiente comunicacional organizacional, seja em empresas, instituições, agências de comunicação ou outro tipo de organização, “(...) exige-se cada vez mais do profissional o domínio de diferentes meios e linguagens, de uma ampla gama de ferramentas das Tecnologias

---

9 Faz parte dessa nova governamentalidade incutir no trabalhador a compreensão de que a lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento econômico, modificando também o entendimento da sociedade a respeito da produção e do trabalho (ALVES, 2005).



de Informação e Comunicação (TIC's) e que eles sejam capazes de transitar entre variados assuntos” (REBECHI, 2015, p. 33).

A transformação da sociedade e do próprio segmento têm tornado mais complexa a ação do assessor, inclusive “porque ainda que a assessoria de imprensa seja exercida por um jornalista, este profissional deverá desenvolver competências em outros terrenos” (MAFEI, 2007, p. 43).

O mercado de trabalho para jornalistas, portanto, se torna desafiador. Isso porque, como demonstra Jefferson Mariano, a partir da recessão econômica de 2015-2016, passou a ser mais difícil a inserção no mercado formal de trabalho e ainda incluir em seu processo de formação novas competências. Um dos aspectos apontados por Mariano (2021) e que contribuem para a fragilidade do mercado é o elevado grau de informalidade:

A despeito da existência de um hiato entre o número de graduados em jornalismo e a quantidade de vagas disponibilizadas no mercado, existe uma grande presença desses profissionais em ocupações de nível superior. Por outro lado, quando se contrasta com outras carreiras, percebe-se que é menor a ocupação de jornalistas em atividade que prescindem do título de graduação (MARIANO, 2021, p. 99).

Dentre os atributos para além do conhecimento jornalístico, mas que não é totalmente separado deste, está o gerenciamento de conteúdo, principalmente nas plataformas digitais.

A pesquisa desenvolvida por Moliari (2020) sobre o trabalho de jornalistas na área de assessoria de imprensa<sup>10</sup> em agências de comunicação, levanta a problemática de compreensão dessa atividade profissional como atividade jornalística. Ele questiona se não ocorreria uma reconfiguração de práticas e valores do jornalismo, distorcendo as práticas tradicionais da área com a finalidade de atendimento às necessidades dos clientes. Tais elementos também foram identificados em pesquisas sobre a atividade profissional dos comunicadores no período da pandemia<sup>11</sup>.

---

10 O uso do termo assessoria de imprensa está em desuso e vem sendo substituído por assessoria de comunicação desde os anos 1990.

11 Disponível em: <https://comunicacaoetrabalho.eca.usp.br/pesquisas/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

É notório que as restrições impostas pelo afastamento social aceleraram em muitos aspectos o que os jornalistas já vivenciavam em suas atividades cotidianas com as mudanças estruturais na área de comunicação (CHARRON; BONVILLE, 2016). Foram implantadas reestruturações advindas das tecnologias e da orientação econômica de financeirização, devido aos usos e apropriações que o capitalismo de plataforma tem feito do conhecimento e da ciência (MOROZOV, 2020; SRNICEK, 2018; GROHMANN, 2020). Neste cenário, observamos que há alterações concretas nas atividades de trabalho desses profissionais, que apesar de não alterarem diretamente a denominação da identidade profissional dos trabalhadores que responderam à pesquisa, modificam-na substancialmente.

Apesar da pesquisa da Universidade de São Paulo ter estabelecido 11 categorias principais<sup>12</sup> como locais de trabalho dos comunicadores em geral. Foi revelador observar a imensa variedade de ambientes que necessitam do trabalho dos diferentes perfis de comunicadores, com as menções aos locais de trabalho extrapolando o número de respostas válidas por conta de respondentes terem colocado duas ou mais opções. Isso também mostra que, para muitos profissionais, há a necessidade de duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Foi observado também importantes deslizamentos entre profissões como a do relações públicas que realiza edição, reportagem, produção de vídeo e criação gráfica e audiovisual, ou do jornalista que atua como produtor de conteúdo e *storyteller*. Esses profissionais desenvolvem suas atividades a partir da hibridização dos saberes instituídos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), mesclando aquilo que é proveniente de suas graduações com o que encontram na prática cotidiana. Eles forjam novos saberes, investidos para um trabalho polivalente característico da sociedade contemporânea.

Isso não ocorre apenas na área do Jornalismo ou da Comunicação, pois a pesquisa do CPCT registrou respondentes com graduações em Administração, Letras, Marketing ou História e que desenvolvem

---

12 Agências, setor público, e empresa privada no departamento/área de comunicação, veículo da grande mídia, faculdades/universidades e institutos de pesquisa, terceiro setor (ONGs e fundações privadas), veículo de mídia alternativa, sindicato, política, editora e por conta própria.

atividades no campo produtivo da Comunicação. Este cenário aponta para um rearranjo das forças produtivas a partir das condições tecnológicas que determinam as novas atividades a serem realizadas de acordo com competências requeridas para sua execução.

Aparentemente estamos falando de um novo tipo de jornalismo ou de uma atividade diferente, não jornalística, e que pode comprometer, inclusive deontologicamente, o exercício e a designação profissional de quem a realiza. É algo para ser esclarecido em futuras pesquisas. Vale perguntar o que muda também nas formas de noticiar frente a esse quadro de transformações de formatos, plataformas, meios e canais ou se haverá uma redefinição dos papéis e das atividades jornalísticas.

As pesquisadoras Figaro e Silva (2020) apresentam um resumo bastante conciso sobre as mudanças no mercado de trabalho e o impacto na área da comunicação:

O mesmo ocorre com os meios de comunicação digitais. Esses meios na atualidade são a forma pela qual se organizam as atividades de trabalho nos mais diferentes ramos de produção: no setor da comunicação, dos transportes, da venda de mercadorias às indústrias de todo tipo de produtos, nas quais as lógicas da informação e da comunicação estão presentes. Esses meios estão para a valorização do capital assim como os meios de transporte foram lembrados por Marx (2011) para tratar dos processos de circulação da mercadoria em menor tempo como aspecto relevante na realização do mais valor (FIGARO e SILVA, 2020, p. 103).

Nessa perspectiva, as autoras ressaltam o elemento central das plataformas: a interação. Esta que propicia uma fonte inesgotável de material a ser transformado em valor de uso e valor de troca. E é aí que a produção de conteúdo se torna um elemento fundamental para que esse engajamento aconteça.

Considera-se assim, a informação como mercadoria de alta relevância para o sistema capitalista. Mas, não apenas isso, quanto mais preparada está a informação, mais fácil é a sua circulação. Desse modo, como ressaltam as autoras, “a informação com maior valor agregado

é aquela já trabalhada, ou seja, minerada e posta para circular. Assim, a informação jornalística é uma mercadoria superior que atrai anunciantes, consumidores e investimentos” (Figaro e SILVA, 2020, p. 106).

Mick (2013) já apontava o interesse de empresas não-jornalísticas em mobilizar os conhecimentos jornalísticos para aplicá-los a inovações no setor. “Esses saberes, antes constituintes de uma profissão com atuação restrita à mídia, passam a ser aplicados com desenvoltura em outros domínios, em paralelo a transformações verificadas nos âmbitos tradicionais do jornalismo” (MICK, 2013, p. 33). Essas inovações, percebe-se hoje, envolvem a geração e administração de conteúdos para plataformas digitais e redes sociais. Sendo esta uma tarefa que cresceu entre o percentual de profissionais que atuam fora da mídia.

## Quem é o jornalista fora da mídia

Com o objetivo de reconhecer qual é o perfil do profissional que se identifica como jornalista e que está atuando na área de comunicação fora da imprensa no Brasil, foram analisados os dados coletados pela pesquisa liderada pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC) e articulada nacionalmente pela Rede de Estudos sobre Trabalho e Profissão (Retij), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

Comparando os resultados atuais com a primeira pesquisa de perfil dos jornalistas brasileiros, realizada em 2012, notamos que há vários dados com índices semelhantes. Mas um ponto que difere é o quadro de atividades realizadas. Embora em ambas as pesquisas a tarefa predominante seja àquela relacionada à assessoria (como o atendimento a demandas da imprensa), em 2021 a segunda atividade mais citada foi a produção de conteúdo voltado para os meios digitais, seguida de atividades como gerenciamento e monitoramento de redes sociais.

Segundo os dados levantados pela pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, 34,9% dos jornalistas brasileiros atuam Fora da Mídia. O número está relativamente perto do quantitativo encontrado em 2012

(40,3%). Ainda em relação à pesquisa anterior, o perfil desses profissionais parece não ter se alterado muito, visto que anteriormente 68,8% dos jornalistas atuando fora da mídia eram mulheres e agora o percentual é de 69,3%. Essas profissionais são majoritariamente jovens: 58,9% delas têm entre 23 e 40 anos e 63% ganham até R\$ 5,5 mil reais, perfil condizente com o resultado geral da pesquisa.

A atividade principal dessas jornalistas é realizada em assessorias de imprensa (43,4%). A atuação acontece principalmente em empresas privadas (48,9%), seguida pelo trabalho no setor público (38,7%). Essas profissionais, em sua grande maioria (86,6%), trabalham sozinhas ou em equipes pequenas de até 10 pessoas (32,3%), sendo que 40% se relacionam no ambiente de trabalho com até 4 outros jornalistas e 14,3% o fazem com até 10 profissionais. Em equipes com até 20 jornalistas estão 6,7% e em times acima dessa quantidade estão outros 6,4% das jornalistas brasileiras.

**Tabela 1. Qual é a sua função?**

<b>Função</b>	<b>Frequência</b>	<b>% válida</b>
Assessor (a) de imprensa/comunicação (atendimento)	350	44,3%
Produtor(a) de conteúdo	144	18,2%
Gestor (a) de área e/ou de comunicação	97	12,3%
Sócia (o) ou sócio (a)-diretor (a)	24	3%
Repórter	21	2,7%
Gestor (a) de conteúdos	19	2,4%
Gerente/monitoramento de redes sociais	18	2,3%
Gerente/coordenador (a) de projetos	16	2%
Marketing digital e/ou Inbound Marketing	15	1,9%
Consultor (a)	14	1,8%
Editor (a)	11	1,4%
Relações Públicas	8	1%
Fotógrafa (o)	4	0,5%
Cinegrafista	1	0,1%
Designer/Diagramador (a)	1	0,1%
Outra. Qual?	47	5,9%
<b>Total respostas válidas</b>	<b>790</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

As jornalistas fora da mídia desempenham, principalmente, três funções: assessoria de imprensa/comunicação (44,3%), produção de conteúdo (18,2%) e gestão da área de comunicação (12,3%). O quadro a seguir demonstra as atividades elencadas pelas profissionais:

Na opção “Outra. Qual?”, a resposta que mais apareceu foi analista de comunicação, além dela, jornalista e algumas variações ou especificações dos tópicos citados. Esses profissionais realizam diversas atividades, dentre as mais citadas estão produção de conteúdo (85,8%), assessoria de imprensa/comunicação (74,1%) com ênfase no atendimento, gestão de conteúdos (53,4%) e monitoramento de redes sociais (52,2%). O quadro 2 demonstra essas atividades e as respectivas porcentagens válidas:

**Tabela 2.** Quais atividades você exerce em um dia normal de trabalho?

<b>Atividades</b>	<b>Frequência</b>	<b>% válida</b>
Produção de conteúdo	350	44,3%
Assessor de imprensa/comunicação (atendimento)	144	18,2%
Gestão de conteúdos	97	12,3%
Monitoramento de redes sociais	412	52,2%
Gestão de área e/ou comunicação	364	46,1%
Reportagem	333	42,2%
Edição	330	41,8%
Fotografia	254	32,2%
Marketing digital e/ou Inbound Marketing	221	28%
Relações Públicas	212	26,8%
Gestão de projetos	181	22,9%
Consultoria	152	19,2%
Design gráfico	131	16,6%
Planejamento de negócios	71	9%
Cinegrafia	58	7,3%
Outra(s). Qual(is)	36	4,6%
<b>Total respostas válidas</b>	<b>790</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração dos autores baseada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Alguns dos tópicos apontados na seção “Outros. Quais?” incluem revisões, clippagem, organização de eventos, edições em geral, roteirização, gestão de equipe e de crise em grande medida associadas à assessoria de imprensa/comunicação.

Devemos ponderar se esses aspectos das novas funções (e da multifuncionalidade) entre as profissões e as atividades, especialmente no que se refere ao jornalismo exercido fora da mídia e às relações públicas, não promovem uma reorganização no que tange às especificidades profissionais, que passam a ser aglutinadas na chamada produção de conteúdo. Podemos estar diante de uma ‘desespecialização’, que ocorre tanto em termos produtivos quanto em termos deontológicos e, ao mesmo tempo, de uma ‘reespecialização técnica’.

Em relação às práticas está sendo moldado um novo conjunto de saberes e de fazeres que não encontra uma denominação já estabelecida no que concebemos como atividade profissional do jornalista. São atividades que vão se organizando, a partir das necessidades do capital, sem encontrar espaço e termos mais precisos para formação dessa nova identidade em cenário de reorganização contínua ditado pelas tecnologias digitais. Como o que se espera é a flexibilidade de adaptação desses profissionais, não interessa a formação original, mas a habilidade de manejar tecnicamente as tecnologias. Por outro lado, note-se que o trabalhador continua a se definir pela identidade profissional estabilizada, sobretudo pelo diploma universitário.

De qualquer forma, o que se apresenta na pesquisa, somado, como já dissemos, a outros dados levantados sobre a profissão e o trabalho do jornalista, nos leva a alguns enfrentamentos necessários, que têm a ver com a própria condição do jornalismo. Moliani (2020) oferece uma contribuição relevante para pensar o trabalho de jornalistas fora da imprensa, especialmente no que se relaciona a agências de comunicação.

Ao analisar pesquisas na área, o autor observa uma predominância do pensamento, tanto na academia quanto em entidades representativas da categoria, de que o jornalista está ligado efetivamente à atividade na imprensa, ou seja, é aquele que trabalha nas redações. Embora, como ele próprio revela, há muitas contradições, silêncios,

brechas não muito exploradas nas pesquisas sobre o tema, deixando um vácuo que é preciso ser preenchido. Basta lembrar que a própria Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), no Manual dos Jornalistas em Assessorias de Comunicação, editado desde 1985, deixava claro que o entendimento da entidade sobre o trabalho de jornalistas em assessorias, era que “o segmento de assessorias está definitivamente consolidado no mercado jornalístico” (FENAJ, *s.d.*, on-line). Na edição do Manual, em 2007, a expressão “mercado jornalístico” foi trocada por “mercado de comunicação”. A entidade, assume que o segmento cresceu muito e que os jornalistas passaram a assumir atividades multimídia, envolvendo um trabalho de comunicação integrada (FENAJ, 2007, on-line).

Assim, a ambiguidade permanece: o que é e o que não é jornalístico? Se é o jornalista que assume tais funções, em sua maioria; se ele mobiliza os conhecimentos jornalísticos, técnicas, instrumentos e práticas, então como definir esse tipo de trabalho? Estas são questões que, como alerta Moliani (2020) precisam ser enfrentadas tanto pela academia quanto pelas entidades representativas. Seria o caso de uma redefinição de papéis, conceitos e funções? De ampliar possibilidades ou formas diferentes de atuação dentro da profissão? Um debate franco e aberto sobre essa problemática se mostra uma emergência para o campo do jornalismo (ZACARIOTTI; NAVA, 2023).

Por fim, cabe pontuar que o contexto aqui discutido a partir dos dados do perfil de jornalistas Fora da Mídia traz também a preocupação com as contradições que a eliminação das fronteiras profissionais suscita. Afinal, as deontologias próprias de cada profissão definem objetivos de trabalho diferentes e se amparam em valores sociais também diversos que, por sua vez, demandam um *ethos* e uma ética próprios. Ou seja, parece que tais deontologias entram em declínio e são substituídas por prescrições definidas pelas plataformas digitais, o que ocasiona rupturas na identidade até então constituída e gera novas questões éticas a serem problematizadas.



## Referência

- ALVES, G. **Trabalho, corpo e subjetividade:** Toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 409-428, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462005000200009&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462005000200009&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 4 jan. 2020.
- BARROS, J.V. **Conglomerados midiáticos regionais:** os meios de comunicação como meios de produção na territorialização do capital. São Paulo: Universidade de São Paulo (SP), 2019.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede:** a era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAPARRO, M.C. Cem anos de assessoria de imprensa. *In:* DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia:** teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHARRON, J; DE BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo.** Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.
- DANTAS, J.B.A. O *ethos*, a identidade e as reflexões deontológicas do jornalista assessor de imprensa no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de Natal-RN. *In: Revista Inter-Legere*, v. 14, n. 14, 8 mai. 2014. Disponível em: Erro! A referência de *hiperlink* não é válida. Acesso em: 5 fev. 2020.
- DUARTE, J. Assessoria de imprensa: o caso brasileiro. *In: Revista Intercom*, v. XXIV, n. 1, jan.-jul. 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/1017/919>. Acesso em: 26 jan. 2018.
- DUARTE, J. Assessoria de Imprensa no Brasil. *In:* DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** São Paulo: Atlas, 2006.
- DURAND, J.P. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. *In:* Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 1, p. 139-158, abr. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000100008&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100008&lng=en&nrm=isso). Acesso em: 4 jan. 2020.
- FENAJ. **Manual dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação Imprensa.** Brasília. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- FIGARO, Roseli; MARQUES, Ana Flávia. A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: o caso das mudanças no jornalismo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020.
- GHINATO, P. **Sistema Toyota de produção:** mais do que simplesmente Just-in-Time. *In:* Production, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 169-189, dec. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65131995000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65131995000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 fev. 2020.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola: São Paulo, 1992.
- KUNSCH, M.M.K. (Org.). **Relações públicas:** história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOPES, B.; VIEIRA, R.F. **Jornalismo e relações públicas: ação e reação**. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

MAFEI, M. **Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARIANO, J. Formação e mercado de trabalho dos jornalistas. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, [s.l.], v. 5, n. 9, 2021. DOI: 10.31657/rcp.v5i9.161. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/161>. Acesso em: 2 ago. 2022.

MOLIANI, João Augusto. **O trabalho em agências de comunicação: processos produtivos e densificação da atividade no jornalismo de rabo preso com o cliente**. nº f. 270. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-02032021-111757/publico/JoaoAugustoMolianiVC.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MICK, J. Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. **Pauta Geral**, v. 2, n. 1, 2015, p. 15-37. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5257521>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis (SC): Insular, 2013

REBECHI, C.N. A racionalização da atividade de trabalho em organizações como princípio gerador das relações públicas no Brasil. *In: Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Málaga-Espanha, 2012, n. 3, v. II. Disponível em: <http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/70/63>. Acesso em: 3 jan. 2020.

REBECHI, C.N. O encontro da comunicação com o trabalho: formas de comunicação na atual forma organizativa do trabalho. *In: Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS, v. 16, n. 31, p. 27-41, mai.-ago. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/35011706/O\\_encontro\\_da\\_comunicação\\_com\\_o\\_trabalho\\_formas\\_de\\_comunicação\\_na\\_atual\\_lógica\\_organizativa\\_do\\_trabalho\\_v.16\\_n.31\\_2015\\_](https://www.academia.edu/35011706/O_encontro_da_comunicação_com_o_trabalho_formas_de_comunicação_na_atual_lógica_organizativa_do_trabalho_v.16_n.31_2015_). Acesso em: 3 jan. 2020.

RUELLAN, D. Um ser profissional ou como percebê-lo. *In: Brazilian Journalism Research*, Florianópolis (SC), v. 13, n. 1, p. 6-19, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/978/880>. Acesso em: 3 jan. 2020.

SILVA, L. M. Trabalho: o desafio democrático. *In: Tempo soc.*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 37-70, out. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702002000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702002000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 fev. 2020.

ZACARIOTTI, Marluce; NAVA, Mariane. Jornalistas fora da mídia: um recorte da pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro. *In: XXII Enejor – Anais Abej*, Manaus, 2023. Disponível em: <https://abejor.org.br/eventos-anteriores/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

# CULTURA PROFISSIONAL: OUTRAS PERSPECTIVAS A PARTIR DA ATUAÇÃO DE JORNALISTAS EM INICIATIVAS DE JORNALISMO INDEPENDENTE

*Edgard Patrício*

*Universidade Federal do Ceará*

*Luan Matheus Santana*

*Universidade Federal do Ceará*

O jornalismo passa por crises. Quando aproximamos o sentido de crise à acepção de transformação, melhor dizer que o jornalismo sempre viveu em crises, em transformações. E dada a sua inter-relação com a dinâmica social, teria como ser diferente? A realidade designa a matéria-prima por excelência do jornalismo. Ele, ao mesmo tempo, constitui e é constituinte da realidade. É impensável se imaginar que mudanças que venham a sofrer essa realidade não possam interferir no jornalismo. O jornalismo passa por mudanças. E, é bem provável, que elas não cessem por aqui.

Embora possamos identificar essa ou aquela modificação pela qual passou o jornalismo, de forma isolada, talvez a melhor estratégia seja perceber essas transformações na perspectiva de movimentos que possam estabelecer um fio articulador a esses momentos, antevendo-se a possibilidade de um nexos causal que venha a dar numa dimensão qualitativa dessas alterações. A intensificação das trocas sociais no ambiente virtual certamente poderia ser identificada como um desses momentos, que transformam a realidade, e que mudam o jornalismo. Nesse âmbito, as redes sociais digitais ganham destaque.

Com a possibilidade das trocas no ambiente virtual, ocorreu uma intensificação da percepção de narrativas sobre o real. Uma

diversificação de perspectivas. Antes ancorado em meios analógicos isolacionistas, ao jornalismo era dado o reconhecimento de uma das principais instituições de mediação em torno da informação sobre a realidade. As redes sociais digitais vieram balançar esse quase monopólio da fala. Diferentes narrativas sobre o real passaram a ser percebidas e a se somar à narrativa construída pelo jornalismo. E ficou mais fácil, por esse cruzamento de versões, identificar os interesses envolvidos em sua construção.

Algumas dessas versões de narrativas sobre a realidade são tomadas para si por iniciativas de jornalismo dito independente. A princípio, o acesso aos meios tecnológicos, para que se estabelecesse a divergência, não era mais um obstáculo, como fora ao longo das experiências de jornalismo que, historicamente, teimavam em propor outra percepção e outra discursividade sobre o real. Com uma crítica ao monopólio dos meios vinculados ao jornalismo *mainstream*, o jornalismo independente encontra na infraestrutura de produção e tráfego de informação das *bigtechs* a possibilidade de confrontar a monotonia do conhecimento sobre o real.

Mas há algumas novidades nesse processo, em mais uma onda de iniciativas de jornalismo independente. A crítica sobre os interesses envolvidos na produção do jornalismo *mainstream* segue lá. Mas, a reestruturação do acesso ao ensino superior público, nos anos 2000, fez com que uma década depois saíssem de nossos cursos de jornalismo profissionais vinculados a espaços periféricos, atrelados que foram a políticas das cotas sociais nas universidades públicas. O jornalismo independente produzido por esses profissionais passa a chamar atenção para as periferias, e para além da versão ‘espreme que sai sangue’ do jornalismo *mainstream*.

Esse outro olhar periférico do jornalismo independente traz a realidade das margens, das bordas, das quebradas, mas sob a perspectiva de quem vive esse real. A mais nova face do jornalismo independente traz marcas fortes de territorialidades e identidades. Que repercussões essas marcas impingem à produção jornalística? Essas iniciativas estariam praticando ‘outro’ jornalismo? Quais elementos de diferenciação poderiam ser observados nesse ‘outro’ jornalismo, que busca

se contrapor ao jornalismo *mainstream*? Certamente essas outras práticas, e suas percepções e apropriações diferenciadas da produção jornalística, repercutem na cultura profissional de quem está na atividade.

Esse artigo busca perceber quais as possíveis repercussões que a atuação de profissionais jornalistas em iniciativas de jornalismo independente traz para a cultura profissional do campo. Baseia sua argumentação na pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, que pela primeira vez incluiu em uma de suas dimensões de análise o ambiente de trabalho ‘Iniciativas de jornalismo independente’.

## O jornalismo independente no Brasil

Desde o primeiro jornal que circulou em solo nacional, ainda no final de 1808, e que historicamente marca o início da imprensa oficial no Brasil (SODRÉ, 1996), as perspectivas contra-hegemônicas já demarcavam um terreno de contraposição ao que, futuramente, viria a se constituir como jornalismo hegemônico/convencional. Mesmo com as limitações e restrições às liberdades instauradas no período colonial e pós-colonial, não foram poucas as iniciativas de jornalismo que fugiram à linha dos governos, muito embora, segundo Bronosky e Carvalho (2017), a maior parte deles acabou desaparecendo ou foi tomada pelas forças militares/coloniais, como aconteceu no Rio de Janeiro, em 1822, com o fechamento do jornal *O Espelho*, que circulou com posicionamentos críticos e pró-independência, pelas forças militares (SODRÉ, 1996).

Essas iniciativas tiveram um papel importante na luta pela independência do Brasil frente à Coroa Portuguesa. Mas, ao contrário do que se pensava, isso não foi suficiente para conformar uma imprensa livre no país. Os primeiros 30 anos após o dia 7 de setembro de 1822 foram marcados ainda por censuras e perseguições aos veículos que se contrapunham, de algum modo, aos governos instalados. Apesar disso, foi um contexto marcado pelo surgimento de inúmeras iniciativas alternativas de jornalismo. O fim da censura enquanto regime jurídico (uma vez que, enquanto mecanismo político e econômico, ela segue tolhendo e minando diversas iniciativas) deu início a um período fértil

para o surgimento de jornais alternativos, comunitários e étnicos que tentaram demarcar uma posição crítica ao *status quo*.

Entre avanços e retrocessos, a história da imprensa independente e alternativa no Brasil é marcada, por um lado, pela resistência e, por outro, pela repressão. No início do século passado, as iniciativas que se opuseram aos governos foram perseguidas, sobretudo após o Golpe de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência e tratou de financiar jornais que o apoiavam e de reprimir aqueles que se colocavam contrários ao seu governo, tendo como principal agente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (BRONOSKY, CARVALHO, 2017). Na ditadura militar, após o golpe de 1964, não foi diferente (Idem).

Entre 1964 e 1980, Kucinski (2003) estimou que mais de 150 periódicos de oposição intransigentes ao regime militar surgiram e foram fechados em seguida. Esse foi um regime caracterizado, sobretudo, “pela limitação da pluralidade de opiniões, o jornalismo declaratório, o oficialismo, a complacência com governos elitistas, enfim, as restrições do direito à informação” (BRONOSKY, CARVALHO, 2017, p. 30).

Os contextos de repressão e censura, mais do que eliminar necessariamente, foram em muitos momentos pólvoras para grandes explosões sociais. A ditadura militar no Brasil, por exemplo, marca um dos momentos de maior efervescência do jornalismo independente e alternativo. Da mesma forma, em contexto mais recentes, a crise econômica mundial iniciada em 2008 e as aplicações dos planos e pacotes de austeridade em diversos países do mundo levaram muitos jovens às ruas. Com a tecnologia nas mãos, as ferramentas de lutas e mobilizações ganharam as redes hiperconectadas ao redor do globo.

Foi assim na Primavera Árabe, em 2011, que abriu caminhos para as grandes mobilizações digitais. Mas também foi assim na Espanha (Movimento 15 de Maio e Los Indignados) em 2011, no México (Yo Soy 132) em 2012 e no Brasil (Jornadas de Junho) em 2013. Para Peruzzo (2013), esse contexto traz um novo sentido às produções de conteúdos alternativos, desde os formatos até os atores sociais envolvidos, mas guardam sentido já presentes em iniciativas semelhantes, que emergiram em outros contextos históricos, como o caráter contra-hegemônico.

Esse processo evidencia que “há outra comunicação em curso que vem fazendo a diferença há anos, mas que agora ganha novas formas de expressão e capacidade de democratizar conteúdos por meio do empoderamento das tecnologias” (PERUZZO, 2013, p. 91). Um processo que só é possível de se fazer concreto a partir da junção de diversos aspectos. Aqui, destacamos dois: por um lado, pelo aprofundamento da crise econômica e pela manutenção dos privilégios e riquezas nas mãos das elites políticas e econômicas, que joga ainda mais para as margens os setores mais empobrecidos da sociedade; por outro, a profissionalização desses setores, oriundos principalmente, do acesso à universidade pelo sistema de cotas sociais e raciais, iniciadas em 2009, na rasteira de políticas anteriores, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies/2001), o Programa Universidade Para Todos (Prouni/2004) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni/2007).

Dessa forma, fez-se viável a construção de novas ferramentas de contraposição às lógicas hegemônicas da comunicação, criando um movimento que a Agência Pública chamou de “momento de ruptura e renascimento” para o jornalismo. O Mapa da Mídia Independente, realizado pela APública, reúne mais de 200 iniciativas catalogadas de modo colaborativo. O Mapa é centrado em iniciativas nativas digitais, que são frutos de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (APÚBLICA, 2016).

Em outra frente, o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP) foi em busca das iniciativas de “arranjos de mídia alternativa” na Grande São Paulo, identificando 70 veículos de comunicação alternativa apenas nessa região (FIGARO, NONATO, PACHIFILHO, 2018). Em articulação com o CPCT, o grupo de pesquisa PráxisJor – Práxis no Jornalismo (PPGCOM/UFC) propõe adaptar uma pesquisa iniciada em 2017 como forma de complementação regional da pesquisa dos arranjos alternativos. A pesquisa identificou 63 iniciativas de jornalismo independente atuantes no Ceará. Em Pernambuco, a Marco Zero Conteúdo desenvolveu um Mapa da Mídia Independente e Popular<sup>1</sup>, lançado em abril de 2022 com 42 coletivos, na capital e in-

---

1 Disponível em: <https://mapadamidiape.marcozero.org/>. Acesso em: 15 set. 2023.

terior do estado. O Mapa identificou iniciativas formadas majoritariamente por pessoas jovens, periféricas, mulheres negras que praticam uma comunicação posicionada, antirracista, contra a homofobia e a transfobia e os preconceitos de classe, boa parte delas surgidas nesse contexto das Jornadas de Junho.

Esses mapeamentos evidenciam o cenário de expansão das iniciativas independentes e uma mudança de rota acerca dos sujeitos envolvidos nos processos. Ao emergirem como frentes possíveis de atuação profissional no jornalismo, essas iniciativas apresentam à cena pública outros sujeitos protagonistas das narrativas jornalísticas (quer sejam eles produtores ou fontes dos conteúdos) que, via de regra, não estão tão presentes nos processos produtivos do jornalismo *mainstream*. A esse processo, de assumir para si a narrativa das suas próprias histórias, Santana (2021) chamou de espaços de Re-existência Digital. Ou seja, espaços onde os povos empobrecidos e subalternizados criam seus próprios mecanismos de comunicação e informação, passando a oferecer uma nova perspectiva da história e dos fatos.

Embora não seja possível afirmar com convicção que esse é o momento de maior efervescência do jornalismo independente e alternativo na história, acreditamos não restar dúvidas que estamos vivenciando um contexto de grandes e profundas transformações, aberto nas Jornadas de Junho e ainda em curso. Exatamente por isso, muitas questões ainda necessitam de um maior aprofundamento, para sua compreensão. Batista e Patrício (2020, p. 227) acreditam que “antes de saber qual a percepção das iniciativas de jornalismo independente sobre a própria profissão, parece ser importante perceber qual a compreensão dessas iniciativas da própria noção de independência”.

## **Jornalismo independente: um conceito difuso**

Assim como na luta pela independência do Brasil, a imprensa independente e alternativa teve um papel muito importante para o fim da ditadura militar, período onde começam a emergir, sobretudo a partir da década de 1970, diversas experiências, no seio dos movimentos



sociais, comunidades eclesíásticas e setores oprimidos e subalternizados da sociedade, clamando por uma outra independência.

Nota-se, portanto, que o termo independência, quer seja no período colonial ou nos dias de hoje, assume para essas iniciativas um caráter político, a busca pelo exercício livre de uma profissão que historicamente foi atacada e censurada pelos órgãos de poder e pelas elites econômicas dominantes. No seio dessas transformações, diversos formatos de jornalismo foram gestados, experimentados, consolidados ou, mesmo, esquecidos.

As Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, levaram para as ruas do país inteiro milhares de pessoas, indignadas por diversas questões políticas e sociais que, em comum, pleiteavam por mudanças. Nesse ambiente foram gestadas inúmeras iniciativas de jornalismo totalmente desvinculadas de grandes empresas.

É partindo desses aspectos que Lima (2013) vai traçar uma conceituação ao termo Jornalismo Independente, como sendo um exercício profissional sem vínculos econômicos ou políticos-editoriais com grandes empresas e, via de regra, se colocam em contraposição à mídia hegemônica convencional. Neste trabalho, concordamos com Lima (2009, *s.p.*), quando destaca que “na expressão ‘jornalismo independente’, o adjetivo ‘independente’ significa ‘livre de qualquer sujeição, autônomo’”.

Ao passo que tomamos Lima (2009) como referência, abrimos também parênteses a fim de aprofundar nossa compreensão, para que assim, possamos ter mais certeza sobre quais tipos de iniciativas estamos lidando. Mas, o que as iniciativas ditas de jornalismo independente compreendem sobre o termo? Esse questionamento parte de uma conclusão de que esses meios “não conseguem explicitar, em seu próprio discurso, qual vinculação teriam com essa pretensa ‘independência’” (BATISTA; PATRÍCIO, 2020, p. 227). São independentes a quê e de que forma?

As incongruências deste conceito levaram a compreensões distintas sobre o mesmo. Gosch (2021), por exemplo, investigou esse cenário e, em sua coleta e análise de literatura sobre Jornalismo Independente, não conseguiu associar seu conceito ao de jornalismo popular ou comunitário, por exemplo. Esses conceitos, para ela, embora tragam muitas similaridades, apresentam perspectivas diferentes. “O conceito

de jornalismo independente trouxe certa preocupação financeira, com discussões envolvendo modelo de negócios, fontes de receita, sustentabilidade, inovação, novas e diferentes práticas de produção” (GOSCH, 2021, p. 65).

Ou seja, para ela, ao que parece, o jornalismo independente está mais ligado à liberdade editorial, o que não significa, necessariamente, uma postura ativista ou radical por parte do veículo noticioso (GOSCH, 2021). Embora as questões apresentadas por Gosch (2021) sejam parte importante do escopo daquilo que se compreende como jornalismo independente, há outras dimensões que podem nos levar a outras percepções, como nos apresentam Batista e Patrício (2020) a partir da compreensão das próprias iniciativas sobre o termo independência. Foram analisadas 11 iniciativas, das quais nove apresentaram uma relação direta com o termo jornalismo independente, mas em diferentes dimensões, a saber:

1. sustentabilidade financeira e financiamento da produção;
2. origem e tratamento dos dados utilizados para a produção das matérias; uso de dados públicos como matéria-prima;
3. contraponto com a mídia ‘convencional’;
4. contraponto estabelecido entre o ‘centro’ e a ‘periferia’;
5. relacionado à produção jornalística;
6. produção de informação contra-hegemônica.

Fazemos aqui um diálogo com Peruzzo (2009), no sentido de compreender que os conceitos de comunicação popular, alternativa, comunitária, dialógica, radical etc. podem, até certa medida, se confundirem, justamente por apresentarem um objetivo central muito semelhante, assim como seus produtos e estratégias. No fundo, trata-se de um tipo de comunicação que se constitui em dinâmicas voltadas à mudança social, ampliação da cidadania (PERUZZO, 2009).

Portanto, ser independente econômica e politicamente nos parece ser preceito base de diversas iniciativas de jornalismo que atuam nos mais diversos campos da comunicação, quer sejam vinculadas ao jornalismo investigativo ou de nicho, quer sejam vinculadas às comunidades, aos movimentos sociais, às periferias ou mesmo às comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Ser independente, todavia, não quer dizer

ser imparcial ou cair nos mitos da objetividade jornalística (MORAES; SILVA, 2021). Ser independente é ter a autonomia necessária para negar regras estabelecidas hegemonicamente, que regem não apenas as estruturas políticas e econômicas, mas o próprio modo de fazer jornalismo.

Enquanto preceitos epistemológicos, ainda na discussão sobre o conceito de ‘jornalismo independente’, e levando-se em consideração as iniciativas de jornalismo que sustentam, sob diferentes percepções, essa orientação, nos alinhamos à Rovida (2020, p. 33), quando, ao discutir os elementos metodológicos na pesquisa com esses coletivos, aponta que não “faz sentido manter um alinhamento estanque de processos e procedimentos diante de uma produção instável, diversificada e que contempla possibilidades de entendimento ainda desconhecidos justamente pelo fato de ser fruto de atividade humana”.

Essa compreensão, de orientação metodológica, pode ser tomada, defendemos, também no âmbito teórico, quando tratamos de categorizações e conceitos. Para Rovida (2020, p. 141), seria “impossível indicar um padrão rigorosamente definido para o jornalismo das periferias”, porquanto “os grupos observados na pesquisa indicam uma pluralidade em vários aspectos observados e discutidos”. Cremilda Medina, no posfácio à publicação de Rovida (2020), tende a reforçar esse posicionamento: “Entre as virtudes de seu trabalho, Mara, encontro a busca de noções que substituam conceitos congelados” (ROVIDA, 2020, p. 164, grifo no original). E arremata: “Plurais, complexos e permeados de nuances que escapam às rígidas classificações, assim poderíamos entender os fenômenos sociais (comunicacionais), mas o olhar distanciado parece persistentemente turvo” (ROVIDA, 2020, p. 165).

## **Jornalismo independente e cultura profissional do jornalismo**

O plano amostral do *Perfil do Jornalista Brasileiro* é formado por 3.100 respostas. O questionário aplicado distinguia três grupos possíveis de respondentes: i) profissionais atuantes na mídia, ii) profissionais fora da mídia e iii) profissionais docentes. Cada um dos grupos respondia a questões comuns e também direcionadas

a seu perfil. Especificamente para os profissionais atuantes na mídia (1.314 respondentes do plano amostral), um dos questionamentos indagava qual a natureza da organização para a qual trabalhava (Tabela 1). É a partir daí que se pode aquilatar a representatividade de cada ambiente de trabalho.

**Tabela 1.** Natureza da organização para qual a(o) profissional atuante na mídia trabalha

Natureza da organização	Respondentes	%
Empresa privada com atuação internacional	136	10,4%
Empresa privada com atuação nacional	447	34%
Empresa privada com atuação regional	221	16,8%
Empresa privada com atuação local	95	7,2%
Iniciativa de jornalismo independente internacional	10	0,8%
Iniciativa de jornalismo independente nacional	77	5,9%
Iniciativa de jornalismo independente regional	22	1,7%
Iniciativa de jornalismo independente local	27	2,1%
Instituição pública	180	13,7%
Instituição do terceiro setor (ONGs, Oscips, fundações etc.)	70	5,3%
Outra. Qual?	29	2,2%
<b>Total</b>	<b>1.314</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pelos autores, a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

Profissionais atuantes em iniciativas de jornalismo independente totalizam 136 respondentes (10,5%). Ou seja, cerca de um em cada dez profissionais jornalistas atuantes na mídia no Brasil têm trabalho no jornalismo independente. O nível de evolução desses números não pode ser avaliado, uma vez que a primeira rodada da pesquisa, realizada em 2012 (MICK; LIMA, 2013), não trazia esse ambiente de trabalho como opção de resposta.

Além do perfil mais amplo da organização, buscou-se saber o alcance da atuação das iniciativas jornalísticas. Tomando-se por base apenas as respostas vinculadas às iniciativas de jornalismo independente, a maioria possui atuação nacional (56,6%), seguidas por aquelas com atuação local (19,8%), regional (16,1%) e internacional (7,1%).

A prevalência das organizações nacionais pode estar vinculado à tentativa de superação de um gargalo que atinge, em maior ou menor grau, a atuação do próprio jornalismo, relacionado à sustentabilidade financeira, e que afeta, mais ainda, pelo seu caráter contestatório, o jornalismo independente. Organizações nacionais de jornalismo independente conseguem articular patrocinadores também com atuação nacional, beneficiando-se do maior poder de investimento destes. Organizações de jornalismo independente locais, além de não contarem com essa perspectiva, podem ser mais visadas, a partir de sua ação combativa de pautas de proximidade, dificultando a captação de recursos. A experiência, e possível tendência, da formação de associações de organizações de jornalismo independente locais/regionais em redes para o desenvolvimento de ações coletivas nacionais, como é o caso da Associação de Jornalismo Digital (Ajour), pode levar a um fortalecimento maior ainda da representatividade das organizações de jornalismo independente de atuação nacional.

Ainda sobre as pautas de proximidade, e o possível aspecto mais contestatório do conteúdo produzido pelo jornalismo independente, será que por propor um jornalismo mais investigativo, posicionado, profissionais do jornalismo independente sofrem mais violência em seu trabalho? A discussão se mostra relevante, frente à onda de ataques que jornalistas vêm sofrendo ao redor do mundo. A pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* indagou à(o)s jornalistas sobre a ocorrência de ataques ou ameaças virtuais devido a seu trabalho. Respondentes que se colocaram como praticantes do jornalismo independente indicaram uma divisão de opiniões, sendo que 48,3% afirmaram que ‘sim’ e 51,7% indicaram que ‘não’. Quando comparados aos dados gerais da pesquisa (que incluem a(o)s respondentes dos três perfis de profissionais – atuantes na mídia, fora da mídia e docentes), os números apresentam considerável discrepância. No conjunto total de respondentes, apenas 29,1% responderam que sim, enquanto 70,9% responderam que não.

Alguns fatores podem justificar certo nível de enviesamento desses resultados, sem retirar o caráter de sua validade. As plataformas digitais resultaram em infraestruturas privilegiadas de disseminação da informação por parte das iniciativas de jornalismo independente,

em razão da acessibilidade pelo baixo custo. Maior exposição no ambiente virtual, maior nível de ameaças. Ao mesmo tempo, o tipo de trabalho realizado pela(o) profissional jornalista pode condicionar o nível de risco de ameaça virtual que pode sofrer. Quando consideramos, por exemplo, o perfil profissional vinculado ao trabalho docente, certamente esse risco se apresenta de menor monta – uma desagregação dos dados da pesquisa, que venha a isolar os resultados de ameaças auferidos especificamente por profissionais atuantes na mídia convencional poderia certificar os resultados apresentados quando tomamos apenas o jornalismo independente em relação aos dados gerais.

Outro elemento que poderia indicar uma diferenciação entre o tipo de jornalismo praticado pela(o)s profissionais do jornalismo independente em relação ao jornalismo convencional seria dado pela averiguação da satisfação com a linha editorial da organização para a qual trabalha. Vinculada a interesses políticos e comerciais, a linha editorial de veículos de jornalismo *mainstream* tende a ser percebida pela(o)s jornalistas com insatisfação. Por ser vinculado a um jornalismo de causas, o jornalismo independente incorporaria uma orientação em sua linha editorial mais próxima da dimensão da responsabilidade social invocada pela profissão, o que agradaria à(o)s jornalistas.

Dados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* apontam que 87% da(o)s profissionais atuantes no jornalismo independente estão ‘muito satisfeita(o)s’ ou ‘satisfeita(o)s’ com a linha editorial de suas organizações. Na outra ponta, apenas 2,6% se consideram ‘insatisfeita(o)s’, e nenhum(a) ‘muito insatisfeita(o)’. Quando tomados os dados gerais da pesquisa, o percentual de ‘muito satisfeita(o)s’ ou ‘satisfeita(o)s’ cai para 63,6%, enquanto o de ‘insatisfeita(o)s’ mais que triplica, passando a 9% – ainda aparecem 4,5% de ‘muito insatisfeita(o)s’. Outro dado da pesquisa fortalece essa percepção. Quando inquerida(o)s sobre o nível de satisfação com os princípios e valores da organização, que costumam condicionar, no caso do jornalismo, a linha editorial praticada, jornalistas independentes que se dizem ‘muito satisfeita(o)s’ ou ‘satisfeita(o)s’ totalizam 76,7%, enquanto que 2,6% demonstram estarem ‘insatisfeita(o)s’. Retornando aos dados gerais da pesquisa, o rol de jornalistas que se consideram ‘muito satisfeita(o)s’ ou ‘satisfeitas(o)s’

com os princípios e valores da organização em que trabalham alcança somente 57,3%, ‘insatisfeita(o)s’ mais que quadruplicam, chegando a 10,9%; e ‘muito insatisfeita(o)s’ alcançam 6,1%.

Na tentativa de minimizar possíveis vieses desse conjunto de dados que dizem da (in)satisfação da(o)s profissionais jornalistas com seu trabalho e sua organização, explicitamos como ela(e)s percebem o que poderíamos denominar de ‘nível de democracia em seu ambiente laboral’. Trazemos um elemento, identificado pela pesquisa, que pode servir de parâmetro inicial para mensuração do indicador. Quando colocada(o) à presença da frase ‘não tenho liberdade para expressar opiniões/pensamento’, a(o)s profissionais das iniciativas de jornalismo independente reagem com ‘discordo totalmente’ ou ‘discordo parcialmente’ em 65,1% dos casos. Na outra ponta, a(o)s que ‘concordam plenamente’ ou ‘concordam parcialmente’ chegam a 16,9%. Tomando-se os dados gerais da pesquisa, que incluem os três perfis de respondentes, quem ‘discorda plenamente’ ou ‘discorda parcialmente’ totaliza 57,8%; no outro espectro, de quem ‘concorda plenamente’ ou ‘concorda parcialmente’, chega-se a 22%. O constrangimento em se saber desvalorizada(o) no processo de tomada de decisões na organização pode ter influenciado os percentuais, que mesmo assim demonstram uma discrepância de cerca de 20%, em relação à(o)s discordantes, e 40% na concordância. Mesmo assim, as respostas deixam um sinal de alerta para as gestões das organizações de iniciativas de jornalismo independente, que propugnam relações mais horizontalizadas de trabalho.

Relacionados diretamente ao tipo de jornalismo praticado, os princípios da produção jornalística a partir da percepção do Código de Ética da(o) Jornalista podem ser elementos determinantes da diferenciação. Tomamos por base princípios que poderiam caracterizar um jornalismo posicionado ou de causas, que determina o jornalismo independente. Indagou-se à(o)s jornalistas que valores seriam necessários para se trabalhar com ética. Trazemos apenas as respostas vinculadas àquela(e)s que consideram o valor ‘extremamente importante’ (Tabela 2).

**Tabela 2.** Valores necessários para se trabalhar com ética

Valor jornalístico	Iniciativas de jornalismo independente	Dados gerais da pesquisa
Diversidade	75,3%	71,4%
Equilíbrio	65,5%	65%
Imparcialidade	40,9%	46%
Justiça	84,3%	79%
Liberdade	85,4%	84,4%
Objetividade	57,3%	61%
Pluralidade	79,8%	72,8%
Transparência	88,6%	86,3%
Verdade	92,1%	91,6%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores, a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

A análise dos dados sugere não existir uma diferenciação acachapante entre as percepções dos valores envolvidos com a ética, no processo de produção jornalística, entre a(o)s profissionais vinculados estritamente às iniciativas de jornalismo independente e àquela(e)s que, em sentido amplo, estão alocada(o)s nos três perfis de respondentes da pesquisa – atuantes na mídia, fora da mídia e docentes. Os percentuais das respostas em relação aos valores ‘verdade’ e ‘liberdade’ chegam a ser desconcertantemente próximos. As diferenças de respostas vinculadas aos valores ‘pluralidade’ e ‘diversidade’ não chegam a extrapolar a ‘margem de erro’ da pesquisa. Mas, o que dizer das aproximações de percepções para os valores ‘objetividade’ e ‘imparcialidade’, que figuram como mantras nas bocas da(o)s arautos do jornalismo *mainstream*, ou, como gostam de enfatizar, do jornalismo ‘profissional’? Como a(o)s profissionais ‘ativistas’ de um jornalismo posicionado, orientado a causas, independente, conseguiram cair nessa ‘esparrela’?

Fundamentalmente, o viés de interpretação desses dados pode ser causado por uma deficiência da pesquisa, ou, melhor dizendo, da necessidade de um seu detalhamento, em rodadas posteriores. Observe-se que a pergunta do *survey*, relacionada a essa discussão, dá conta de ‘Considerando o que é necessário para exercer jornalismo com ética, indique qual o grau de importância que você atribui a cada um dos valores abaixo.’



Na realidade, a pergunta se situa na esfera da ‘necessidade’, e não da ‘aplicabilidade’. Não se questiona se a(o) profissional intenciona e consegue produzir um jornalismo eivado ou não de objetividade, mas sim se ela(e) ‘considera’, em sua compreensão, a necessidade desse valor está imbricado ao resultado da produção jornalística. A condição de ‘aplicabilidade’ poderia estabelecer diferenciações mais evidentes entre a(o)s profissionais, quando contrastada(o)s entre a(o)s que têm vinculação com iniciativas de jornalismo independente e a(o)s que não se vinculam, indicando as limitações do jornalismo convencional, os interesses envolvidos na propositura de sua linha editorial, a estrutura de gestão imanente a esse modelo de jornalismo e, sobremaneira, a clarividência de que outro tipo de jornalismo é possível e, quem sabe, necessário.

## Considerações finais

O material empírico analisado neste artigo compõe uma extensa base de dados da pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* capaz de oferecer diferentes reflexões acerca da atuação profissional e percepção dos jornalistas que atuam no Jornalismo Independente.

O estudo reforça a perspectiva de crescimento das iniciativas de Jornalismo Independente (aqui contextualizadas a partir das mobilizações de 2013, da profissionalização e acesso ao conhecimento dos setores mais empobrecidos da sociedade e da facilidade de acesso às Tecnologias da Comunicação e Informação) na medida em que demonstra uma grande quantidade de profissionais vinculados a essas iniciativas nos mais diferentes níveis, configurando portanto um importante segmento de trabalho e atuação da(o)s profissionais de jornalismo.

Por outro lado, se a história dá conta de evidenciar uma forte relação dessas iniciativas com uma postura contestadora e, em maior ou menor grau, contra-hegemônica, as percepções dos jornalistas que atuam nessas iniciativas abrem ainda muitas brechas a serem investigadas e aprofundadas, a exemplo da percepção da ética profissional e as relações estabelecidas com a “objetividade” e “imparcialidade”, que historicamente têm sido rejeitadas por setores que atuam nesse segmento.

Isso nos leva a pensar sobre o próprio conceito de Jornalismo Independente, neste artigo apresentado em uma perspectiva mais ampla e reconhecendo seu caráter difuso. Conceito este que parece se estabelecer em um terreno movediço, que por um lado se associa às perspectivas contra-hegemônicas e, por outro, a uma percepção de jornalismo *mainstream*.

Todavia, a pluralidade de formas, atuação e modelos nos parece ser o elemento mais relevante nesse contexto que, longe de impor ao jornalismo independente uma percepção padronizada das suas iniciativas e organizações de trabalho, nos apresentam caminhos múltiplos, em que o caráter crítico é evidente e a independência parece estar cada vez mais relacionado às questões econômicas e editoriais. Caminhos que também convergem em um ambiente de trabalho mais harmonioso e equilibrado, como se pode observar nos dados que tratam do nível de satisfação e de democracia nos locais de trabalho, elementos que vamos explorar em nossos próximos diálogos.

## Referências

- AGÊNCIA APÚBLICA. (2016). *O mapa do jornalismo independente*. <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>.
- BATISTA, R., PATRÍCIO, E. (2020). Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. *Extraprensa – Cultura e Comunicação na América-Latina*. V13, n2. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.153326>.
- Bronosky, M., Carvalho, G. (2017). Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. *Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*. p.21-39. <https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGera.v4i.1.00010011>.
- Figaro, R., Nonato, C., Paichi-filho, F. (2018). Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. *LÍBERO – Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero*. a. XXI. n. 41. ISSN 2525-3166. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/956>.
- Gosh, R. M. (2021). O conceito de jornalismo independente no contexto dos nativos digitais brasileiros. *Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis*. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223837>.
- Kucinski, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Lima, V. (2013). *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação*. In: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, p. 89-94. ISBN:9788575593417.

- Lima, V. (2010, march 30). O poder da mídia tradicional. *Observatório da Imprensa*. <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-poder-damidia-tradicional>.
- Moraes, Fabiana. (2020, may 19). Fabiana Moraes: “Toda prática jornalística é posicionada e ideológica”. [Entrevista concedida a *Dairan Paul*]. *Objethos – observatório da ética jornalística*. <https://objethos.wordpress.com/2020/05/19/fabiana-moraes-toda-pratica-jornalistica-e-posicionada-e-ideologica>.
- Peruzzo, C. (2009). Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, n. 17, jun. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-ISSN: 1982-2553. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108/1247>.
- Peruzzo, C. (2013). Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. *Matrizes*. a. 7, n. 2, jul./dez. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i2p73-93>.
- Rodrigues da Costa, R., Beserra de Araújo, M.C., Batista de Lima, R.C. (2020). Apontamentos para um perfil dos arranjos alternativos de jornalismo no Ceará. *Cambiassu: Estudos Em Comunicação*, 15 (25), 135-150. ISSN 2176-5111. <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/13945>
- Rovida, Mara. (2020). *Jornalismo das periferias: o diálogo social solidário nas bordas urbanas*. Curitiba: CRV.
- Santana, L.M. (2021). Direito Humano à Comunicação e Re-Existência Digital: um olhar decolonial sobre webjornalismo alternativo do Piauí. *Universidade Federal do Piauí*. [https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt\\_BR&id=369](https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=369).
- Sodré, N.W. *A história da Imprensa no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

# O PERFIL DOS JORNALISTAS QUE ATUAM NO EXTERIOR

Pedro Aguiar  
Universidade Federal Fluminense

O jornalismo brasileiro começou com um profissional trabalhando no exterior: entre 1808 e 1822, Hipólito José da Costa editou o *Correio Braziliense* de seu autoimposto exílio em Londres. Na guerra do Paraguai (1864-1870), o gaúcho José Cândido Gomes esteve no front e na Assunção ocupada, escrevendo para o *Jornal do Commercio* carioca, assim como seu conterrâneo Izidoro Paulo de Oliveira, tipógrafo, jornalista e alistado como combatente (KUHN, 2005).

Segundo Barros (1978, p. 71), o primeiro correspondente internacional brasileiro fixo no exterior teria sido José Carlos Rodrigues, fluminense de Cantagalo emigrado para Nova York em 1867 e que passou a escrever para o *Diário Oficial* do império (na época, o órgão continha material jornalístico além de publicar atos administrativos). De 1869 a 1882, Rodrigues foi correspondente do *Jornal do Commercio* do Rio em Nova Iorque, e depois exerceu a mesma função em Londres entre 1882 e 1890, quando comprou o jornal e voltou para o Brasil. Enquanto esteve nos Estados Unidos, editou e publicou de 1870 a 1879 a revista mensal *Novo Mundo*, escrita em português e remetida para o Brasil por navio. Cobria os sucessos da indústria norte-americana para o público brasileiro (SANDRONI, 2007, p. 188-193) e, com crescente frequência, passou colaborar em inglês para alguns dos maiores jornais dos EUA e do Reino Unido na época.

Em Nova York, o jornalista brasileiro passa a trabalhar no *The New York World* e, como seu enviado, vai ao Panamá, em 1879, fazer reportagens sobre a Companhia do Canal e os projetos de Ferdinand de Lesseps para ligar o Atlântico ao Pacífico. (...) Em 1883, transfere-se para Londres, onde passa a colaborar no *The Times* e no *Financial Times*, até 1890, quando regressa ao Brasil e adquire o *Jornal do Commercio*, tornando-se seu diretor. Sob a sua direção o jornal dá ainda maior destaque ao noticiário internacional e vive a sua época de maior prestígio (1890/1915) (BARROS, 1978, p. 71-72).

Ao longo do século XIX, diversos próceres da nossa imprensa trabalharam fora do país, como Frederico José de Santa-Anna Nery para o mesmo *Jornal do Commercio* na convulsionada Paris de 1871; Joaquim Nabuco em seu tempo de correspondente para o *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *Jornal do Brasil* (várias fases entre 1882 e 1891); Alfredo Bastos em Montevidéu e Buenos Aires de 1881 a 1883 também pelo *Jornal do Commercio*, para o qual também escreveu Rui Barbosa em Londres de 1894 a 1895 (MOLINA, 2016; SILVA, 2011, p. 28). No início do século XX, o repórter João do Rio cobriu a conferência de Versalhes de 1918-1919 para *O Paiz*, e Assis Chateaubriand passou uma temporada na Alemanha em 1919 fazendo reportagens para o *Correio da Manhã* (SILVA, 2011, p. 28-29). Joel Silveira, Rubem Braga, Sylvia “Majoy” Bittencourt e Thásilo Mitke, entre outros, estiveram como “repórteres embutidos” com a FEB na Itália em 1944 e 1945. Antonio Callado, além de trabalhar na BBC de Londres de 1941 a 1947, fez cobertura de fôlego, inclusive de guerra, como a investigação solitária que resultou no livro-reportagem *Vietnã do Norte: advertência aos agressores* (CALLADO, 1969).

Vê-se, portanto, que o jornalismo brasileiro teve desde seu início uma tradição de profissionais expatriados, no sentido de morarem e trabalharem fora do país de origem. Seja como correspondentes internacionais, como enviados especiais, como adidos de imprensa em embaixadas e consulados, como redatores e editores de veículos estrangeiros voltados para o público brasileiro (caso da BBC Brasil, Deutsche Welle Brasil, Voz da América, Rádio Moscou – atual Sputnik Brasil, Rádio França Internacional e outras emissoras e websites) ou, mais recen-

temente, como assessores de imprensa e “produtores de conteúdo”, há jornalistas brasileiros baseados em terra estrangeira que contribuem, com seu trabalho, para a informação do público nacional.

Essa realidade foi incluída na pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, conduzida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade no Jornalismo (Retij), da SBPJor, e publicada em junho de 2022, já em sua segunda edição (a primeira foi em 2012). De um universo de 7.029 respostas enviadas, 56 vieram de jornalistas do Brasil que moram e trabalham em outros países. No processo de filtragem, foram validadas 6.650 respostas, entre as quais 54 de jornalistas brasileiros no exterior (as duas respostas excluídas estavam com preenchimento incompleto). Este último número corresponde ao extrato que será analisado neste capítulo.

## **Categorias sociodemográficas dos jornalistas no exterior**

A exemplo dos resultados da pesquisa para os jornalistas em território nacional, também os dos atuantes no exterior divergem em categorias sociodemográficas, sendo difícil identificar um perfil predominante. Nem mesmo a localização dos respondentes, pelo menos dentro do que os resultados permitem inferir, obedece a um padrão previsível por critérios jornalísticos. A seguir, ressaltam-se os dados relativos a gênero, cor/raça, religião, faixa etária, estado civil e distribuição geográfica.

Dos 54 respondentes da pesquisa que atuam no exterior, 40 se identificam como mulheres e 14 como homens; não houve respostas de identificação diferente de cisgêneros. A porcentagem de 74,1% de mulheres é bem mais alta que a do total de jornalistas respondentes que atuam no Brasil, de 57,8% do gênero feminino. O predomínio de mulheres reflete uma mudança no perfil majoritariamente masculino dos correspondentes e enviados especiais de poucas décadas atrás, embora diversas outras jornalistas já tivessem atuado no ramo até então, como Sylvia “Majoy” Bittencourt, Fernanda Reis (lusobrasileira), Dorrit Harazim, Guila Flint, Graça Magalhães-Ruether, Janaína Figueiredo e Cristiana Mesquita.

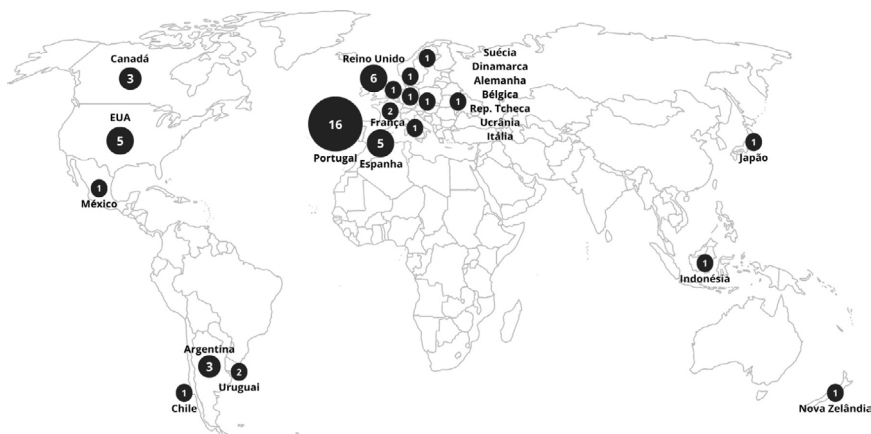
A grande maioria, 41 entre 54, ou 75,9%, declara-se da cor branca, frente a seis pardos, dois “amarelos” (ascendência do leste asiático), um indígena e um preto. Três responderam terem outra declaração racial-étnica, apresentando-se, cada um, como “brasileiro”, “mestiço” ou “multi”. É uma distribuição ainda mais concentrada que a dos dados nacionais da pesquisa, pelos quais 67,8% se declaram brancos, frente a 20,6% pardos e 9,3% pretos. Só dez (18,5%) responderam seguir alguma fé, religião ou culto.

Quanto à faixa etária, predomina um perfil relativamente jovem, com quase metade (48,2% ou 26 respondentes) abaixo dos 41 anos, divididos entre 35,2% (19 respondentes) tendo de 31 a 40 anos de idade e 13% (sete) de 23 a 30 anos de idade. Por outro lado, são 29,6% (16) entre 41 e 50 anos de idade, 16,7% (nove) entre 51 e 64, e 5,6% (três) já na terceira idade. Os números indicam que a emigração de jornalistas atrai profissionais em início de carreira, num perfil muito diferente dos correspondentes do século XX, que só eram enviados para o exterior depois de se tornarem experimentados (AGNEZ, 2017, p. 163).

Apesar da juventude, os jornalistas no exterior já são casados (48,1% ou 26 respondentes), vivem em união estável (9,3% ou cinco) ou já foram (quatro divorciados, dois separados e um viúvo), enquanto 29,6% (16) são solteiros. Metade exata não tem filhos, enquanto um terço (18) tem um filho, 13% (sete) têm dois, e 3,7% (dois) têm três filhos. Esse perfil impacta diretamente na renda familiar, como será visto adiante.

A distribuição geográfica dos 54 jornalistas brasileiros estabelecidos no exterior (Figura 1) é reveladora dos motivos da emigração, mais que das demandas jornalísticas: dois terços deles, ou 67%, estão na Europa; 14,9% ou oito estão na América do Norte (considerando Estados Unidos e Canadá); 13,1% ou sete, na América Latina (Argentina, Uruguai, Chile e México); 3,8% na Ásia (Japão e Indonésia, com um jornalista cada); e 1,9% na Oceania (apenas um na Nova Zelândia). A falta de jornalistas respondentes na África é sintomática da virtual ausência da mídia brasileira naquele continente.

**Figura 1.** Localização declarada dos respondentes no exterior (frequência de respostas)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*.

O país com maior número de respondentes foi Portugal, com 16 jornalistas (29,6%), seguido por Reino Unido, com seis (11,1%), EUA e Espanha, com cinco cada (9,3%), e Argentina e Canadá, com três cada (5,6%). Percebe-se que os países que mais atraem os jornalistas brasileiros têm IDH (índice de desenvolvimento humano) alto ou muito alto, inclusive a Argentina, que tem o segundo maior da América Latina. Esse fator é comum à atração de brasileiros emigrados em geral, de todas as profissões, como informam os dados mais recentes do governo federal sobre a diáspora brasileira (MRE, 2023, p. 5; MRE, 2021, p. 3), mas destoa dos fatores que costumavam justificar o deslocamento profissional de jornalistas para outros países: demanda de pautas, localização fronteiriça ou proximidade geográfica e laços econômicos e culturais com o Brasil (casos apenas de Portugal, Argentina e EUA entre os que apareceram nas respostas).

Já países que rendem e renderam noticiário intenso na cobertura internacional nas últimas décadas, como Síria, Venezuela, Iraque ou mesmo Israel (que tem IDH muito alto, pelos dados do PNUD de 2019), além de gigantes emergentes, como China, Rússia e Índia, não apareceram no levantamento. Uma exceção é a Ucrânia, que teve um



respondente em 2021 – antes, portanto, da guerra deflagrada em fevereiro de 2022.

## Atuação profissional

Dos 54 respondentes no exterior, 29 trabalham atualmente como jornalistas (53,7%) e três são professores nesta carreira. Já de início, é interessante notar que 11 respondentes (20,4%) mudaram de área profissional, abandonando o jornalismo, enquanto cinco se aposentaram e um está desempregado. Outros quatro não trabalhavam no momento da pesquisa para dedicar-se aos estudos e um nunca trabalhou na área. Entre os que trocaram de profissão, há quem tenha enveredado por publicidade, marketing, psicologia, desenvolvimento de software, atendimento ao cliente e aluguel de casas para estudantes. Uma respondente especificou: “Trabalho como diretora de documentário (o que inclui ser jornalista, mas não apenas)”.

Contrariando o que poderia ser uma expectativa, apenas quatro entre os 54 jornalistas expatriados que responderam à pesquisa exercem a função de correspondente internacional. Os demais se dividem em outras funções, tanto específicas do jornalismo quanto fora da profissão: repórteres (seis), editores (cinco), mais um em cada uma das funções de colunista, coordenador e diretor, além de uma jornalista que declarou acumular trabalhos de repórter, fotógrafa e produtora. As funções exercidas cotidianamente pelos jornalistas ativos incluem reportagem (29,6%), edição (20,4%), fotografia (18,5%), pauta e produção (18,5%).

Só 31 jornalistas no exterior responderam qual é o tipo de organização para que trabalham atualmente. Desses, 21 estão em empresas de mídia, distribuídos por 16 em veículos digitais, cinco em jornal (impresso), quatro em revista, três em rádio, três em agência de notícias e um em TV. Oito disseram trabalhar em empresa privada com atuação internacional; quatro, em empresa privada com atuação nacional; um, em empresa privada com atuação regional; e outro, em empresa pública com atuação internacional. Também se somam às áreas de atuação dois

em iniciativas de jornalismo independente internacional e mais um cada em iniciativa de jornalismo independente regional e instituição do terceiro setor.

São 44, ou 81,5%, os respondentes que têm registro profissional de jornalista no Brasil, mesmo que não seja exigido no país onde moram. Quase todos, ou 98,1% (53), têm pelo menos a graduação completa, sendo que 75,9% têm alguma especialização ou titulação de pós-graduação *stricto sensu*. Esses cursos foram feitos em universidades privadas em 59,3% dos casos (32), em federais no Brasil em 44,4% deles (24), em estaduais em 16,7% (nove), em instituição confessional em um e mais três em instituições de outro tipo. Neste caso, o total pode ultrapassar 100% porque a mesma pessoa pode ter cursado mais de um tipo de instituição. Uma respondente especificou que, depois de fazer a graduação em faculdade privada, “o mestrado estou cursando em Portugal, [em] universidade pública, mas como sou internacional pagamos propinas [taxas de matrícula] de estudantes CPLP”, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Outro relatou que teve o ensino superior privado custeado pelo PROUNI, programa do governo federal criado em 2004.

Dos 54 respondentes, 51 fizeram graduação em Jornalismo, sendo que três fizeram graduação em Publicidade, um cada em Relações Públicas, Cinema, Música, Pedagogia ou Agronomia (não está claro, pelos termos da pesquisa, quais dessas carreiras são formações adicionais ou únicas dos três que não fizeram Jornalismo). Neste ponto, é fundamental ressaltar que a maioria dos países não exige formação superior específica para o exercício do jornalismo, com Itália, Líbano, Chile, Equador, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Haiti, Uganda e Sudão sendo as exceções que acompanham a regra que vigorava no Brasil até 2009 (STRASSER, 2010).

As respostas indicam que a experiência profissional que esses jornalistas tiveram antes de sair do Brasil também foi relevante. Dos 54 respondentes, 85,2% contaram que fizeram estágio e 14,8%, que foram *trainees* em sua formação inicial. As formas mais comuns de ingresso na atual ocupação foram convite (14,8%, ou oito respostas), indicação (13%, ou sete) e processo seletivo (9,3%, ou cinco). Dois terços exatos,

66,6%, trabalham ou já trabalharam como jornalistas por mais de dez anos, enquanto 22,2% (ou 12 respondentes) têm de dois a cinco anos de carreira, 5,6% (três) têm de seis a dez anos e 3,7% (dois) têm menos de um ano de profissão. Esse dado sugere que, embora na média sejam jovens, a maioria dos respondentes só deixou o Brasil após ter feito um tempo de carreira considerável dentro do país. Quanto à estabilidade profissional, 26% estão há três anos ou menos na atual ocupação, 9,3% têm entre três e seis anos “de casa” e 14,9% responderam ter mais de seis anos no mesmo trabalho. A diversificação dessa trajetória também é fator importante: a maioria, 55,5%, trabalhou em mais de cinco vínculos profissionais diferentes, incluindo empregos formais, contratos de pessoa jurídica e “frilas” (trabalhos avulsos).

Este, por sinal, é outro ponto em que os jornalistas emigrados se tornam particularmente vulneráveis. A maior proporção (22,2%, ou 12 respondentes) vive de frilas, seguidos por microempreendedores individuais – MEIs (5,6%, ou três) contrato de prestação de serviços (3,7%, ou dois), prestação de serviço sem contrato (mesmos 3,7%, outros dois), trabalho como pessoa jurídica (3,7%, mais dois), com mais um exemplo em contrato por tempo determinado e outra como sócia de empresa sem funcionários. Ao todo, são 42,7% com vínculo precário. Dos demais, um é servidor público com estabilidade, outro é bolsista e mais um é contratado por instituição no exterior com vínculo exclusivo. Somente três têm carteira assinada pela CLT do Brasil, sendo que um teve redução de salário para manter o vínculo.

O laço empregatício precário reflete a dificuldade de ser profissional com direitos trabalhistas integrais segundo a legislação brasileira ou a legislação local do país onde vivem – o que, de resto, acontece para os que ficaram no Brasil também, embora num cenário menos grave. Segundo os dados gerais da pesquisa, a carteira assinada (CLT) ainda é o vínculo mais comum entre os jornalistas que responderam, com 45,8%, seguido por 10,5% de servidores públicos e 8,9% de MEIs (LIMA, 2022, p. 42).

O nível geral de renda é difícil de ser comparado entre os jornalistas expatriados e os que estão no Brasil, considerando a pequena amostragem do primeiro grupo e a alta proporção dos que preferiram

não informar quanto ganham (48,2%). A Tabela 1 mostra a discrepância entre os dados desse extrato e o universo da pesquisa. Só 24,1% dos jornalistas no exterior responderam que a “remuneração líquida mensal é suficiente para sempre arcar com suas despesas mensais”. São 21 respondentes (38,9%) os que disseram não receber nenhum tipo de benefício ou suporte vinculado à ocupação principal, incluindo aí os que abandonaram o jornalismo. É uma proporção pouco maior que os 35,8% dos dados gerais da pesquisa no mesmo quesito. A maior parte não declarou receber benefícios vinculados à ocupação, tendo apenas seis (11,1%) dito contar com plano de saúde e cinco (9,3%) com plano de previdência complementar. Um único benefício atípico declarado foi o de um respondente que afirmou ter direito a “duas passagens aéreas anuais para mim e duas para minha esposa, para qualquer lugar do mundo, com pagamento de excesso de bagagens”. Tendo em conta as cotações de moedas estrangeiras e o custo de vida nos países com alto IDH, uma proporção considerável dos jornalistas no exterior ouvidos sustenta-se com renda baixa para os lugares onde moram.

**Tabela 1. Faixas de renda declarada dos respondentes no exterior e no total (porcentagens válidas)**

Faixa de renda	Jornalistas no exterior	Jornalistas no total
até R\$ 1.100	3,7%	4,3%
de R\$ 1.101 a R\$ 2.200	5,6%	11,4%
de R\$ 2.201 a R\$ 3.300	3,7%	13,5%
de R\$ 3.301 a R\$ 4.400	3,7%	13,1%
de R\$ 4.401 a R\$ 5.500	7,4%	15,6%
de R\$ 5.501 a R\$ 11.000	13,0%	27,1%
de R\$ 11.001 a R\$ 22.000	9,3%	9,8%
acima de R\$ 22.001	5,6%	2,2%
sem renda	--	1,3%
não informou	48,2%	1,6%

Fonte: dados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*. A coluna “Jornalistas no total” inclui os respondentes que estão no Brasil e os que estão no exterior. No campo “não informou”, são somadas as porcentagens de “não quero informar” e respostas ausentes, enquanto o cálculo da porcentagem para os jornalistas no Brasil, disponível no relatório final, descarta as respostas ausentes.

Embora 32 dos 54 jornalistas no exterior tenham preferido não responder à pergunta sobre a quantidade média de horas trabalhadas por dia, 18,6% disseram trabalhar mais do que oito horas por dia, enquanto 20,4% relataram fazer expediente de entre cinco e oito horas e apenas um (1,9%) contou que trabalha até quatro horas por dia. As amostragens são muito díspares para permitir uma comparação adequada, mas os dados gerais da pesquisa trazem porcentagens de 54% para jornadas de cinco a oito horas e 39% para acima de oito horas, com apenas 3,8% trabalhando por até quatro horas diárias. No caso de jornalistas que trabalham para veículos no Brasil, é relevante considerar que a jornada de trabalho pode ser impactada pelo fuso horário do lugar onde moram, a depender de ser anterior ou posterior à hora de Brasília. Jornalistas que estão em fuso “a favor” (anterior a Brasília, como na Europa) podem começar mais cedo e preparar o material para envio com mais tempo, enquanto os que estão “contra” (depois de Brasília, como na América do Norte e em grande parte da América Latina) têm menos horas úteis no dia antes dos fechamentos das redações brasileiras (AGNEZ, 2017, p. 166-167).

A carreira docente não é uma opção comum entre os respondentes: como já mencionado, apenas três (5,6%) disseram trabalhar como professores de Jornalismo ou de Comunicação, sendo que um deles leciona em ensino técnico secundário. Nenhum declarou estar vinculado a programa de pós-graduação como docente. Evidentemente, a posição de estrangeiro é um fator dificultador para a docência, o que pode implicar em entraves à contratação por parte de instituições de ensino superior e, em alguns casos, em falta de proficiência no idioma local em nível exigido para ministrar aulas.

Considerando os seis meses anteriores à pesquisa, 37% (20 respondentes) contaram trabalhar na maior parte do tempo em casa, proporção bem mais baixa que os 62% do universo total da pesquisa (LIMA, 2022, p. 84). Vale observar que as consequências da pandemia de Covid-19 foram menos graves que as no Brasil e a vacinação foi mais célere na maior parte dos países onde houve respondentes na pesquisa, com exceção dos EUA. No caso dos jornalistas no exterior, um terço (33,3%) afirmou ter custeado por conta própria os equipamentos,

móveis, softwares e outros itens necessários para o trabalho. Nos dados gerais da pesquisa, essa porcentagem foi significativamente maior: 47%.

Também foram registrados três casos de jornalistas que trabalham sozinhos (situação comum para correspondentes e *stringers*) (AGNEZ, 2017, p. 166), dois que trabalham com até quatro colegas e outros dois que trabalham com 11 a 20 outros jornalistas – sugerindo equipes de redação completa.

Esse tipo de solidão ou isolamento no trabalho jornalístico reflete-se ainda na falta de organização em entidades de classe por parte dos jornalistas no exterior. Apenas sete respondentes (13%) disseram ser filiados a algum sindicato (todos de jornalistas, sem casos de outras categorias), enquanto 15 afirmaram não ser (27,8%), e a maioria, 59,3% ou 32, simplesmente não informou. Cinco disseram não ter interesse em se sindicalizar, dois alegaram que o sindicato não responde às demandas específicas da sua área de atuação e um afirmou não conhecer o sindicato local e outro disse não existir sindicato para a ocupação que exerce. O motivo de estar fora do Brasil foi alegado por alguns dos respondentes para justificar o abandono da representação da categoria. Houve quem respondesse “Não consigo o documento do Ministério do Trabalho”, “Não serve para nada” e até “Recuso a me filiar a sindicato ou federação submissa a partidos políticos ou ideologias antidemocráticas”.

É significativo, nesse ponto, que um(a) dos(as) respondentes tenha feito o seguinte comentário na última pergunta do questionário: “Os sindicatos deviam voltar a se conectar com os jovens profissionais. Não vejo nas novas gerações o mesmo compromisso com a categoria e as questões trabalhistas e éticas que vi na minha”.

Em comparação, nos dados gerais da pesquisa, 31,4% responderam que são filiados a sindicatos, enquanto 68,6% disseram não ser sindicalizados. Evidentemente, para os que estão em território nacional há mais facilidades e vantagens na sindicalização, enquanto a expatriação esvazia muito do sentido da representação de classe.

As demais perguntas deste extrato da pesquisa (jornalistas no exterior) não tiveram quantidade suficiente de respostas válidas, com muitas não recebendo nenhuma resposta, o que impede a sua análise.

## Conclusão

Os números da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, resta evidente, são parciais e refletem os vieses conscientes que os autores ressalvaram desde o desenho da metodologia (MICK apud LIMA, 2022, p. 17-18). Não só é provável que haja um número bem maior que 54 jornalistas brasileiros morando e atuando fora do Brasil, como o número específico de correspondentes que responderam à pesquisa é muito menor do que os atuais que trabalham para a mídia brasileira ou para veículos estrangeiros voltados para o público brasileiro. Embora se observe um predomínio de mulheres, jovens e casados, não é possível cruzar os dados da amostragem para inferir um perfil predominante de “mulheres jovens casadas” entre os respondentes. O que a pesquisa registra é um recorte de jornalistas brasileiros atuando no exterior que pode refletir mais a realidade geral da diáspora brasileira do que um cenário específico da profissão.

Tomando apenas os dados dos respondentes da pesquisa nesse extrato, no entanto, já se percebem tendências coerentes com o mercado de trabalho para o jornalismo dentro do Brasil. O atual perfil de jornalistas brasileiros residentes e atuantes no exterior indica um tipo de emigração mais próximo das outras profissões, escapando às especificidades do jornalismo. São profissionais de nível superior, muitos com pós-graduação, ganhando renda média inferior ao que a mesma qualificação permitia na profissão há algumas décadas, com vínculos trabalhistas precários ou inseguros e menos acesso a benefícios regulados pela legislação brasileira. Também são profissionais com considerável tempo de carreira, o que só acrescenta fatores positivos à sua qualificação, mas também funciona como entrave para um mercado de trabalho cada vez mais jovem como é o das redações no Brasil.

Após a chamada “integração impresso on-line”, conduzida entre 2008 e 2013 nos maiores jornais diários e revistas do país, o número de vagas nas redações foi reduzido, especialmente dos salários mais altos, mantendo os empregados mais jovens e empurrando jornalistas experientes para outras saídas profissionais. Além disso, a crise econômica

desde a segunda metade da década de 2010 no Brasil prejudicou empresas anunciantes, ao mesmo tempo em que a publicidade migrava em larga escala para o meio digital.

A concentração de respondentes em Portugal também acompanha tendências mais recentes de emigração, como registrado nas estimativas do Itamaraty (MRE, 2023, p. 17). A língua compartilhada é, de fato, um fator importante para o exercício profissional do jornalismo, mas também o é para outras profissões que exigem produção de textos e materiais comunicativos. Jornalistas de Internacional são versados em outros idiomas e, por isso, não precisam estar presos aos territórios da Lusofonia para trabalhar. A especificidade de Portugal é a facilidade de regularização para migrantes brasileiros, especialmente descendentes de cidadãos portugueses – o que nada tem a ver com as demandas específicas do trabalho jornalístico. A pesquisa não perguntou, entretanto, se os entrevistados são emigrantes em definitivo ou se estão morando fora do Brasil a serviço ou apenas circunstancialmente (por exemplo, para fazer um curso de formação).

Não obstante, é clara a necessidade de uma pesquisa mais ampla e representativa, talvez específica, para medir o tamanho da “diáspora jornalística” brasileira e traçar um perfil acurado de seus indivíduos, ainda que se os imagine heterogêneos. Quiçá uma cooperação com as representações diplomáticas do Ministério das Relações Exteriores, em particular por meio das seções consulares, possa ajudar a intermediar o contato com esses profissionais expatriados e, pelo menos, quantificá-los. O número real de jornalistas brasileiros vivendo no exterior deve ser muitas vezes maior que os 54 respondentes da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, embora se suponha que nem todos de fato exerçam a profissão – menos, ainda, na função de correspondentes.

Ao final, mesmo carecendo de dados mais abrangentes e representativos, pode-se inferir que o jornalismo exercido por brasileiros no exterior está se aproximando de “uma profissão como qualquer outra”, ainda que não o seja, pelo menos no que diz respeito às relações trabalhistas e às dinâmicas socioeconômicas.



## Referências

- AGNEZ, Luciane Fassarella. **Correspondente Internacional**: uma carreira em transição. Curitiba: Appris, 2017.
- BARROS, Antonio Theodoro de Magalhães. **Última Hora e a Renovação da Imprensa Brasileira**. Tese de concurso público para professor titular. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 1978.
- CALLADO, Antonio. **Vietnã do Norte**: advertência aos agressores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969 (2. ed., Paz e Terra, 1977).
- KUHN, Adriana S. A História dos Correspondentes Brasileiros de Guerra e sua Relação com o Poder Estatal e Militar. 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (Rede AlCar), **Anais...** Novo Hamburgo (RS): Feevale, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/A%20HISTORIA%20DOS%20CORRESPONDENTES%20BRASILEIROS%20DE%20GUERRA%20E%20SUA%20RELACaO%20COM%20O%20PODER%20ESTATAL%20E%20MILITAR.doc>.
- LIMA, Samuel Pantoja (Coord. geral); Jacques Mick; *et al.* **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: UFSC/Retij/SBPJor/Quorum, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>.
- MRE. **Comunidade Brasileira no Exterior**: estimativas referentes ao ano de 2020. Ministério das Relações Exteriores/Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania/Departamento Consular, junho de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/Comunidade-Brasileira2020.pdf>.
- MRE. **Comunidades Brasileiras no Exterior**: ano-base 2022. Ministério das Relações Exteriores/Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos/Assessoria Especial de Comunicação Social, agosto de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>.
- MOLINA, Matías. Notícias do mundo de lá. **Valor Econômico**, 3 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/4587195/noticias-do-mundo-de-la#>.
- SANDRONI, Cícero. **180 Anos do Jornal do Commercio**: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Quórum, 2007.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.
- STRASSER, Steven. **Registering Reporters**: how licensing of journalists threatens independent news media. Washington: CIMA (Center for International Media Assistance), 2010. Disponível em: [https://www.cima.ned.org/wp-content/uploads/2015/02/CIMA-Licensing\\_of\\_Journalists.pdf](https://www.cima.ned.org/wp-content/uploads/2015/02/CIMA-Licensing_of_Journalists.pdf).

## AUTORAS & AUTORES

### **ABINOAN SANTIAGO**

Doutorando em Sociologia Política (UFSC), mestre em Jornalismo (UEPG) e bacharel em Jornalismo (Unifap). Email: abinoansantiago@gmail.com

### **ANDRESSA KIKUTI**

Doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Faz estágio pós-doutoral na mesma instituição, com pesquisa focada em profissão, jornalismo local e sustentabilidade. E-mail: andressakikuti@gmail.com

### **ANA FLÁVIA MARQUES**

Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), especialista em Gestão da Comunicação e Marketing pela mesma instituição e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA/USP. Também é jornalista e analista digital. E-mail: anaflaviamarx@gmail.com

### **CLÁUDIA NONATO**

Pós-doutoranda na ECA/USP, professora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/USP) e vice-coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECAU/USP). E-mail: claudia.nonato@uol.com.br

### **EDGARD PATRÍCIO**

Jornalista, professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Faz parte da coordenação do grupo de pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor). E-mail: edgard@ufc.br

### **FÁBIO HENRIQUE PEREIRA**

É titular da Chaire de journalisme scientifique Bell da Université Laval e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. É autor dos livros *Jornalistas Intelectuais no Brasil* (Summus, 2008), *As diferentes maneiras de ser jornalista* (Ed. UnB, 2020) e *Un journalisme en ligne mondialisé: socio-histoire comparative* (com Florence Le Cam; PUR e Insular, 2022). É coeditor da revista *Sur Le Journalisme*. E-mail: fabiop@gmail.com

### **JACQUES MICK**

Professor dos programas de pós-graduação em Jornalismo e em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista, é doutor em sociologia política e pró-reitor de Pesquisa e Inovação da UFSC. Email: jacques.mick@ufsc.br

### **JANARA NICOLETTI**

Jornalista, mestre e doutora em Jornalismo, atua como pesquisadora e professora do Erasmus Mundus Master's in Journalism, Media and Globalisation, na Ludwig-Maximilians-Universität München. É colíder da regional América Latina e Caribe da Journalism Safety Research Network (JSRN) e pesquisadora associada ao Observatório de Ética Jornalística (objETHOS) e Erich Brost Institute for International Journalism (EBI/TU Dortmund). E-mail: janarant@gmail.com

### **JANAINA VISIBELI BARROS**

Professora nos cursos de Jornalismo e Comunicação – Publicidade e Propaganda da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Divinópolis). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora associada do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CTPC/ECA/USP), coordenadora do Grupo de Pesquisa das Poéticas do Cotidiano (EPCO/UEMG). E-mail: jvisibeli@gmail.com

### **JOÃO AUGUSTO MOLIANI**

Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFPR). Coordena o bacharelado em Comunicação Organizacional e tem seus estudos voltados para a área de Comunicação e Trabalho desde o seu doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: moliani@utfpr.edu.br

### **KEVIN KOSSAR FURTADO**

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e bacharel em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: kevin@aol.com.br

### **LUAN MATHEUS SANTANA**

Jornalista, educador popular pela Plataforma Ocorre Diário e doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFC (PPGCOM/UFC). Mestre em comunicação social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFPI (PPGCOM/UFPI) e Especialista em Marketing e Mídias Digitais pela Faculdade Ademar Rosado (Pós FAR). E-mail: luammatheus@gmail.com

### **MARIANE NAVA**

Doutoranda em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em comunicação empresarial e pública. E-mail: mariane.nava9@gmail.com

### **MARLUCE ZACARIOTTI**

Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT); vice coordenadora do Mestrado Profissional em Educação (UFT); presidenta da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej), vice-coordenadora da Retij/SBPjor. Coordena o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Práticas Jornalísticas (Nujor/UFT). Fez estágio pós-doutoral em Ciências da Comunicação (Universidade Fernando Pessoa/Portugal). E-mail: marluce@uft.edu.br

### **NAIANA RODRIGUES DA SILVA**

Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/USP) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (Práxisjor/UFC). E-mail: naianarodrigues@ufc.br

### **PEDRO AGUIAR**

Jornalista e professor de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: pedroaguiar@id.uff.br

### **RAFAEL RODRIGUES DA COSTA**

Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Linguística pela UFC, pesquisador do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/USP) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (Práxisjor/UFC). E-mail: rafaelrg@ufc.br

### **ROSELI FIGARO**

Professora titular da Universidade de São Paulo, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, e do Programa de Doutorado Mídia e Tecnologia da UNESP, coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA/USP). E-mail: [roseli.figaro@gmail.com](mailto:roseli.figaro@gmail.com)

### **SAMUEL PANTOJA LIMA**

Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC (PPGJor). É pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC) e do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC). Coordena a pesquisa “Perfil dos Jornalistas Brasileiros (2021)”. E-mail: [samuca13@gmail.com](mailto:samuca13@gmail.com)

### **VINÍCIUS AUGUSTO BRESSAN FERREIRA**

Jornalista e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (ObjETHOS). E-mail: [bressanferreira@gmail.com](mailto:bressanferreira@gmail.com)

Este livro foi produzido nas fontes  
*Minion Pro, Arial Narrow e PT Sans Narrow,*  
em outubro de 2023.

AUTORAS(ES):

- ABINOAN SANTIAGO
- ANDRESSA KIKUTI
- ANA FLÁVIA MARQUES
- CLÁUDIA NONATO
- EDGARD PATRÍCIO
- FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
- JACQUES MICK
- JANARA NICOLETTI
- JANAINA VISIBELI BARROS
- JOÃO AUGUSTO MOLIANI
- KEVIN KOSSAR FURTADO
- LUAN MATHEUS SANTANA
- MARIANE NAVA
- MARLUCE ZACARIOTTI
- NAIANA RODRIGUES DA SILVA
- PEDRO AGUIAR
- RAFAEL RODRIGUES DA COSTA
- ROSELI FIGARO
- SAMUEL PANTOJA LIMA
- VINÍCIUS AUGUSTO BRESSAN FERREIRA



Esta obra reúne os primeiros artigos com interpretações originais dos dados gerados pela pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Os resultados indicam que a categoria é formada majoritariamente por mulheres brancas, solteiras, com até 40 anos. Condições laborais precárias e diferentes tipos de riscos são parte da rotina, na mídia, fora dela e na docência. A pesquisa contou com o apoio da ABI, Abej, Abraji, APJor, Fenaj e SBPJor.

“O estudo colocou o Brasil em pé de igualdade com grupos de pesquisa de outros países, que já possuíam a tradição de produzirem estudos periódicos e sistemáticos”, avalia o pesquisador Fábio Pereira (UnB).

ISBN: 978-85-524-0396-8



9 788552 403968



**fapesc**

Fundação de Amparo à  
Pesquisa e Inovação do  
Estado de Santa Catarina



GOVERNO DE  
**SANTA  
CATARINA**  
SECRETARIA DA CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



UNIAO E RECONSTRUÇÃO